

MICHELE ABDO MERLONE DOS SANTOS TOLEDO

**UM ESTUDO ACERCA DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ATENDIMENTO
EM CAMPO GRANDE-MS**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CAMPO GRANDE-MS
2003**

MICHELE ABDO MERLONE DOS SANTOS TOLEDO

**UM ESTUDO ACERCA DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ATENDIMENTO
EM CAMPO GRANDE-MS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, com área de concentração em Psicologia da Saúde, Comportamento Social e Cultura, sob a orientação da Prof^ª. Dr.^ª Sônia da Cunha Urt.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CAMPO GRANDE – MS
2003**

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Sônia da Cunha Urt (orientadora)

Profª Drª Sônia Grubits

Profª Drª Angela Elizabeth Lapa Coêlho

DEDICATÓRIA

À minha filha (primogênita), *Estela*, que, ainda no meu ventre, permitiu a realização desta pesquisa e ao *Paulo Affonso Filho*, caçula, que veio completar a alegria da família.

Aos meus *pais*, fontes de meus princípios e ideais.

Ao *Paulo Affonso*, meu marido, pela paciência e total apoio nas horas em que mais precisei.

Ao ilustríssimo mestre professor *Antonio Gomes Penna*, dedico este meu estudo, por ser o símbolo vivo da psicologia em nosso país e por sua infinita sabedoria.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas colaboraram para a realização do meu estudo. Agradeço-as pelo carinho, atenção e solidariedade.

À minha orientadora *Sônia da Cunha Urt*, por ter me ensinado os caminhos que percorri com grandes vitórias.

Ao Conselheiro *Osvaldino Bruno Lopes* (Dino), por ter sido uma das primeiras pessoas a me ajudarem com sua vasta bibliografia e por ter confiado em mim.

Às psicólogas do Centro de Atendimento Psicossocial, (CAPS): *Maria Lúcia* e *Regina Célia*, por terem acreditado no meu trabalho, sempre me incentivando e colaborando para a realização da minha pesquisa.

À coordenadora do CAPS, *Mônica Sueli Nonato*.

A todos os profissionais do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), que permitiram ser entrevistados, acreditando no meu trabalho.

Por favor,

Mamãe e Papai...

Minhas mãos são pequenas – eu não derramo meu leite de propósito.

Minhas pernas são curtas – por favor, andem devagar, assim eu posso acompanhá-los.

Eu amo coisas brilhantes e bonitas, então, tenham paciência comigo, quando eu tento tocá-las.

Por favor, olhem para mim, quando eu falo com vocês eu me sinto muito bem, quando eu sei que vocês estão me ouvindo.

Eu preciso experimentar coisas novas – ajudem-me a fazer erros sem me sentir estúpido.

A cama que faço ou o quadro que desenhei podem não ser perfeitos só me amem por tentar.

Lembrem-se de que eu sou uma criança, não um adulto pequeno. Algumas vezes, eu não entendo, quando vocês estão falando.

Eu os amo, ajudem-me a entender que vocês me amam pelo que sou.

*In: Virgínia Coalition for Child
abuse Prevention Mouth, 1996.*

RESUMO

Buscou-se nesta pesquisa compreender os fenômenos envolvidos na violência infantil, bem como os fatores à ela associados. Este estudo foi realizado no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS). Trata-se de órgão municipal desta capital, Campo Grande-MS. A Instituição oferece assistência às crianças vítimas de maus-tratos. O estudo foi dividido nas seguintes etapas: obtenção de casos de violência contra crianças em Campo Grande-MS, coletados nos registros de denúncias ocorridos no período de 1997-1998, na Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho (SAST); obtenção de casos de crianças vítimas de violência, ocorridos nos meses de fevereiro a dezembro de 1998, no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS); entrevista com doze profissionais do CAPS e por fim observação e registro de onze casos de violência contra crianças e suas respectivas famílias. Os registros de dados estatísticos das crianças vitimadas na SAST mostraram que em 1997, houve 2.637 denúncias, sendo que a violência física foi a mais praticada contra crianças de zero a seis anos (zero a seis) e a mãe foi a maior agente violadora, apresentando 43% das agressões cometidas. Os meninos foram os mais agredidos. Já em 1998, no mesmo órgão (SAST), foram obtidas 2.520 denúncias, sendo que desta vez a violência evidenciada foi a inadequação do convívio familiar contra crianças de zero a seis anos (zero a seis), onde a mãe foi a maior agente violadora novamente, apresentando 38% das denúncias. No Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), os dados de crianças vitimadas dos meses de fevereiro, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro, registraram que as crianças de zero a seis (zero a seis) foram as mais maltratadas, sendo que a violência física foi a mais perpetrada. A mãe permaneceu em primeiro lugar segundo dados informados nos registros de denúncias. Para complementar a coleta de dados fez-se entrevistas com o corpo técnico da Instituição (duas assistentes sociais, quatro psicólogas, uma educadora social, duas auxiliares sociais, a coordenadora do órgão e dois Conselheiros), em que foram abordadas diversas concepções a respeito dessa problemática infantil. As questões abordadas foram: concepção de infância, concepção acerca do conceito de violência, concepção da violência infantil, políticas sociais de atendimento à criança, a finalidade e objetivos do órgão CAPS; aspectos positivos e negativos referentes do desempenho de cada profissional e as principais dificuldades encontradas. Os resultados mais relevantes da entrevista foram: dificuldades do CAPS, em manter contatos com outros órgãos públicos, carência de veículos para atender as denúncias, falta de um sistema informatizado no órgão, ausência de companheirismo dos próprios profissionais que ali trabalham, a falta de espaço físico adequado para atender as crianças vitimadas e suas famílias e a lentidão dos poderes públicos no andamento dos casos. Por fim houve registro e observação de onze casos de crianças vítimas de algum tipo de violência. Sete das crianças agredidas eram sexo masculino e quatro do sexo feminino. Os resultados mais relevantes foram: a principal causa da desestrutura familiar foi o número de separações conjugais e alcoolismo por parte dos pais. Também resultaram em consequências sérias para as crianças: as más condições de vida das famílias. Todos os casos acompanhados resultaram em prejuízos para as vítimas, como prostituição, agressividade, problemas escolares, deficiência visual, medo das pessoas e outros. Este estudo aponta possibilidades de trabalho para o psicólogo frente a problemática da violência infantil.

PALAVRAS-CHAVES: crianças, violência familiar, profissionais.

ABSTRACT

This work aimed to understand the phenomena involved in violence against children as well as in factors associated to that problem. The study was carried out in the Centro de Atendimento Psicossocial (Psychosocial Assistance Center), CAPS, a local institution in Campo Grande, the capital city of the state of Mato Grosso do Sul, which offers assistance to children who are victims of abuse. The study was divided into the following parts. Firstly, the collection of data at the Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho (Local Secretary of Social and Work Assistance)- SAST, related to violence episodes against children in Campo Grande, happening between 1997 and 1998. Secondly, collection of data at the Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) about children who were victims of violence between February and December 1998. Thirdly, interview with 12 professionals at CAPS and finally, observation and register of eleven cases of violence against children and their families. The registers of statistic data at SAST about victimized children showed that in 1997 there were 2637 reports in which physical violence was most frequent against children between zero and six years old (0 to 6). In those cases the mother was the main violating agent, being responsible for 43% of the aggressive behavior and most of the victims were boys. In 1998, 2520 reports were made in the same institution (SATS), but the violence in evidence was now related to the inadequacy of family life involving children aged between zero and six. Mothers were again the major aggressors in 38% of the reports. At the Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), data concerning victimized children in February, April, May, June, July, August, September, October and November show that children between zero and six years old were the worst treated, with predominance of physical violence. Mothers remained on the top of the list of aggressors in the reports. In order to complement data collection, the institution's technical staff was interviewed about various concepts related to children's problems such as childhood, violence and violence against children and understanding of social policies for children's assistance. Each staff member (04 psychologists, 02 social workers, 01 social educator, 02 social assistants, the CAPS coordinator and 02 tutor advisors) was asked about details of their own jobs concerning themes such as aims and goals of CAPS institution, positive and negative aspects of each professional's performance and main difficulties encountered. The answers were given in a distinct and complex way. Finally there was the register and observation of eleven cases of children who were victims of any kind of violence. There were seven cases of male abused children and four of female ones. The most relevant results lead to the conclusion that the main cause of family life disruption was the number of parents' separations and parents' addiction to alcohol. Families' poor living conditions also affected children seriously. In all the cases studied terrible consequences for children were noticed such as prostitution, aggressiveness, school problems, visual deficiency and fear of other people. As a conclusion, this study points out the possibilities of work for psychologists dealing with issues related to violence against children.

KEY WORDS: children, familiar violence, professional's

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Idade das Vítimas.....	77
Figura 2 – Tipos de Violência.....	78
Figura 3 – Visitas realizadas pelos Educadores Sociais aos bairros de maior incidência de Violência em Campo Grande/MS.....	79

LISTA DE TABELAS

Quadro I – Identificação de vários tipos de violência.....	49
Quadro II – Mapeamento das Entrevistas.....	80
Quadro III – Relato dos onze casos de Violência infantil observados.....	95
Quadro IV – Relato das Vítimas.....	97

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 RESGATE HISTÓRICO, SOCIAL E PSICOLÓGICO DA INFÂNCIA	14
1.1 Algumas reflexões conceituais de infância, família e sociedade.....	14
1.2 Resgate histórico da infância	16
1.3 A infância por meio de algumas considerações psicológicas.....	27
1.4 Criança - uma nova concepção	34
2 INFÂNCIA E VIOLÊNCIA	37
2.1 Resgate histórico do conceito de violência.....	37
2.2 Infância x Violência.....	44
2.3 Considerações acerca do conceito de violência na infância.....	47
2.4 Infância, Violência e Políticas Sociais de Atendimento.....	55
2.5 Algumas considerações Internacionais sobre as Políticas Sociais da violência infantil.....	59
2.6 Alguns apontamentos das Políticas de Atendimento da violência infantil no Brasil e em Campo Grande/MS.....	62
3 INFÂNCIA E VIOLÊNCIA EM CAMPO GRANDE- MS	70
3.1 Pressupostos teóricos e metodológicos.....	70
3.2 Procedimentos metodológicos adotados.....	73
3.3 Análise e discussão dos dados	76
3.3.1 Caracterização da violência por meio de registros dos dados obtidos.	76
3.3.2 Caracterização do corpo técnico (CAPS).....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
ANEXOS	116

INTRODUÇÃO

As crianças têm direito à felicidade. As sociedades que conseguem defender esse direito possuem a qualidade da vida social mais elevada. A boa infância está diretamente relacionada com o exercício da cidadania. A criança cuidada e querida tenderá a ser um cidadão essencialmente mais ajustado.

Hoje, a violência contra crianças aparece como um dos mais dolorosos sintomas de uma sociedade desumanizada.

No ano de 1994, como educadora social, tive meu primeiro contato em atender crianças vítimas de violência, no SOS Criança, antes órgão estadual e atualmente instituição municipal, implantada desde janeiro de 1998, denominada “Centro de Atendimento Psicossocial” – CAPS - onde são assistidas crianças e adolescentes em situações de risco pessoal e social e suas respectivas famílias.

O provérbio salomônico: “Aquele que poupa a vara, quer mal ao seu filho; mas o que o ama, corrige-o continuamente” (Provérbios 13:24), espelha muitas crenças que se mantêm acerca da necessidade de se disciplinar a criança ou o adolescente, recorrendo-se à punição corporal, partindo do pressuposto de que essa medida é eficiente para o controle ou modificação de um comportamento. Há séculos a humanidade se escuda em uma série de justificativas, seja de caráter religioso, científico ou cultural, para impor os maus-tratos às crianças e adolescentes.

Rever posturas e idéias são necessárias para uma nova perspectiva de tirar a criança da sua posição de objeto (dos pais, da escola, das teorias, do Estado) e deixar que ela ocupe sua posição de direito, que é a de ser um sujeito em seu momento específico de vida.

A família, por sua vez, exerce papel fundamental na vida da criança, mas hoje, infelizmente, muitas relações familiares estão cada vez mais difusas, os laços se tornaram efêmeros e a família não é mais o centro social por excelência. Com isso, não representa mais o referencial totalizador na formação e desenvolvimento da criança.

Essa foi a razão da escolha do tema. Eis uma problemática que, embora trabalhada por autoridades e profissionais, ainda está longe de alcançar uma solução adequada.

Na primeira fase do estudo realizou-se um levantamento geral, acerca dos dados estatísticos de violência praticados contra crianças, nos anos de 1997 e 1998, em Campo Grande-MS, registrados na Secretaria de Assistência Social e do Trabalho (SAST). Ainda

nessa mesma fase, verificaram-se casos no Centro de Atendimento Psicossocial, ocorridos nos meses de fevereiro a dezembro de 1998.

O local de desenvolvimento da pesquisa foi o Centro de Atendimento Psicossocial por atender as crianças que tinham sofrido algum tipo de violência. Pela relevância do tema, era essencial saber quais eram os profissionais que assistiam a criança vitimada, pois era de fundamental importância compreender a realidade de uma instituição de atendimento, que dá assistência à criança maltratada e à sua família. Foram entrevistados doze profissionais que ali trabalhavam, e dentre eles: duas assistentes sociais, quatro psicólogas, uma educadora social, duas auxiliares sociais, a coordenadora do órgão e dois conselheiros tutelares.

Foram abordados, com o corpo técnico do CAPS, assuntos referentes à finalidade dessa instituição, aspectos positivos e negativos do trabalho, as principais dificuldades encontradas, concepções pessoais de infância, violência, violência infantil e concepções a respeito das políticas sociais de atendimento à infância.

Após a entrevista, foram observados onze casos de crianças (0 a 11 anos), vítimas de algum tipo de violência, juntamente com suas famílias, verificando as circunstâncias que cercavam os incidentes.

Este trabalho apresenta-se dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo, *Resgate histórico-social e psicológico da concepção de infância*, aborda-se histórica e socialmente a concepção de infância, bem como as reflexões psicológicas sobre essa temática.

O segundo capítulo, *Infância e violência*, apresenta um breve histórico do conceito de violência, o tema da violência na infância, os conceitos de violência, um breve histórico da violência infantil no Brasil, as Políticas Sociais de Atendimento nacionais e internacionais e, por fim, as Políticas Sociais de Atendimento à violência infantil em Campo Grande- MS.

O terceiro capítulo, *Infância e violência em Campo Grande-MS*, centra-se na pesquisa propriamente dita, evidenciando os procedimentos metodológicos, a análise e a discussão dos dados da pesquisa.

E, por último as considerações finais, com as discussões dos dados que revelam a situação da violência infantil.

Esta pesquisa de campo foi realizada em 1999, nos meses de junho a agosto e o exame de Qualificação, que resultou nesta dissertação, foi realizado no dia 10 de abril de

2000. Este registro é uma forma de amenizar as possíveis mazelas que esse espaço de tempo, entre a coleta dos dados e a defesa da dissertação, possam ter causado à temática investigada: violência infantil em Campo Grande-MS.

1 RESGATE HISTÓRICO-SOCIAL E PSICOLÓGICO DA INFÂNCIA

1.1 ALGUMAS REFLEXÕES CONCEITUAIS DE INFÂNCIA

O termo infância sofreu modificações na sua concepção, através dos tempos, das culturas e das sociedades. Foi a partir dos séculos XVII e XVIII que a sua denominação tornou-se mais elaborada. Lajolo (1997) define a palavra infante, infância e demais cognatos, em sua origem latina, que recobrem um campo semântico estreitamente ligado à idéia de ausência de fala.

Alguns registros mais antigos, quando comparados a outros contemporâneos, ensinam que infantes e infância foram diferentemente concebidos e, conseqüentemente, tratados de maneira diferente em momentos e lugares distintos da história humana.

Provavelmente, nem se precise pesquisar exaustivamente, em diferentes áreas para verificar a diferença. Segundo Lajolo (1997), “O Vocabolario della lingua italiana”, por exemplo, define “infanzia” como “periodo della vita che va dalla nascita ai doi dici anni”¹, enquanto o dicionário *Webster* define “infancy” como “early chidhood”², ao passo que um dicionário latim-português estabelece limites etários precisos, no verbete “infans”, ao dizer que, aos sete anos, considerava-se terminado o período em que a criança era incapaz de falar.

A constante precisão de conceitos de busca e exatidão cada vez maior, do termo infância é que justifica o conceito dado pelo Dicionário Aurélio:

Período da vida que vai do nascimento à adolescência, extremamente dinâmico e rico, no qual o crescimento se faz concomitantemente em todos os domínios e que, segundo os caracteres anatômicos, fisiológicos e psíquicos, dividem-se em três estágios: primeira infância, de 0 a 3 anos; segunda infância, de 3 a 7 anos; e terceira infância, de 7 até a puberdade. (DICIONÁRIO AURÉLIO, s. d., p__)

Dentre as áreas do conhecimento que se preocupam com a concepção de infância, a literatura, curiosamente, é uma das responsáveis por nomear e definir o termo no seu imaginário e formar fantasias e imagens.

Lajolo (1997) afirma que a poesia, sobretudo, a romântica, teve muita influência

¹ Tradução: período da vida que vai do nascimento até 2 anos (p. 934).

² Tradução: infância precoce (p. 431).

na construção da imagem da infância como vida sem conflitos, que espelha sua beatitude no mar, um lago sereno e, no céu, um manto azulado. A representação dos primeiros anos de vida humana, nesse compasso seráfico e ingênuo, pode ter como emblema os versos de “*Meus oito anos*” de Casimiro de Abreu, de onde se transcreve a primeira epígrafe: “Oh! Que saudades que tenho da aurora da minha vida” (CÂNDIDO; CASTELO, 1978, *apud* LAJOLO, 1997, p. 49).

É interessante observar que a história desencantada da infância pode ter, como marco inaugural, a carta que Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota de Cabral, enviou ao rei português D. Manoel, em 1500. No texto de fundação da literatura, a infância que se faz presente, é vista com o mesmo estranhamento curioso com que os descobridores olharam e viram os céus e as árvores do Novo Mundo.

Caminha (*apud* CASTRO, 1985, p. 86), no belo e instável português quinhentista, disse: “[...] também andava hy outra molher moça com huu menjno ou menina no colo atado com pano ñõ sey de que aos peitos que lhe no parecia se ñõ as pernjinhas mas as pernas da may e o al ñõ trazia nhuu pano”.

É uma imagem distorcida da criança, metonimicamente vista só com as pernas de fora, como aparece no texto, meio de passagem, apenas para realçar, por oposição aos panos que recobriam a nudez da mãe. Surge assim, oculta e incompreendida, a primeira personagem infantil da história, protagonizando o fato inaugural do que poderia, um dia, vir a ser a história da infância brasileira.

Priore e Londoño (1992, p.7-8) comentam que:

resgatar a história da criança brasileira é dar de cara com um passado que se intui, mas que se prefere ignorar, cheio de anônimas tragédias que atravessaram a vida de milhares de meninos e meninas. O abandono de bebês, a venda de crianças escravas que eram separadas de seus pais, a vida em instituições que, no melhor dos casos, significavam mera sobrevivência, as violências cotidianas que não excluem os abusos sexuais, as doenças, queimaduras e fraturas que sofriam no trabalho escravo ou operário foram situações que empurraram por mais de três séculos a história da infância no Brasil (PRIORE; LONDOÑO, 1992, p. 7-8).

É, portanto, uma difícil tarefa de reconstituir o caminho que as crianças brasileiras percorreram ao longo da história, em que a sociedade foi marcada por mudanças culturais e contradições econômicas.

1.2 RESGATE HISTÓRICO DA INFÂNCIA

O historiador social francês Philippe Ariés, em seu livro “História Social da Criança e da Família” (1986), retratou a ausência do sentimento de infância na Idade Média, quando não havia uma consciência da natureza particular de infância, antes do século XVII. Os pais eram indiferentes a seus filhos; uma criança pequena não “contava”.

Esse autor relatou que a criança, abaixo de sete anos de idade, era vista como um ser sem importância e, após esse período, ela aprendia a conviver socialmente, sempre com a ajuda de adultos.

A violência contra criança é um fenômeno em expansão. Pode-se dizer que essa é uma afirmação de todos aqueles que, ao terem contato com os meios de comunicação, tomam conhecimento de casos dessa natureza. Entretanto, defronta-se aqui com uma resposta de caráter complexo. Em primeiro lugar, é preciso recordar brevemente as posturas teóricas de dois historiadores, que também procuraram analisar a chamada história da infância, tarefa extremamente ingrata, posto que a documentação disponível para tanto ainda é restrita. Dentre esses pensadores, destacam-se Ariés (1986) e De Mause (1975).

O primeiro afirma que, a partir do século XVII, a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida pelo contato com eles. Uma condição especial, pois a infância foi inventada, resultando em um conceito tirânico de família, que destruiu a sociabilidade e privou a criança da liberdade, infringindo a ela um confinamento e castigos severos. Ariés (1986) não sustentou a tese da percepção crescente da natureza especial da infância, levou, por força, à criação de um mundo melhor para as crianças. Na realidade, argumentou o contrário: o desenvolvimento do conceito de infância se apresentou acompanhado dos mais severos métodos de educação.

Já De Mause (1975), um psico-historiador, cujo trabalho é a tentativa de reconstrução da história da puericultura no Ocidente, mostrou uma suavização nas relações pais-filhos, vindo desde épocas, em que se abandonavam e se maltratavam as crianças, se expunham-nas a castigos físicos e ainda se descuidavam delas, até se chegar às idéias contemporâneas em que os pais se sacrificavam pelos filhos.

Portanto, para esse autor, a situação das crianças foi melhorando sensivelmente através dos séculos, pois, quanto mais se retorna ao princípio da história da humanidade, mais encontramos pais pouco envolvidos com o cuidado de seus filhos e que, hoje, se espantam

com a quantidade de crianças que sofrem abuso no próprio lar. Imagina-se que um número mais amplo dessa categoria poderia ser encontrado, caso mais se regredisse na história: “a evidência que coletei em termos de métodos disciplinares infantis, leva-me a crer que uma larga porcentagem de crianças antes do século XVIII era o que hoje se convencionaria chamar de crianças espancadas” (De MAUSE, 1975, p. 54).

As teses de Ariés (1986) e De Mause (1975), opostas principalmente no sentido de que uma aponta que o pesadelo das crianças começou a partir do conceito de infância e a outra de que esse pesadelo foi ficando para trás, na história da humanidade, mostraram que a verdadeira história da infância tem sérios obstáculos a transpor, do ponto de vista da sua reconstrução, uma vez que as divergências teóricas sobre elas são acentuadas. De qualquer forma, tais divergências servem para mostrar o quão longe se está em termos da possibilidade de afirmar se esse ou aquele período da história da humanidade trouxe mais ou menos violência no relacionamento pais-filhos. As dúvidas persistem e a única certeza que se tem é a de que ainda se depara com tal fenômeno e em números assustadores.

Em suas pesquisas, Ariés (1986) deparou-se com um caminho inovador: a observação e o estudo de documentos, retratos de famílias e efígies funerárias, exposições de fotografias em museus e, sobretudo, a arte na Idade Média. O foco de sua atenção estava na estrutura etária da sociedade e nos significados dos ciclos de vida, nas atitudes relacionadas à sexualidade, na posição da criança na família, na maneira de educá-la, nos hábitos, costumes, brincadeiras e vestimentas das próprias crianças. Esse período vai do século XIII ao XIX.

Ariés (1986) deteve-se a compreender o lugar da criança na arte medieval; concluiu e apresentou inúmeras evidências que demonstraram que a descoberta do sentimento de infância foi uma lenta construção, ocorrida entre os séculos XII e XIX. Tomando como ponto de partida o século XII, o autor disse: “[...] a Arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (p. 50).

Para ele, nas raras obras em que as crianças estavam representadas, “não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido” (Ariés, 1986, p. 53). Elas eram simplesmente reduzidas em uma escala menor, apenas o tamanho as distinguiam dos adultos. Por volta do século XIII, surgiram alguns tipos de crianças um pouco mais próximas do sentimento moderno: primeiro foram os anjos; depois, o menino Jesus e a Nossa Senhora menina; e, posteriormente, a criança nua.

Por volta do século XV, iniciou-se um movimento de moralistas e educadores, que demonstravam um interesse então inédito pela infância. O alvo principal de suas atenções eram os costumes relacionados às práticas sexuais. Entre os principais representantes desse movimento, estava Gerson³ (1706, p. 309 *apud* ARIÉS 1986, p. 55), que dedicou o tratado “*De confessione mollicei*” ao estudo do comportamento sexual das crianças, com o objetivo de ajudar os confessores, para que despertassem, em seus pequenos penitentes, os sentimentos de culpa. Seus conselhos e pregações recomendavam: falar às crianças sobriamente, utilizando apenas palavras castas; evitar que elas se beijassem ou se tocassem com as mãos nuas, ou mesmo se olhassem durante as brincadeiras; evitar a promiscuidade entre grandes e pequenos, ao menos na cama; impedir que as crianças dormissem na mesma cama com pessoas mais velhas. Aos poucos, essas recomendações foram transformadas em proibições e entraram para os regulamentos das escolas, passando a disciplinar as condutas de crianças e jovens. Os estudos sobre o comportamento das crianças foram ampliando-se gradativamente. Segundo Ariés (1986), já no final do século XVI, uma mudança nítida havia ocorrido:

Certos educadores, que iriam adquirir autoridade e impor definitivamente suas concepções e escrúpulos, passaram a não tolerar mais que desse às crianças livros duvidosos. Nasceu então a idéia de se fornecer às crianças edições expurgadas de clássicos. Essa foi uma etapa muito importante. É dessa época realmente que pode datar o respeito pela infância (ARIÉS, 1996, p. 125).

Ariés (1986) parte do princípio de que a sociedade medieval, anterior ao século XIII, não possuía o sentimento de infância ou o conceito de infância, como o termo foi traduzido para a literatura anglo-saxônica.

Naquelas sociedades, não existiam diferenças ou separações entre os mundos do adulto e da criança. Nesse sentido, Ariés (1986) argumentou que a sociedade via mal a criança e, pior ainda, o adolescente.

O livro de Ariés foi o primeiro estudo geral histórico da infância e causou um grande impacto, tanto à disciplina de História Social, quanto nas discussões sobre a infância na Pedagogia, no Direito, na Sociologia, na Política e na Antropologia.

Segundo o autor, na Antigüidade e mesmo no começo do período medieval, a noção de idade, em termos numéricos, não estava tão associada à identidade dos indivíduos como na atual sociedade.

³ Moralista e educador da época. *De confessione mollicei*, opera, 1706, vol. II, p. 309.

Ariés (1986), ao elaborar uma análise iconográfica do Antigo Regime, apresentou uma descrição rica do surgimento da família nuclear burguesa, composta basicamente pelo triângulo pai, mãe e filhos e por uma complexa combinação de autoridade e amor parental. Cabia à família ensinar às crianças a relação burguesa de autoridade; preparando-as para a adaptação social. Os homens eram formados para cumprir as tarefas impostas pelo sistema social. A criança era caracterizada pela família como um ser essencialmente guiado pelos instintos e não pela razão, não era capaz de interpretar de forma correta as poucas experiências que tinha e era também comparada a um animal, pois, cabia aos adultos disciplinar sua “selvageria”, não a deixando sem vigilância um só instante.

Esse modelo de educação combatia os desejos da criança, fazendo de suas renúncias a virtude essencial. Valorizava-se, nessa época, a disciplina, a obediência, o respeito pelos adultos. A autoridade paterna tinha razões indiscutíveis, não sendo permitido aos filhos exercer críticas em torno dela.

Ainda segundo Ariés (1986), a separação da criança do mundo adulto e sua colocação em novo lugar, no centro da família, são explicadas duplamente: pela mudança ocorrida na educação e pela mudança sentimental das famílias.

O fato de a escola substituir a aprendizagem, como meio de educação, fez com que as crianças deixassem de estar misturadas aos adultos, de aprender diretamente deles e de ser submetida a uma espécie de “quarentena” antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Contudo, a separação não teria sido possível “sem a cumplicidade sentimental das famílias. Ela tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, algo que não era antes” (Ariés, 1986, p. 10).

O movimento da mudança social fez com que surgisse o sentimento de infância, da maneira como ele é descrito por Ariés (1986), em que se tem a seguinte trajetória: ele parte do princípio de que a sociedade medieval, anterior ao século XIII, não possuía o sentimento de infância, ou o conceito de infância como o termo foi traduzido para a literatura anglo-saxônica.

Dito de outra forma, naquelas sociedades, não existiam diferença ou separação entre o mundo do adulto e o da criança. Nesse sentido, Ariés (1986, p. 10) argumentou ter afirmado “que a sociedade via mal a criança e, pior ainda, o adolescente”. Ressaltou, contudo, que havia um sentimento superficial, que ele denominou de “*paparicação*”, que era reservado às crianças pequenas, em seus primeiros anos de vida. A impressão que ele passa é a de que a

imagem que os adultos tinham das crianças era a de pequenos animais de estimação: “uma coisinha engraçadinha [...] as pessoas se divertiam com a criança como um animalzinho, um macaquinho impudico” (p. 10). Assim, ele registrou que, no século XVI, as crianças eram encaradas como “uma fonte de prazer e diversão”, mas, ainda nessa época, não havia uma consciência da natureza particular da infância como sendo um estado separado dos adultos. Depois desse primeiro sentimento (a paparicação), a sociedade viu surgir, no século XVII, o sentimento de infância como ele foi conhecido na idade moderna. As pessoas foram percebendo, gradativamente, que as crianças eram diferentes dos adultos e não apenas uma miniatura do adulto.

A obra de Ariés (1986) exerceu influência, direta ou indiretamente, sobre inúmeros estudos realizados nas últimas três décadas. Uma de suas principais contribuições foi colocar a temática da infância no campo de interesse da academia e dos pesquisadores. O seu trabalho estabeleceu pesquisas que sucederam às suas, em relação a condições de vida da criança em sociedades passadas e no desenvolvimento moderno do conceito de infância.

É opinião quase unânime de historiadores, filósofos e literatos que, em épocas passadas, as crianças tinham pouco ou nenhum valor social.

Na aristocracia dos séculos XVI e XVII não havia separação rigorosa entre o público e o privado, as famílias viviam nas ruas, nas festas, não se isolavam. Eram apenas constituídas, visando à transmissão da vida, à conservação dos bens, à prática de um ofício, à ajuda mútua e à proteção da honra e da vida em caso de crise.

Era por meio da autoridade que a família exercia sobre a criança os modelos sociais, a norma social de comportamento e ensinava qual era o dever dos cidadãos. A infância era fixada, portanto, no domínio do homem sobre o homem.

Os estudos de Stone (1977) lembram que, por volta do final do século XVI e durante o XVII, os castigos sofridos pelas crianças tornaram-se mais violentos, como resultado do interesse em “moldar” seu caráter. Assim, o incremento das crueldades podem ser compreendidos como “[...] by product of a greater concern for the moral and academic training of children” (um subproduto de uma crescente preocupação pelo treinamento moral e acadêmico das crianças), provocado pela doutrina do Pecado Original. Para Pollock (1983, p. 14), no primeiro ano de vida, os bebês puritanos eram tratados com delicadeza e tinham uma vida tranqüila e confortável; a partir do momento no qual começavam a manifestar vontade própria, o tratamento mudava radicalmente e eles passavam a ser socializados sob uma

disciplina dura e severa. Sua explicação das causas dessa mudança reforça a tese do pecado original: o fato de a criança afirmar sua própria vontade parecia a um puritano sincero, uma “clear manifestation of original sin [...] Such being the case, the only appropriate response from parents was a repressive one”⁴.

De Mause (1975, p. 86) descreveu a educação da criança como um pesadelo aterrorizador, cheio de pais sádicos e cruéis que, em vez de amor, pareciam, odiar seus filhos. Diz ele:

Nossos antepassados fizeram da infância um pesadelo: adultos do passado, assim como espancadores de crianças contemporâneos, regularmente sucumbiam ao desejo de mutilar, queimar e afogar bebês. Os hunos costumavam cortar as bochechas dos meninos recém-nascidos, pais do Renascimento italiano queimavam o pescoço com ferro quente ou então derramavam cera quente em recém-nascidos, e era comum cortar-se o freio sob a língua do recém-nascido, freqüentemente com a unha da parteira. Em todas as épocas, a mutilação deliberada dos ossos e da face da criança preparavam-nas para uma vida de mendicância. No século XIX, na Europa do Leste, o batismo não era uma questão simples da água, mas uma provação em água gelada que, freqüentemente, durava horas e algumas vezes, causava a morte do bebê. A prática regular do mergulho no banho, o quase afogamento do bebê, várias vezes em água gelada, com sua boca aberta, ofegando por ar. O mergulho de bebês em rios gelados foi considerado terapêutico, desde os tempos romanos, e até o século XIX, crianças eram freqüentemente postas na cama, enroladas em toalhas molhadas frias, para torná-las resistentes (DE MAUSE, 1975, p. 86).

Vendas, negociações políticas, tendo crianças como reféns, doações ou entregas para criação a terceiros, ao que consta, não só eram práticas cotidianas, mas eram aceitas com naturalidade da Antigüidade à Idade Média.

Uma legião de fantasmas, figuras mascaradas e cadáveres eram utilizados para amedrontar as crianças. De acordo com De Mause (1975, p. 84):

[...] as the child grew out of swaddling clothes, parents found it terribly frightening to care for, having project their own unconscious needs into the child. As a result, children were always felt to be on the verge of turning into actual deons, or a least to be easily susceptible to ‘the power of Devil’⁵ (DE MAUSE, 1975, p. 84).

Não bastassem as aterrorizações, as crianças da Antigüidade, até o período

⁴ Tradução: “[...] clara manifestação do pecado original... e sendo esse o caso, a única resposta apropriada dos pais era repressiva”.

⁵ Tradução: “À medida que saía do enfaixamento, os pais achavam terrivelmente amedrontador cuidar dela, por projetarem suas próprias necessidades inconscientes na criança. Como resultado, as crianças eram sempre vistas como prestes a se tornar verdadeiros demônios ou como pelo menos facilmente susceptíveis ao “poder do diabo”.

medieval, foram sistematicamente abusadas sexualmente. Embora registre a dificuldade de obter dados sobre a matéria, em razão da reserva de fontes (trabalhos relatando o sexo através da história permanecem trancados a sete chaves em museus e bibliotecas da Europa). De Mause (1975) afirma que há evidências para demonstrar que:

[...] o abuso sexual de crianças era muito mais freqüente no passado do que hoje em dia. Crescer na Grécia ou em Roma incluía ser usado sexualmente por homens mais velhos. Bordéis de meninos floresciam em todas as cidades da Antigüidade, e meninos escravos eram comumente mantidos para uso homossexual (DE MAUSE, 1975, p. 85).

Algumas mudanças começaram a ocorrer no Renascimento, mas, ao que consta, o abuso sexual contra crianças continuou até o início dos tempos modernos. A partir do século XVIII, o Cristianismo introduziu o conceito de inocência, e os moralistas iniciaram verdadeiras campanhas para as crianças estarem sempre vestidas contra o seu envolvimento em práticas sexuais.

É importante destacar as representações filosóficas do conceito de infância. Na Filosofia, as visões de infância estão articuladas a uma teoria mais geral da natureza humana e da cultura. Elas também representam a criança como um ser contraditório.

Na concepção de Rosseau (1995), o ser humano é naturalmente bom e todos os homens nascem livres. A criança, portanto, é originalmente boa, ao contrário da visão difundida da religião, que a concebe como pecadora e má. Sua natureza é inocente, e ela nasceu livre e para ser livre. Contudo, não escapando das visões contraditórias que marcaram as representações filosóficas da infância, mesmo para esse autor, a criança é também uma espécie de ser amoral e pode se tornar boa ou má, com o desenvolvimento da Razão.

Pela primeira vez, na Filosofia, a infância é valorizada como tal, na visão de Rosseau (1995, p. 79) anunciando que:

[...] a humanidade tem seu lugar na ordem das coisas, e a infância tem o seu na ordem da vida humana: é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança. Determinar para cada qual o seu lugar e ali fixá-lo, ordenar as paixões humanas conforme a constituição do homem, é tudo que podemos fazer pelo seu bem-estar (ROSSEAU, 1995, p. 79).

Na verdade, o autor faz aqui uma distinção básica que será considerada a matriz das concepções modernas: a diferença entre infância e adolescência. Rosseau (1995) designou quatro etapas da vida: as duas primeiras ele chamou de infância; a terceira, de puberdade ou adolescência; e a quarta, de juventude.

Nos dois primeiros estágios, embora os designe com o mesmo nome, fez a

distinção com os termos do latim:

[...] a fase do bebê é chamada de *infans*, que significa aquele que não pode falar, a segunda etapa começa quando acaba a *infans*, e ele a denomina *puer*. *Infans* e *puer* não são sinônimos, e a primeira está contida na segunda. Embora ele designe *puer infantem*, ele continua utilizando a palavra criança (*enfant*) para se referir às pessoas que se encontram nessa etapa da vida (ROSSEAU, 1995, p. 86).

Ao fazer essa classificação, Rosseau (1995, p. 86) não está preocupado com o desenvolvimento físico da criança, mas em buscar a formação intelectual e moral mais apropriada a cada etapa da vida:

[...] a infância tem maneira de ver, de pensar e de sentir que lhe são próprias; nada é menos sensato do querer substituir essas maneiras pelas nossas, e para mim seria a mesma coisa exigir que uma criança tivesse cinco pés de altura e que tivesse juízo aos dez anos (ROSSEAU, 1995, p. 86).

A reflexão de Rosseau (1995) deslocou o eixo da discussão filosófica em direção a uma maior valorização do ser humano, em dois sentidos: não é o mundo exterior, o objeto a ser visado, e sim o mundo humano. Essa visão afasta seu pensamento de filósofos empiristas como Locke e Hume, que viam a mente da criança como uma tábula rasa.

Locke (1632-1704), médico, filósofo e político, integrava o círculo daqueles filósofos que valorizavam a experiência, como fonte de conhecimento. Em seus trabalhos, ele se contrapôs à doutrina das idéias inatas de Santo Agostinho (354-430), Santo Anselmo (1035-1109) e Descartes (1596-1650), que afirmavam a existência, no espírito humano, antes de qualquer experiência, da idéia de um ser perfeito (Deus). Foram esses inatistas que elaboraram as imagens de infância como “símbolo da força do mal”.

Com a Psicologia, começou o interesse pela criança, mas foram as teorias de Darwin que contribuíram decisivamente para o crescimento dos estudos científicos sobre ela. Suas teses tiveram um impacto muito grande na psicologia infantil. Em “*Origem das Espécies*”, Darwin (1981) demonstrou a importância da infância dentro de um contexto evolutivo amplo da espécie.

Esse estudioso interessou-se pelos primeiros desenvolvimentos dos seres humanos, tais como as habilidades cognitiva, motora, comunicativa e outros, pois acreditava existir uma continuidade desenvolvimentista entre os animais inferiores e os seres humanos. Assim, o início da vida humana individual revelava como haviam sido os primeiros tempos, quando os homens evoluíam da espécie animal.

As crianças estão, nesse modo de pensar, no estágio imediatamente posterior ao

animal e anterior ao da fase acabada do homem na escala evolutiva.

Poster (1979 *apud* AZEVEDO; GUERRA, 1997, p. 53) também alertou que a “história da família é descontínua, não-linear e não-homogênea, consistindo em padrões familiares distintos, cada um com sua própria história”. Como Ariés (1986), Poster mostrou que, nas famílias aristocráticas do Antigo Regime (séculos XVI e XVII), atribuía-se pouco valor à privacidade, à domesticidade, aos cuidados maternos, ao amor romântico e às relações íntimas com as crianças. A vida emocional das crianças não gravitava em torno dos pais, mas estava difundida pela vasta gama de figuras adultas.

A família camponesa tinha traços em comum mais com a aristocracia do que com a moderna burguesia. A aldeia era a unidade básica dessa família. Todas as relações entre marido e mulher, entre pais e filhos, eram compartilhadas por todos os aldeões. A privacidade era desconhecida e sem valor. As sanções eram impostas com castigos físicos, em vez de ameaças de retirada de amor.

Na Idade Média, porém, dada a imprecisão, inclusive, do primeiro nome, fazia-se necessário agregar-lhe um sobrenome de família e, muitas vezes, um nome de lugar.

Vários pesquisadores encontraram dificuldades em registrar a história da infância. Os problemas apresentados foram classificados nos seguintes tópicos: a concepção ou a natureza da história, a orientação político-metodológica das pesquisas e as dificuldades com as fontes.

A roda dos expostos foi também um fato que marcou muito a história da criança no Brasil e em outros países. Ela só foi extinta em 1950 e perpassou aos três grandes regimes da nossa história. Sua origem se deu na Idade Média e na Itália.

No hospital de Roma, que recebia pobres, peregrinos doentes e leprosos, entravam os expostos por meio de uma roda, com um pequeno colchão, onde se depositavam os bebês, estando rigorosamente proibida a busca de informações sobre o expositor. Marcílio (1997), em artigo expõe que:

A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil relata que o nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado (MARCÍLIO, 1997, p. 55).

O Brasil foi o último país a acabar com o triste sistema de roda dos enjeitados. O sistema de rodas de expostos foi inventado na Europa Medieval. Seria ele um meio encontrado para garantir o anonimato do expositor e, assim, estimulá-lo a levar o bebê, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos, bosques, lixos, portas de igrejas ou casas de famílias.

Para Marcílio (1997), o fenômeno de abandonar os filhos é tão antigo, como a história da colonização brasileira. Antes da roda, os meninos desamparados deveriam ser assistidos pelas câmaras municipais, só que, raramente, as municipalidades assumiram a responsabilidade por seus pequenos abandonados e alegavam, quase todas, falta de recursos.

Havia, de fato, descaso, omissão e pouca disposição para esse serviço. A maioria dos bebês que iam sendo abandonados acabava por receber a compaixão de famílias que os encontravam. Estas criavam os expostos por espírito de caridade, mas também, em muitos casos, visando utilizá-los, quando maiores, como mão-de-obra família (Marcílio, 1997, p. 52).

Marcílio (1997) definiu que os pequenos expostos nem chegavam à vida adulta. A mortalidade foi a mais elevada de todos os segmentos sociais do Brasil.

Durante a época colonial, foram implantadas três rodas de expostos no Brasil, em suas cidades mais importantes: a primeira, em Salvador, logo a seguir no Rio de Janeiro e a última em Recife. Todas, no século XVIII.

Em *Violência de Pais contra filhos: a Tragédia Revisitada*, Guerra (1998) apontou que entre o século XVII e a segunda metade do século XVIII, a criança era pensada como um ser sem importância.

A natureza infantil não tinha especificidade, nem valor. Ela deveria ser educada (a própria palavra vem do latim *educare*, que quer dizer consertar o que está torto, mal formado). Nesse tipo de “pensar”, a criança impregnou a pedagogia durante certo tempo e foi a responsável pela dureza com que foi tratada no seio da família e das escolas. Os castigos corporais se configuravam como importantes, enquanto impostos às crianças. Para salvar sua alma, era preciso flagelar o seu corpo (GUERRA, 1998, p. 136).

A criança, porém, era vista como uma máquina que poderia ser renovada, de acordo com um novo modelo, graças, fundamentalmente, à educação. Ela não deveria expressar suas emoções, nem razões. Cumpria-lhe obedecer e fazer as vontades de seus pais.

Nesse mesmo século, as crianças nascidas de famílias ricas eram conduzidas às nutrizes e, depois, continuavam em média, quatro ou cinco anos, com os pais até irem para os conventos ou escolas internas. As crianças pobres eram amamentadas também por nutrizes e muitas acabavam morrendo ou vagando pelo mundo. Ao que parece, as crianças viviam em

estado de desamparo, quer físico, quer moral. O estatuto da infância não era significativo. O bem-estar de uma criança era desprezado, e a autoridade paternal e marital dominava a célula familiar.

As relações das mães com os filhos, nesse período, eram caracterizadas por apatia, frieza e desapego. A partir da segunda metade do século XVIII, essa situação se modificou. Várias publicações começam a criar para a mulher a obrigação de ser mãe.

A família, por não ser uma instituição natural, assume configurações diversificadas em sociedades ou grupos sociais heterogêneos. O modelo nuclear de família que parece tão natural, só se consolidou, por volta do século XVIII, segundo informações de estudos históricos. A mutabilidade seria a característica fundamental do grupo familiar.

Na literatura sociológica, a reflexão sobre a família predominou na teoria funcionalista que dominou o pensamento norte-americano, a partir da década de 1950, com reflexos marcantes sobre a sociologia brasileira. O funcionalismo enfatizou a importância de a criança ter nos primeiros estágios de desenvolvimento uma relação íntima e intensa com a mãe.

Na literatura marxista, a família não foi um tema privilegiado. Engels (1981) tentou integrar a questão da reprodução, na teoria mais geral da sociedade, na qual os seres humanos são definidos por suas relações com o sistema de produção. Para ele, o fator determinante da História é a produção e a reprodução da vida imediata.

A literatura antropológica é rica em dados que atestam a variabilidade das estruturas familiares. A Antropologia considera a família um grupo de procriação e de consumo, o lugar privilegiado onde incide a divisão sexual do trabalho, em função da qual se determina o grau de autonomia ou subordinação das mulheres.

No campo da Psicologia, a família exerce papel fundamental na teoria de Freud. O princípio básico da teoria freudiana é a de que os conteúdos mentais formam-se na infância, o qual desempenhou papel revolucionário no campo científico. Ele mostrou que a mente não é algo previamente dado, mas sim uma estrutura construída na infância, por meio de um longo processo de constituição da personalidade e de estabelecimentos de vínculos afetivos e emocionais, que ocorrem dentro da estrutura familiar.

Freud é considerado o mais influente entre os teóricos e reformadores do século XIX que articularam uma nova visão da criança. E já é uma leitura recorrente que, com Freud, as crianças perdem a inocência, que haviam ganhado da Teologia e de Rousseau. Freud (1905,

p. 180) “descobriu” a infância em suas análises sobre os fenômenos da vida sexual dos adultos: “Já em 1896, eu insistia na importância dos anos da infância na origem de certos fenômenos importantes ligados à vida sexual, e desde então nunca deixei de dar ênfase ao papel desempenhado na sexualidade pelo fator infantil”.

Uma teoria crítica e adequada sobre a família refere-se a um espaço social em que as gerações se defrontam mútua e diretamente, e os sexos definem suas diferentes relações de poder. Guerra (1998, p. 92) concluiu que:

[...] a família ocidental do momento registra grandes mudanças. Aumentou o número de divórcios, as pessoas tornaram-se substituíveis, tanto na esfera do trabalho, como na esfera afetiva ou conjugal. Seus aspectos altamente repressivos da época anterior dissiparam-se, mas isso não quer dizer que a família adotou formas menos autoritárias ou mais livres de lidar com seus membros (GUERRA, 1998, p. 92).

Guerra (1998) ressaltou ainda que a família atravessa uma intensa crise que a desqualifica como elemento protetor da criança.

Defende-se o direito da criança, mas a própria sociedade a assola, uma vez que o reconhecimento desses direitos implicaria alterações no seio da família e da própria sociedade.

Vivendo em um mundo comandado por adultos, por mais que se expresse a liberdade da criança, ela continuará sendo um ser dominado a determinados papéis específicos. Transformar o mundo da violência infantil significaria transformar as relações sociais de adulto e criança.

É verdade, então, que o autoritarismo dispensado à criança não desapareceu. Ele se transformou, adquiriu novas formas, mas ainda está em vigor.

1.3 A INFÂNCIA POR MEIO DE ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PSICOLÓGICAS

A descontinuidade entre o mundo do adulto e o da criança tem sido apontada por muitos cientistas sociais como uma das principais características da concepção moderna de infância. Benedict (1934, p. 37) relata:

“[...] que nossa cultura é distinta, por causa dos moldes descontínuos entre o comportamento exigido das crianças e o dos adultos: as crianças ‘brincam’ e não têm responsabilidade, enquanto os adultos trabalham e têm

responsabilidade”. A criança deve ser obediente e o adulto dominante. Ela deve ser assexuada, enquanto o adulto deve ser sexualmente competente (BENEDICT, 1934, p. 37).

Outras culturas, com certeza, possuem um conceito de infância e demonstram reconhecer a diferença entre crianças e adultos. Enquanto nas sociedades industriais o trabalho é coisa de adulto e brincadeira é coisa de criança, em várias sociedades não ocidentais ou primitivas, trabalho e brincadeira são coisas de criança e adulto. Muitas sociedades requerem de suas crianças a execução de tarefas simples, desde a mais tenra idade, como, por exemplo, cuidar de bebês, buscar água e cuidar de animais.

Nas sociedades modernas, altamente diferenciadas na distribuição de papéis, com uma divisão fortemente especializada, nas quais as famílias são segregadas das outras esferas institucionais, ocorre a descontinuidade entre o mundo da criança e o mundo adulto.

O processo da concepção de infância tem suscitado pesquisas e reflexões que permitem questionar e buscar a superação do paradigma do adulto, na organização social, perante a criança. Essas idéias vêm ganhando espaços significativos, nas sociedades ocidentais, em vários campos: científicos, políticos e sociais.

Damázio (1988, p. 35) assegura que:

na realidade contemporânea, o ritmo da criança é bem diferente. De um lado, o convívio tenso das desigualdades sociais e de outro, as rápidas informações vindas de todos os lados. A subjetividade da criança se tece no contato com tais realidades (DAMÁZIO, 1988, p. 35).

A criança capta, incorpora e, por fim, reproduz o teor desse mundo em que ela vive. Se a criança não tem condição para uma leitura do mundo que a leve a situar-se como sujeito consciente, crítico e criativo (capaz de entender a realidade e agir conscientemente) corre-se o risco de continuar com as idéias e pensamentos dos séculos anteriores.

A teoria contemporânea tem demonstrado que a criança possui seus próprios processos de articular a afetividade, o físico e a inteligência, mas é preciso lembrar que tais processos se dão conforme o seu ser e estar no mundo, que significa um momento histórico-cultural.

Compreender os aspectos psicológicos que envolvem o desenvolvimento da criança é imprescindível para perceber o como é importante o conceito de infância.

Damázio (1988, p. 15) ressalta que há diversas abordagens e linhas de pensamento

a respeito de tal conceito. A linha behaviorista⁶ acredita que a criança é como uma massinha sujeita a um treinamento que pode ser adequado ou não:

Essa criança poderá ser condicionada para qualquer papel ou função, desde que treinada para reagir satisfatoriamente aos estímulos, problemas ou obstáculos. A criança é tida como um ser moldável e adaptável a qualquer tipo de conduta (DAMÁZIO, 1988, p. 15).

Esse mesmo autor (1988) afirma que o psicólogo suíço Jean Piaget⁷ é responsável por uma guinada importante na teoria sobre a criança. Para Piaget, a compreensão da realidade, o desenvolvimento do raciocínio lógico formal se dá na criança, por meio de uma sucessão progressiva de estágios de maturação dessa criança em relação ao ambiente. Ela não só recebe estímulos como os elabora, decodifica-os. Ela cria e recria informações.

Observar na criança o desenrolar das descobertas e formulações racionais com seu meio é fundamental para melhor compreendê-la. Isso significa reconhecer que o desenvolvimento da criança é um processo de maturação intermitente, é uma sucessão de momentos inter-relacionados e interdependentes.

A criança, portanto, é o sujeito em seu processo de crescimento, com suas possibilidades orgânicas e mentais, sendo portadora de seus próprios meios de viver e conhecer a realidade.

A criança relaciona-se com o mundo de modo mais concreto e aberto, pois está aprendendo a lidar com esse mundo. Está operando traduções da realidade e criando sentidos. As experiências são sempre vitais e ricas de significado. A sua expressividade é um jogo aberto com o real e seu universo é lúdico.

A concepção de infância se dá no momento em que o outro respeita o seu período de vida, que é o mais nobre e sensível que o de todos os outros por onde o ser humano pode passar.

A psicanalista infantil Aberastury (1992) dedicou-se à atividade lúdica em seu livro “A criança e seus jogos”, mostrando a importância do brincar, sob o ponto de vista psicanalítico, pois é brincando que a criança desloca para o exterior seus medos, angústias e problemas internos, dominando-os por meio da ação. Repete no brincar todas as situações

⁶ Refere-se a um dos sistemas da Psicologia que influenciou vários setores de estudo do comportamento humano, desde as teorias da aprendizagem, incluindo as teorias da personalidade baseadas no conceito de aprendizagem social.

⁷ A teoria piagetiana mostra uma nova e importante compreensão do desenvolvimento das crianças. Sua técnica básica foi a observação sistemática, a descrição e a análise do conhecimento delas.

excessivas para seu ego fraco, e isso lhe permite, devido ao domínio sobre os objetos externos ao seu alcance, tornar ativo aquilo que sofreu passivamente, modificar um final que lhe foi penoso, tolerar papéis e situações que seriam proibidos na vida real interna e externamente e ainda repetir à vontade situações prazerosas.

Por meio da atividade lúdica, a criança expressa seus conflitos e, desse modo, pode reconstruir seu passado, assim como o adulto o faz por meio de palavras.

Freud (1920) foi o primeiro a descrever esse mecanismo psicológico do brincar, quando interpretou o brinquedo de uma criança de 18 meses. O garoto fazia aparecer e desaparecer um carretel, tentando assim, dominar sua ansiedade, em relação ao aparecimento e desaparecimento da sua mãe, simbolizado pelo carretel e, ao mesmo tempo, jogá-la longe, sem perigo de perdê-la, já que o objeto voltava, quando ele o desejava. Esse brinquedo permitia ao menino descarregar, sem risco algum, fantasias agressivas e de amor em relação à mãe, já que era senhor absoluto da situação. Além disso, elaborava a angústia de separação. O carretel representava a mãe, que, primeiro, era jogado fora e depois recuperada.

Em seu clássico livro *Além do Princípio do Prazer*, Freud (1920, p. 25-6) observou a respeito do caso citado acima:

[...] tinha um carretel de madeira com um pedaço de cordão amarrado em volta dele. Nunca lhe ocorrera puxá-lo pelo chão atrás de si, por exemplo, e brincar com o carretel como se fosse um carro. O que ele fazia era segurar o carretel pelo cordão e com muita perícia arremessá-lo por sobre a borda de sua caminha encortinada, de maneira que aquele desaparecia por entre as cortinas, ao mesmo tempo que proferia seu expressivo “o-o-ó”. Puxava então o carretel para fora da cama novamente, por meio do cordão, e saudava o seu reaparecimento com um alegre “da” (FREUD, 1920, p.25-6).

Freud (1908, p. 141) ensina que uma criança brinca não somente para repetir situações satisfatórias, mas também para elaborar as que lhe foram dolorosas e traumáticas. Em “*Criação Poética e a Fantasia*”, estabelece a diferença entre o jogo infantil e o jogo diurno:

Poderíamos dizer que cada criança, em seu jogo, se comporta como um poeta, já que cria um mundo próprio, ou, melhor dizendo, reordena as coisas de seu mundo numa nova forma que lhe agrada mais... o oposto ao jogo não é o sério mas o real. Apesar de toda a emoção com que caracteriza o mundo lúdico, a criança estabelece bem sua diferença e sente prazer em unir seus objetos e situações imaginárias com as coisas tangíveis e visíveis do mundo real. Esta união é o que diferencia o jogo da criança da fantasia (FREUD, 1908, p. 141).

Rosa (1991) salienta três fatores que contribuem para a modificação dos padrões

de agressividade da criança: os pais, os grupos de parceria e os meios de comunicação.

Com relação aos pais, o fator mais decisivo parece ser o seu comportamento punitivo, ou seja, o modo como os pais castigam seus filhos. Estudos feitos com crianças consideradas excessivamente agressivas, geralmente apresentam os mesmos resultados. Essas crianças descreveram seus pais como indivíduos hostis e que as rejeitavam sistematicamente.

À medida que os pais se tornam mais severos, a criança se torna mais agressiva, e muitas delas começam a se tornar verdadeiros problemas.

Atualmente, a infância surpreende e até amedronta. Ela ocupa a mídia, o noticiário dos horários nobres. Vê-se, com frequência, na televisão, cenas de violência nas escolas, nas ruas, nas cidades, divulga-se o uso DE drogas, o problema da fome, da miséria e a luta pela sobrevivência, envolvendo crianças. Quem não se choca com essas notícias ou com os olhares questionadores da infância?

Arroyo (*apud* VEIGA; FARIA, 1999, p.8) afirma que crianças e adolescentes assaltam e chocam o imaginário e a sensibilidade pedagógica:

Como não perguntar-nos onde se foi a ternura e a cor de nossa infância? Somos nós seus pedagogos e condutores ou tem outros condutores nos tortuosos caminhos e becos da cidade? Descobrimos que quem os conduz é a necessidade de sobreviver, o trabalho, a violência, as viaturas de polícia (ARROYO, *apud* VEIGA; FARIA, 1999, p.8).

É verdade que nem todas as crianças rejeitadas por seus pais, se tornam demasiadamente agressivas. Algumas reprimem suas emoções, como forma de lidar com esse problema.

Para Vygostky (1991), a criança começa a controlar o ambiente com a ajuda da fala, antes mesmo de controlar o próprio comportamento. Isso produz novas relações com o ambiente, além de uma nova organização do seu comportamento. A criação dessas formas, caracteristicamente humanas, produz, mais tarde, o intelecto e constitui a base do trabalho produtivo: a forma específica do uso de instrumentos.

Em laboratório, Vygostky (1991) observou que a fala não só acompanha a atividade prática, como também tem um papel específico na sua realização. Em sua experiência, observou que a fala da criança é tão importante quanto a ação para atingir um objetivo e que as crianças não ficam simplesmente falando o que estão fazendo. A fala e a ação da criança fazem parte da mesma função psicológica complexa, dirigida para a solução do problema em questão.

Às vezes, a fala adquire uma importância tão vital que se não for permitido seu uso, as crianças pequenas não são capazes de resolver a situação. O autor concluiu que as crianças resolvem suas tarefas práticas com a ajuda da fala, assim como dos olhos e das mãos.

A relação entre fala e ação é dinâmica no decorrer do seu desenvolvimento. Assim, como um molde dá forma a uma substância, as palavras podem moldar uma atividade dentro de determinada estrutura. Entretanto, essa estrutura pode, por sua vez, ser mudada e reformada, quando as crianças aprendem a usar a linguagem de modo que lhes permita ir além das experiências prévias ao planejar uma ação futura.

No que concerne ao problema da aquisição da linguagem na criança, Penna (2001) considera sumariamente três grandes posições que se antagonizam e se revelam como as mais importantes: a de Skinner, (1975); a de Noam Chomsky (1981) e a de Jean Piaget (1978).

A posição assumida por Skinner (1975, p. 36) é essencialmente expressiva do empirismo, centralizando-se na relevância concedida ao condicionamento operante, isto é, “a criança aprenderia não só o vocabulário, mas também as regras que permitem utilizá-las para efeito da comunicação com o outro”.

Penna (2001, p. 25) destacou em “Introdução à Psicologia Genética de Piaget”, a concepção assumida por Chomsky, “onde prioriza a tese de que a criança já nasce com as estruturas expressivas de uma gramática universal que lhe permitem a aquisição da linguagem materna. A criança dispõe então de condições genéticas que lhe permitem que ela venha a falar”.

Chomsky (1981) desenvolveu sua contribuição, centralizando-se em uma postura inatista. As presenças de universais lingüísticas e dispositivas de aquisição da linguagem representam as condições básicas da posição chomskyana, ou seja, o processo de aquisição da linguagem na criança ocorre na presença de padrões biologicamente programados e os organismos já possuem sistemas programados que permitem e asseguram a comunicabilidade.

Piaget (1979) descartou tanto o inatismo de Chomsky, como o empirismo de Skinner. Propôs a concepção construtivista. Piaget e Chomsky participaram de um debate organizado no “Centro de Royaumont para uma ciência do homem” e, efetivamente, centrado no tema “Teorias da linguagem e teorias da aprendizagem”. Tal debate aconteceu em Paris, em 1979.

A posição de Piaget foi concebida e desenvolvida dentro da perspectiva de que a

linguagem e o pensamento da criança se desenvolvem em função de processos genéticos e são construídos historicamente. Sustentou que a linguagem é adquirida, como a última das formações semióticas no período que se estende entre dezoito e vinte e quatro meses. Tal aquisição será explicável por meio de processos de equilíbrio. As contribuições de Piaget sobre o processo de aquisição da linguagem foram apresentadas em seu clássico texto, publicado em 1978, sob o título “A formação do símbolo na Criança” (p. 89). Os dois princípios básicos que Piaget apresenta nesse texto são:

1 - contrariamente o que afirmam lingüistas, psicólogos e filósofos, a característica mais específica do homem não é a linguagem, mas qualquer coisa de mais geral, uma espécie de capacidade cognitiva superior que torna possível o pensamento conceptual; 2 - a linguagem não é senão uma das diversas manifestações simbólicas elaboradas pelo homem no quadro de suas interações com o meio físico e social. É essa função simbólica que é a base da capacidade cognitiva superior (PIAGET, 1978, p. 89).

Enfim, a hipótese piagetiana fundamental no que concerne a origem da linguagem é a de uma continuidade funcional, sem hiatos particulares. A criação de significantes é indissociável da atividade. Sobre os significantes, Piaget assinala que no curso da evolução psicológica da criança eles se diferenciam.

Uma observação na teoria de Piaget é a sua comparação entre a linguagem e o jogo simbólico.

Penna (1976, p. 204), em “Comunicação e linguagem”, definiu que: “[...] na verdade para Piaget, a linguagem é o instrumento essencial de adaptação social, que não é inventada pela criança, mas transmitida a ela sob formas prontas, acabadas e de natureza coletiva”.

Em contraste com os adultos, que reagem diferentemente a objetos e a pessoas, as crianças pequenas provavelmente fundirão ação e fala em resposta a objetos e a seres sociais.

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio, em um sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetos definidos, são refratadas pelo prisma do ambiente da criança.

Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente arraigado nas ligações entre sua história de vida individual e a social.

1.4 CRIANÇA: UMA NOVA CONCEPÇÃO

Na história geral da criança, pode-se perceber algumas tendências nas relações dos adultos com os pequenos. Houve uma etapa em que predominou um olhar sobre a criança, como um “adulto em miniatura”. Esse pensamento pode ser assim resumido, segundo Ariés (1986, p. 10):

Ela tem tudo o que o adulto tem, ela pode tudo o que o adulto pode. Seu único defeito é ser pequena. Vamos então propiciar o seu crescimento, vestindo-a como adulto, exigindo dela comportamentos de adulto, forçando-a a crescer, terminando assim o mais breve possível com o mal de ser criança (ARIÉS, 1986, p. 10).

Com as descobertas psicológicas das características próprias da criança, houve o reconhecimento das peculiaridades do período de crescimento e da diversidade qualitativa do comportamento infantil. A criança não é só quantitativamente diferente do adulto em relação ao físico, ao psíquico, não sendo só uma questão de tamanho, de tempo de vida. A criança vive uma diferença biológica, no desenvolvimento do organismo, do seu corpo, dos seus órgãos.

Isso trouxe conseqüências no modo de tratar a criança. Se na primeira tendência prevalecia uma maneira rígida de tratar a criança, a segunda trouxe exageros no considerar a criança, como menor, no sentido de incapaz, de objeto de tutela, de proteção. Isso teve reflexo também nas leis e nas relações sociais. Felizmente, agora brota vigorosa uma terceira tendência, gestada durante séculos.

Há um nascimento histórico no que diz respeito à dignidade da criança. As práticas educativas, no mundo todo, as descobertas e os estudos mais recentes foram consagrados para a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em artigos importantes da Constituição e, sobretudo no Estatuto da Criança e do Adolescente⁸.

A criança é uma pessoa em condição peculiar, isto é, em condição especial, particular, diferente, de desenvolvimento. Essa característica de desenvolvimento não deve ser motivo para ficar apenas subordinada, dependente.

⁸ O Estatuto da Criança e do adolescente é um conjunto de regras e normas, criado no ano de 1990, regularm ente instituídas pela sociedade brasileira jurídica e politicamente organizada que tem como objetivo alterar hábitos, usos e costumes em relação à infância.

Blannes (1992, p. 3-4) afirma que

[...]a criança tem direito de ser educada, ou seja, de receber orientação, conselho, instrução, capacitação; tem direito aos cuidados de saúde, porque o seu organismo está ainda em formação, em crescimento, em desenvolvimento, o que, por vezes, lhe causa crises, mal-estar, dificuldades, que exigem compreensão e ajuda, e não castigo e repreensão; tem direito de ser amada, estimulada a viver e a enfrentar a existência, as dificuldades da convivência; tem direito ao lazer, direito de ir e vir, de se profissionalizar, de produzir no trabalho, de acordo com sua idade; tem direito de ser acolhida, sobretudo, quando lhe faltam as condições fundamentais para sobreviver, isto tudo sob a condição familiar e comunitária. Família e comunidade são os principais direitos de uma criança. O atendimento à criança passa pelo atendimento de seus direitos, que devem ser garantidos, primeiramente, nas políticas públicas postas em execução através do dinheiro público, arrecadado nos impostos. Quem deve controlar isto são os Conselhos de Direitos em âmbitos municipal, estadual e nacional. Para aquelas crianças, cujos direitos não foram atendidos, por ação ou omissão da sociedade e por impossibilidade, ação ou omissão da família, o Conselho Tutelar aparece para garantir tais direitos (BLANNES, 1992, p. 3-4).

Não compete aqui falar sobre o papel dos Conselhos, já que esse será tratado no próximo capítulo, mas não se pode deixar de acentuar que todas as instâncias: a família, a escola, os responsáveis por instituições, têm de ter presente, no seu modo de tratar a infância, essa nova concepção da criança, como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, como sujeito de direito e não objeto de decisão do outro.

Nos “Cadernos de Ação-Trabalhando Conselhos Tutelares” (1992, p. 4), comenta-se que:

[...] sendo assim, a criança deve fundamentalmente ser ouvida quando se tomam decisões ao seu respeito. Deve-se (primeiramente) salvar seus vínculos familiares, suas raízes comunitárias, através do apoio sócio-familiar previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É preciso procurar garantir-lhe uma família substituta quando o relacionamento com sua família de origem faltar por completo e, finalmente é preciso ter ambiente de família, de respeito, de acolhida real, na casa- abrigo, no centro comunitário, na oficina de profissionalização, onde quer que se abra espaço para realizar qualquer processo pedagógico. É melhor não se pôr a cuidar de crianças se não se têm condições de agir de acordo com a concepção renovada que esta terceira fase da história da criança propõe (CADERNOS, 1992, p. 4).

Resta, porém, o desafio de assegurar o direito de atendimento às crianças de forma integral e integrada, redistribuindo competências aos diversos níveis de poder.

Foram dados passos significativos na melhoria do atendimento e atenção às crianças. É um compromisso que precisa ser assumido por todos, a fim de que se possa pôr em prática essa nova concepção de infância.

A união de todos os que lutam e querem ver os direitos das crianças efetivamente respeitados deve se pautar pelos ideais de justiça e de fraternidade constitutivos de um novo homem e de uma nova sociedade.

2 INFÂNCIA E VIOLÊNCIA

2.1 RESGATE HISTÓRICO DO CONCEITO DE VIOLÊNCIA

O tema desta dissertação focaliza a violência contra crianças em Campo Grande-MS, buscando dados por meio de uma instituição de atendimento, analisando a atuação dos profissionais que trabalham com a questão da problemática infantil. Serão registradas algumas das contribuições no estudo do conceito de violência em suas mais diversas modalidades.

Neste capítulo, será apresentada uma introdução ao problema, contendo as contribuições da Filosofia, da Psicologia, da Etologia, da Antropologia, da Psicanálise e de outras áreas.

A violência invadiu todas as áreas da vida e está presente em todos os processos de desenvolvimento das relações humanas. A dificuldade de se defini-la deve-se à sua imensa variedade de formas pelas quais a agressão se expressa.

O homem possui um instinto para a agressão. Sua dificuldade em viver harmoniosamente com a natureza e com seus semelhantes é marcante. Não obstante, ele também se distingue pela presença de comportamentos altruístas.

O longo caminho da evolução levou o homem a se tornar o único animal conscientemente capaz de influenciar seu próprio futuro, mas também se distingue pela capacidade intensa de aprender e de se adaptar.

No que concerne à contribuição das reflexões filosóficas, Hobbes (1974) sustentou a tese de que o “homem é o lobo do homem”, ou seja, que as relações entre os seres humanos são, por natureza, essencialmente conflitivas e destrutivas daí se impondo sua sagrada tese da necessidade de um “contrato social”, objetivando um nível adequado de convivência entre os indivíduos, ainda assim marcados por atos não freqüentes de agressão.

Cabe aqui a observação de que no texto de Phill Rieff (1966), “Freud: la mente de um moralista”, que registrou a influência de Hobbes sobre Freud, conforme se comprova no clássico texto que Freud (1930) produziu sob o título de “O mal estar na civilização”, em

1930. Rieff (1966, p. 222) escreveu: “Em geral Freud está com Hobbes, em oposição a Rousseau: na realidade o homem não é bom e a sociedade o refreia”.

O tema da relação violenta, envolvendo os homens, é citado nos textos dos etólogos, apresentada por Ireneaus Eibl Eibesfeldt, em suas obras: “Introduction al estudio comparado del comportamiento” (1974) e “O comportamento de luta nos animais” (1973). Ressalta-se a extrema agressividade do homem. Certamente, o homem é o único animal capaz de perseguir seu semelhante, ao longo de muitos anos, com o objetivo único e exclusivo de destruí-lo.

Eibesfeldt (1973) comparou a luta entre os animais, estritamente dominada pela preservação da territorialidade, ou seja, do espaço vital necessário à sua sobrevivência e que não termina, necessariamente, com a morte.

Na área da psicanálise, Erich Fromm, antigo membro da escola de Frankfurt e, posteriormente, um dos mais eminentes integrantes da corrente americana da Psicanálise, foi o autor de “O medo à liberdade” (1981) e “Anatomia da destrutividade humana” (1973) em cujas obras mostra o quanto a violência exprime apenas um comportamento de auto-afirmação, mas que, na verdade, encobre um profundo sentimento de inferioridade e impotência. Em “Anatomia da destrutividade Humana”, Fromm (1973) apontou para o fato de que o homem difere do animal, porque é o único que elimina e tortura; é o único primata que elimina e tortura os membros de sua própria espécie, sem qualquer motivo, tanto biológico quanto econômico, e que, segundo ele, sente prazer em proceder dessa forma.

Em “O medo à liberdade” (1981), o autor começou por definir os “mecanismos de fuga”, apresentando-os como decorrentes da insegurança do indivíduo isolado.

Fromm (1981, p. 120) escreveu:

Uma vez que sejam rompidos os vínculos primários que davam segurança ao indivíduo, uma vez que este enfrente o mundo exterior como uma entidade completamente independente, dois caminhos lhe apresentam para superar o estado insuportável de impotência e solidão. Por um lado, ele pode progredir para a ‘liberdade positiva’, pode relacionar-se espontaneamente com o mundo pelo amor e pelo trabalho, na expressão legítima de suas capacidades emocionais, sensoriais e intelectuais: pode assim, unir-se uma vez mais ao homem, à natureza e a si mesmo, sem renunciar à independência e à integridade de seu ego individual. O outro caminho com que se depara, permite-lhe recuar, desistir de sua liberdade e procurar vencer sua solidão, eliminando a brecha que se abriu entre ele e o mundo (FROMM, 1981, p. 120).

O primeiro “mecanismo de fuga”, considerado por Fromm (1981, p.121), é precisamente o autoritarismo: “a tendência para renunciar a independência do próprio ego individual e fundi-lo com alguém ou algo, no mundo exterior, a fim de adquirir a força de que o ego individual carece”. Ou, por outras palavras, procurar mover “vínculos secundários” como um sucedâneo para os vínculos primários que se perderam. As formas mais conspícuas desse mecanismo são encontradas no anseio de submissão e dominação, ou então, nos impulsos masoquistas e sádicos existentes em grau variável, nas pessoas normais e nas neuróticas.

Fromm (1981, p.125) ressalta que, no caso do masoquismo, há a presença de fortes sentimentos de inferioridade, impotência e insignificância individual que logo conduzem à submissão e, com muita freqüência, à auto-agressão. No caso do sadismo, conforme assinalou, ele se expressa por meio de três formas diferentes: “pela imposição máxima de dependência, pela exploração e pela violência, objetivando a produção de danos físicos e morais”.

Em função das teses sustentadas por Fromm (1981, p.123), há um exemplo bem expressivo do significado do sadismo. A referência aponta para a relação conflitiva entre marido e mulher, quando as agressões físicas são constantes do primeiro sobre a segunda, e que deixam bem clara a presença do forte sentimento de inferioridade e insegurança do marido que precisa afirmar-se, negando sua fraqueza. Verifica-se, portanto, com freqüência, nos casos em que a mulher busca a proteção na casa de seus pais, e que, por sua vez, o marido desesperado não se envergonha de implorar para a esposa que ela retorne ao lar. Nos casos em que ela cede, constata-se que o quadro anterior volta a dominar, ou seja, o exercício severo de violência contra a companheira continua.

Adorno e Horkheimer (1982), em “Sociologia da Família”, consideram a família como agência socializadora e formadora da personalidade do indivíduo, mas criticam o papel conservador, pois o mecanismo central da liberdade era a autoridade do pai sobre o filho. Era, na família, segundo os autores, o lugar de adestramento para a adequação social em que a criança aprendia a relação burguesa por meio da autoridade paterna.

O estudo da agressão começa onde deveria terminar o saber das especulações sobre a “verdadeira natureza” do homem. Tais especulações são tão antigas quanto o próprio homem e, na maioria das vezes, teólogos e filósofos enfatizaram a depravação inata e a capacidade do homem para o mal.

Uma das dificuldades das muitas teorias da agressão é que os seus proponentes tendem a se concentrar em sua própria disciplina e ignoram contribuições das disciplinas vizinhas.

Não é de se surpreender que o resultado seja uma abundância de amplas generalizações, das quais as seguintes são exemplos, segundo Jonhson (1979, p. 2-3):

[...] a agressão é um instinto universal; a agressão é um processo motivacional único e subjacente; a agressão tem alguma causa ou antecedente único, como dor ou frustração; toda agressão é má; matar os membros da mesma espécie envolve agressão, ao passo que matar entre espécies não a envolve; os seres humanos são os mais agressivos de todos os animais; o estudo da agressão em animais pouco contribui para a compreensão da agressão humana. A amplitude das especulações sobre o comportamento agressivo é inusitadamente intensa e diversa, e isto provavelmente é uma indicação tanto da nossa ignorância como da nossa preocupação. Felizmente, não somos forçados a escolher entre plasticidade total e impulsos herdados, porque a ciência moderna foi bem sucedida na destruição de alguns dos mitos antigos enquanto que sintetizava muitos fatos novos. Isto foi conseguido, em grande parte, pelo reconhecimento de que não existe uma única disciplina ou abordagem científica que possua o monopólio da verdade sobre a agressão. Chegamos a reconhecer que contribuições importantes podem provir de muitos campos, incluindo a Biologia, a Medicina, a Psicologia, a Sociologia, a Criminologia, a Antropologia e a Ciência Política (JONHSON, 1979, p. 2-3).

Jonhson (1979) criticou autores que apenas possuíam uma visão restrita e unitária a respeito do problema. Acreditava na interdisciplinaridade, no conceito e nas pesquisas da agressão e da violência. O importante para ele é que profissionais, estudiosos ou cientistas, que estudavam essa área, pudessem “ver” um mundo fora de sua especialidade.

Retomando conceitos de Freud no que diz respeito à agressão e à violência no homem, ele era inconsistente em seus pontos de vista, mas suas teorizações eram de grande importância.

Cada vez mais velho e pessimista a respeito da humanidade, Freud lhe atribuiu um papel importante para ajudar a explicar o comportamento sádico e masoquista, devido às grandes guerras mundiais difundidas na Europa. Ele concebia de modo mais amplo as forças motivacionais que eram governadas pela pulsão de vida (Eros), ou pela pulsão de morte (Tanatos).

A primeira pulsão Eros representa o impulso para a vida, para a criação criativa e para a própria preservação do indivíduo. Essa pulsão, para Freud, é de natureza sexual, no sentido mais amplo do termo. Não se trata evidentemente de sexual no sentido popular. Por

exemplo, mamar para o bebê é um ato sexual, por se tratar de atividade necessária à sua própria sobrevivência e exprime a fase da sexualidade oral.

A segunda pulsão Tanatos representa o impulso para a morte e é quando Freud explica o comportamento agressivo do homem na sociedade. Essa pulsão de destruição pode expressar-se na forma de agressão ao semelhante ou pode voltar-se contra o próprio indivíduo.

Freud (1930, *apud* FROMM, 1973, p. 39) descreve a nova fase teórica nos seguintes termos:

Começando com especulações sobre a origem da vida e de paralelos biológicos, cheguei à conclusão de que, além do instinto para preservar a substância viva, deve haver um outro instinto contrário, que procura dissolver essas unidades e fazê-las retornar ao seu estado primordial inorgânico. Quer dizer, assim como há Eros, há também um instinto de morte (FREUD, 1930 *apud* FROMM, 1973).

Fromm (1973) explica que a pulsão de morte é dirigida contra o próprio organismo e, dessa forma, é uma tendência autodestrutiva, ou é dirigido para fora e, nesse caso, tende a destruir os outros antes que a própria pessoa. Quando o impulso de morte é misturado à sexualidade, é transformado em impulsos menos malignos, expressos no sadismo ou no masoquismo.

A pulsão de morte imposta por Freud foi amplamente criticada e rejeitada por alguns autores e psicanalistas, pois se tratava de pesquisas abstratas, sem comprovação empírica. Além do mais, Freud pensava também que o instinto de morte ocorria em animais.

Uma das razões que levaram Freud a postular a pulsão de morte foi o impacto da I Guerra Mundial. Ele e muitos homens da sua época e cultura haviam compartilhado da visão otimista das coisas e, de repente, viram-se em confronto com uma onda de fúria, de ódio e de destruição. Muitas vezes, a pulsão de morte é usada como sinônimo de pulsão de destruição e agressão.

É interessante observar, nesse fato histórico, um fato pessoal. Como se sabe, por intermédio da biografia escrita por Ernest Jones (1957), Freud era um homem preocupado com a morte. Pensava que ia morrer a cada dia que se passava e, depois dos quarenta anos, tinha ataques de *Todesangst* (medo à morte). Algumas vezes, acrescentava às suas despedidas: “Pode ser que você nunca mais me veja” (*apud* FROMM, 1973, p. 594).

Muitas vezes, o instinto de morte é usado como sinônimo de instinto de destruição e de instinto agressivo. Mas, ao mesmo tempo, Freud fez distinções entre esses diferentes termos. Em seu livro “O Mal estar na Civilização” (FREUD, 1930, p. 54) definiu o instinto agressivo “como algo secundário, originado da autodestruição primária e o instinto de morte como sendo desviado para o mundo externo e vem à luz como instinto de agressividade”.

O próprio Freud (1930, p. 71) fala sobre o instinto de destruição:

Peço-lhe para não dar muito valor às minhas observações sobre o instinto de destruição. Elas só foram feitas fortuitamente e teriam de ser cuidadosamente pensadas antes de publicadas. Ademais, pouco há de novo nelas (FREUD, 1930, p. 71).

Fromm (1973, p. 628) refere-se a respeito das idéias de Freud, quando afirma que: “Dessa forma, Freud, o cientista, tornou-se de certo modo prisioneiro de Freud, o líder do movimento; ou para dizê-lo com outras palavras – Freud, o mestre, tornou-se prisioneiro de seus discípulos fiéis, mas destituídos de criatividade”.

Winnicott (1987, p. 89) define a idéia de que o amor e o ódio constituem os dois principais elementos a partir dos quais se constroem as relações humanas. Esses dois componentes envolvem também a agressividade: “Todas as tendências humanas, em especial a agressividade, é escondida, disfarçada, atribuída a agentes externos, e quando se manifesta, é sempre uma tarefa difícil identificar suas origens”.

Não se pode discutir a necessidade de compreender a agressividade nos seres humanos. Entre todos os problemas da humanidade, esse é certamente um dos mais urgentes.

A violência está próxima: policiais são mortos por assaltantes armados, líderes políticos são assassinados, estupradores e assassinos andam pelas ruas escuras e, mesmo no interior das casas de família, crianças são espancadas ou morrem de ferimentos, muitas vezes, inexplicados.

Os ataques a seres humanos por seus semelhantes não causam muita surpresa. Há registros que comprovam o uso da violência entre povos tão antigos, quanto os mais velhos registros que existem na Terra.

Montagu (1978) aponta em seu livro: “A natureza da agressividade humana” que a violência não é algo herdado do antepassado, nem que exista uma contribuição genética, e sim, resultados de experiência de vida passados por meio de valores e culturas. Comparou a cultura dos esquimós e dos habitantes dos subúrbios norte-americanos, diferenciando-os não por genes, mas por suas diferentes histórias sociais.

A cultura esquimó é comparativamente pacífica, caracterizada pela amizade e pela ajuda mútua, como naturalmente deve ocorrer para permitir a sobrevivência no clima rigoroso do Círculo Polar Ártico. Já a cultura norte-americana é belicosa, caracterizada pela profunda crença no desenvolvimento e pela intensa competição entre indivíduos, grupos e nações (MONTAGU, 1978, p. 17).

Esse mesmo autor afirma ainda que é preciso estudar muito para conhecer as causas da agressividade humana. “Começa a tornar-se claro que o tema da violência humana, suas causas e cura, é por sua natureza extremamente complexo e que qualquer resposta simples é automaticamente suspeita” (MONTAGU, 1978, p. 26).

Percebe-se que as teorias freudianas a respeito da violência no homem são diversas e marcam épocas e datas diferentes.

Ao longo da história, as concepções acerca desse termo, fragmentaram-se. É difícil, portanto, definir e esclarecer, com certeza e verdade, o conceito do termo violência bem como a agressividade que rodeia o homem na sociedade.

Uma vez que a tradição humana da violência é antiga, muitos autores se ofereceram como prova para ajudar a explicar o comportamento do homem.

Ardrey (1966) e Lorenz (1964) apontam que a violência é uma espécie de instinto herdado e encontrado no homem, assim como, em outros animais, que têm necessidade de ser descarregados.

Kaufmann (1970) enfatiza o papel dos fatores sociais aprendidos, deixando uma parte mínima para as variáveis genéticas e fisiológicas. Os sociólogos vão ainda mais além e se concentram quase exclusivamente sobre influências culturais e ambientais.

Pode-se dizer que a violência é um conceito multifacetado, dotado de significado em excesso e, conseqüentemente, recebe um uso quase indiscriminado na linguagem coloquial.

Vale assinalar que a violência e a agressão podem ocorrer em qualquer sociedade por formas variadas, algumas ocultas, como é o caso da violência contra crianças que, infelizmente, ainda são formadas por um “complô” de silêncio. A violência pode também se manifestar por meio de conflitos religiosos, étnicos, econômicos, entre outros.

Há, portanto, dificuldades na definição de violência, pois, o termo é usado para denominar grande variedade de situações.

A violência é um fenômeno de múltiplas causas, não existe uma violência, mas

uma multiplicidade de atos violentos, em que as significações devem ser analisadas a partir das normas, das condições e dos contextos sociais, variando de um período histórico a outro.

A objetividade e a subjetividade do conceito de violência podem ser observadas de maneira universal: quantificar, dizer objetivamente que tal fenômeno é violento. Mas, por outro lado, não se designa muito bem o que considerar violento, o que a sociedade decreta ser a violência e, muitas vezes, o que um grupo crê ser violência não é considerado por outro.

A violência já faz parte da própria condição humana e é certo também que se manifesta nas diversas esferas sociais. Ela não se apresenta somente em crimes, roubos, como se está acostumado a ver e a assistir diariamente, mas está também presente nas relações familiares, nas relações de gênero, nas escolas, nos meios de comunicação, nos diversos aspectos da nossa vida social.

Todos esses tipos de violência são marcados e registrados ao longo da história e permanecem presentes neste princípio de século.

2.2 VIOLÊNCIA x INFÂNCIA

Freitas (1997, p. 71) sustenta que a Bíblia é um dos instrumentos valiosos para se verificar o quanto a perseguição de crianças é antiga:

Nela, são descritos os grandes massacres sofridos na infância, como o caso dos meninos judeus, jogados ao rio por ordem do Faraó, por ocasião do nascimento de Moisés. O mesmo se repete em relação aos primogênitos egípcios do Êxodo e na matança de crianças nascidas em Belém, ordenada por Herodes, em perseguição a Jesus (FREITAS, 1997, p. 71).

A sociedade espartana, por exemplo, ordenava a morte das crianças portadoras de deficiência física, uma vez que eram consideradas não aptas aos objetivos guerreiros dessa mesma sociedade. Na antiga Catargo, eram freqüentes os sacrifícios de crianças aos deuses (FREITAS, 1997).

Segundo evidências arqueológicas, essas crianças eram queimadas, sendo que antes desse procedimento eram imobilizadas, utilizando-se para isso drogas ou mordanças. Os arqueólogos então pesquisaram as urnas funerárias com os restos carbonizados dessas crianças em Túnis e levantaram a possibilidade de esses sacrifícios terem sido determinados não só por motivos religiosos, mas também por motivos econômicos, pois assim, reduziam o número de herdeiros, sendo que as grandes propriedades não se subdividiam tanto, passando

de geração a geração.

Freitas (1997, p. 78) afirma que:

[...] na Idade Contemporânea, tem-se, por exemplo, o assassinato de crianças na Alemanha Nazista onde em sua maioria eram envenenadas com fortes doses de drogas e medicamentos. As ordens para matar as crianças se multiplicavam e incluíam-se crianças com orelhas disformes, as que urinavam na cama e as que mesmo sendo sadias porém consideradas difíceis de educar (FREITAS, p. 78).

Posteriormente, empregou-se o método “eutanásia infantil”, que consistia em deixar as crianças morrerem de fome literal e deliberadamente. Os maus tratos dirigidos às crianças com fins pretensamente educativos têm antecedentes remotos.

A vida das crianças, no século XVII até a segunda metade do século XVIII, não era fácil.

Em meados do século passado, houve o primeiro relato científico sobre o espancamento de crianças. Guerra (1998) descreve, em seu livro “Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada”, a iniciativa do professor Ambroise Tardieu, da França, quando, em 1860, publicou o artigo intitulado: “Étude médico-legale sur les sevices et mauvais traitements exercés sur des enfants”, onde comentava trinta e dois casos de espancamento, tendo morrido dezoito vítimas.

Tardieu (1860 *apud* GUERRA, 1998) apresentou algumas características de comportamento dos pais agressores, identificando os fatores sócio-culturais, associados à questão do desemprego e do isolamento social. Antes disso, os únicos relatos eram provenientes de fontes históricas, da literatura, contos, lendas e relatos orais. Alguns autores comentavam massacres de crianças, mas sempre a partir da ótica da crônica social e não de uma visão científica.

Na mesma época do trabalho do professor Tardieu (1860 *apud* GUERRA, 1998), surgiram várias denúncias de intelectuais nas quais eram descritos os abusos cometidos contra crianças em escolas e fábricas.

Essa obra se deu no momento de grande conservadorismo em termos de idéias sobre a infância e a família. Seu trabalho levantava a probabilidade de conexão da violência doméstica com problemas sociais e revelava uma face de família bastante cruel. Portanto, em uma sociedade de governo imperioso, era essencial a importância da preservação da família,

tornando-se fácil entender as causas pelas quais o trabalho de Tardieu não teve as repercussões esperadas.

É de fundamental importância destacar alguns conceitos de violência e a agressividade na criança, segundo os autores abaixo.

Buhler (1978 *apud* MONTAGU, 1978, p.89) chama atenção para o fato de que o comportamento cooperativo entre as crianças é mais básico que a reação competitiva. Descobriu que o último tipo de reação não apareceu no grupo de crianças que observava, até o terceiro ano de vida.

Bender (1948 *apud* MONTAGU 1978, p. 90), professora de Pediatria da Faculdade de Medicina de Nova York, descobriu que, longe de ser inata, a hostilidade ou a agressividade na criança:

[...] é um complexo de sintomas resultante das privações causadas pela discrepância de desenvolvimento na estrutura total da personalidade, de modo tal que os impulsos padronizados construtivos que levam a criança à ação encontram meios inadequados de satisfação e resultam na ampliação e na desorganização dos impulsos sob a forma de agressividade hostil ou destrutiva.- sic (BENDER *apud* MONTAGU, 1978, p. 90).

Maslow (1949 *apud* MONTAGU, 1978, p.90) num artigo intitulado: Nossa Natureza Animal Maligna, manifesta sua opinião:

Acho que as crianças, até serem estragadas e niveladas pela cultura, são os seres humanos mais bonitos, melhores e atraentes que seus pais, ainda que sejam mais “primitivas” que eles. A “domesticação e transformação” que sofrem parece atrapalhar mais que ajudar. Poderia ser possível, que o que necessitamos seja um pouco mais de primitivismo e um pouco menos de domesticação? (MASLOW, 1949 *apud* MONTAGU, 1978, p. 90).

Banham (1950 *apud* MONTAGU, 1978 p.91), que durante vinte anos estudou mais de novecentas crianças, desde quatro semanas até quatro anos de idade, concluiu que as crianças nascem com impulsos afetuosos e expansivos e “só se tornam preocupadas consigo mesmas, retraídas ou hostis, como reação secundária, quando são repelidas, sufocadas com cuidados indesejados, ignorados ou negligenciados”.

Goldstein (1974) assegura que a questão da violência, na infância, está intimamente relacionada com os fatores ambientais. Afirma que a agressividade da criança, em qualquer tipo de sociedade civilizada, é um reflexo das condições tanto do lar como da sociedade.

Quanto à agressividade na infância, Montagu (1978, p. 92) relata que, nos ambientes em que as atitudes e o comportamento preenchem as necessidades de apoio e envolvimento da criança, raramente, se encontra tal comportamento agressivo, pois, acredita que crianças que foram maltratadas se tornarão adultos violentos com seus próprios filhos e com outras pessoas:

Por detrás do comportamento agressivo, sempre existe o sofrimento. A criança agressiva acredita que o mundo está contra ela, e por isso está apavorada. Considerando que o ataque é a melhor forma de defesa, ela emprega as únicas formas que conhece a vituperação e a violência física (MONTAGU, 1978, p. 92).

2.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE VIOLÊNCIA NA INFÂNCIA

A conceituação de maus-tratos é difícil e complexa, considerando-se que se vive em uma sociedade em que os castigos são relativamente comuns. Castiga-se a criança para educá-la; castiga-se porque ela não agiu direito; castiga-se para dominá-la ou por inúmeras outras causas.

Dois critérios usados por diversos autores para avaliar a intensidade de maus-tratos são a severidade e a frequência das ocorrências. Pode-se dizer que os casos mais graves são os mais fáceis de diagnosticar. O problema está nos casos mais leves, que não apresentam sinais sugestivos de espancamento.

Por vitimização, entende-se uma violência inerente às relações interpessoais, de nítido caráter abusivo, perpetrada pelo adulto contra a criança.

Para Chauí (1985, p. 8) a violência é vista como:

[...] a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior; [...] a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (CHAUÍ, 1985, p. 8).

A conceituação de violência é complexa, conforme se pode comprovar pelas afirmações dos autores a seguir:

São maltratadas as crianças vítimas por parte de seus pais ou responsáveis, seja de brutalidades voluntárias, seja de uma ausência voluntária de cuidados, acarretando lesões físicas ou problemas em geral (STRAUSS, 1985 *apud* AZEVEDO, 1994b, p. 9).

Entendem-se por sevícias toda agressão física ou mental, abuso sexual, negligência ou maus tratos perpetrados sobre um indivíduo de menos de 18 anos por seus pais ou responsáveis (COURTECUISSÉ, 1984 *apud* AZEVEDO, 1994b, p. 9).

É maltratada toda criança de zero a 15 anos sofrendo violências físicas, morais, psicológicas ou afetivas- seja de forma ativa ou passiva (omissões, carências) que repercutam de modo grave sobre seu estado de saúde, qualquer que seja o autor (familiar, institucional ou outro) (MACQUET, 1984 *apud* AZEVEDO, 1994b, p. 9).

Em lugar de partir dos sintomas apresentados pela criança, partiremos de suas necessidades, tomando como hipótese que uma necessidade importante não satisfeita é uma forma de maus-tratos (DELTAGLIA, 1984 *apud* AZEVEDO, 1994b, p. 9).

O abuso corresponde aos atos perpetrados que resultam em dano e a negligência aos atos de omissão que têm efeitos negativos... o abuso constitui uma exploração dos direitos dos pais em termos de controlar, disciplinar e punir seus filhos, enquanto que a negligência representa uma falha em termos do desempenho dos deveres parentais, incluindo os de supervisão, alimentação e proteção (GIOVANNONI, 1971 *apud* AZEVEDO, 1994b, p. 9).

Todos esses conceitos diferentes dificultam a identificação do fenômeno da violência contra crianças, pois a terminologia não é uniforme, o conteúdo também não é homogêneo e o limite etário varia de zero a 18 anos.

A escolha de um modelo teórico, na área da violência contra crianças, deve resultar de um duplo compromisso, segundo Azevedo (1995 p. 14):

Científico: através de uma compreensão correta do fenômeno poder controlá-lo de forma eficaz, isto é, de forma a impedir sua (re) produção social; Político: no sentido de jamais perder de vista o compromisso inalienável com a proteção da infância em dificuldade a fim de emancipá-la, sem culpabilizá-la indevidamente (AZEVEDO, 1995, p. 14).

Esse duplo compromisso vai exigir, em um primeiro momento, o esforço de crítica, para identificar e abdicar mitos e modelos, para, em um segundo momento, comprometer-se com um modelo explicativo teórico capaz de, ao mesmo tempo, cortar as falácias dos anteriores e satisfazer os critérios indicados.

Assis (1994) comenta no quadro a seguir, as várias características da agressão contra a criança, seja ela de caráter sexual, físico ou negligência. Aponta também as características da família agressora, o comportamento da criança que foi vitimada, bem como os sintomas que a criança apresenta.

QUADRO 1- Identificação de vários tipos de violência.

INDICADORES FÍSICOS DA CRIANÇA	COMPORTAMENTO DA CRIANÇA	CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA
Presença de lesões físicas como queimaduras, hematomas, feridas e fraturas. Ocultação de lesões antigas e não explicadas	Muito agressivo ou apático, hiperativo ou depressivo, temeroso, tendências autodestrutivas e ao isolamento, baixa auto-estima, tristeza, medo dos pais, fugas de casa, problemas de aprendizado, faltas freqüentes na escola.	Ocultas as lesões da criança justificando-as de forma não convincente ou contraditória, descreve a criança como má ou desobediente, abusa de álcool ou drogas, possui expectativas irreais acerca da criança, tem antecedentes de maus- tratos na família.
Infecções urinárias, dor ou inchaço nas áreas genitais ou anais, lesões e sangramento, secreções vaginais ou penianas, dificuldade de caminhar, enfermidades psicossomáticas.	Comportamento sexual inadequado para a idade, não confia em adultos, fugas de casa, idéias e tentativas de suicídio, auto-flagelação.	Ocultas freqüentemente o abuso, é muito possessiva, negando à criança contatos sociais normais, crê que o contato sexual é forma de amor família.
Problema de saúde como obesidade, afecções da pele, distúrbios do sono e dificuldades na fala, comportamentos infantis, enurese noturna.	Comportamentos extremos de timidez ou agressividade, problemas do sono, destrutividade, baixo conceito de si próprio, abatimento profundo, tristeza.	Rejeita, aterroriza e ignora a criança, exige em demasia, corrompe, isola, descreve a criança como má, diferente das demais.
Padrão de crescimento deficiente, fadiga constante e pouca atenção, problemas físicos e necessidades não atendidas, vestimenta inadequada ao clima.	Comportamentos extremos de hipo ou hiper agressividade, contínuas faltas ou atrasos na escola, comportamentos infantis ou depressivos.	É apática e passiva, não se importando muito com a situação da criança, é despreocupada em resolver as necessidades de atenção da criança.

Fonte: Assis (1994 p. 24).

A violência mais praticada contra crianças é a de cunho doméstico. Trata-se de uma violência intraclasses sociais, conforme Guerra (1998 p. 32).

Para ela, a violência doméstica contra crianças:

[...] é uma violência interpessoal e subjetiva; é um abuso do poder disciplinar e coercitivo dos pais ou responsáveis; é um processo que pode se prolongar por meses e até anos; é um processo de completa objetualização da vítima reduzindo-a à condição de objeto de maus tratos; é uma forma de violação dos direitos essenciais da criança enquanto pessoa e, portanto, uma negação

de valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade e a segurança (GUERRA, 1998, p. 32).

Segundo Guerra (1998), existem quatro tipos de violência reconhecidos: violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência.

A violência física corresponde ao uso de força física no relacionamento com a criança por parte de seus pais ou por quem exerce autoridade no âmbito familiar. Essa relação de força baseia-se no poder disciplinador do adulto e na desigualdade adulto-criança.

A violência sexual ocorre quando existe um ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança, tendo por intuito estimular sexualmente essa criança para obter prazer sexual. Essas práticas eróticas e sexuais são atribuídas às crianças por meio de violência física, ameaças ou induções de sua vontade.

O diagnóstico deve ser realizado por meio de uma história clínica minuciosa. O exame clínico da genitália deve ser cuidadoso, podendo evidenciar anormalidades anais e dilatação himenal.

Segundo Claves (1992, p. 57), o abuso sexual apresenta-se sob diferentes formas:

- Rejeição: não reconhecer o valor da criança, nem a legitimidade de suas necessidades;
- Isolamento: afastá-la de experiências sociais normais, impedindo-a de ter amigos e fazendo-a crer que está só no mundo;
- Aterrorizar: através de agressões verbais, instaurando clima de medo, aterrorizando-a e fazendo-a crer que o mundo é hostil;
- Ignorar: não estimulando seu crescimento emocional e intelectual;
- criar expectativas irreais ou exigências extremadas sobre o seu rendimento escolar, intelectual, esportivo;
- Corromper: ato do adulto induzir a criança à prostituição, ao crime, ao uso de drogas.
- Interferir: negativamente sobre a criança, induzindo-a a uma auto-imagem negativa e ao fraco desempenho ou estimulando na criança um comportamento destrutivo (CLAVES, 1992, p. 57).

É de extrema importância revelar neste estudo dados estatísticos de anos anteriores referentes às crianças sexualmente violadas no Estado de Mato Grosso do Sul, bem como o perfil dos agressores. De acordo com o levantamento que delineou o Plano de Combate à Exploração Sexual de Crianças no Estado, observam-se as seguintes características:

Dados de Violência Sexual Doméstica:

Principais agressores: padrasto, pai e irmão. A relação de parentesco é o maior

índice de violência sexual doméstica. Em 1998, 36% dos casos registrados, os agressores foram os padrastos.

Sexo da vítima: a maior incidência é sobre o sexo feminino. Em 1996, 93%; em 1997, 97%; e em 1998, 81%. A incidência de violência sexual doméstica com crianças do sexo masculino aumentou de 7% para 19%, nos últimos três anos.

Tipo de agressão: a maior incidência é o estupro. Em 1996, 20% estupro e 20% atos libidinosos; em 1997, 20% estupro e 22% tentativa de estupro; e em 1998, 25% estupro e 25% tentativa de estupro.

Dados de Exploração Sexual Comercial:

Idade da vítima: maior incidência, em 1996, de 7 a 15 anos de idade. Em 1997, de 8 a 18 anos de idade e, em 1998, de 8 a 18 anos de idade.

Agressor: maior incidência em 1996, 75% terceiros e casas de prostituição; em 1997, 35% sem informação; e em 1998, 36% sem informação e 17% amigos.

Sexo da vítima: em 1996, 89% feminino e 11% masculino; em 1997, 88% feminino e 12% masculino; e em 1998, 87% feminino e 13% masculino.

Tipo de agressão: maior incidência em 1996, 57% exploração sexual; em 1997, 66% exploração sexual e em 1998, 51% exploração sexual.

Lembrando que os dados referentes acima atingiram não só crianças, mas também os adolescentes. A incidência real do abuso sexual contra crianças ainda é desconhecida.

O abusador sexual é, geralmente, de inteligência normal e está presente em qualquer grupo sócioeconômico.

Santos (1991, p. 5) relata que o abuso sexual contra crianças não é fato novo. Relatos bíblicos dão conta de que a exploração sexual e os incestos praticados pelos próprios pais ou parentes estão presentes desde épocas remotas. “Os príncipes incas mantiveram sua linhagem pura, casando-se irmãos e irmãs por 14 gerações. Os ptolomeus do Egito, após vários casamentos entre irmãos, produziram Cleópatra”.

Conceitualmente, o abuso sexual está na dependência de padrões culturais. Esse abuso é uma forma presente da violência doméstica, geralmente mantida em silêncio. Tem-se

uma distribuição “democrática”, ocorrendo em todos os níveis sócioeconômicos, embora alguns fatores como a miséria extrema trabalhe contra o lado mais fraco do aspecto social.

Para Santos (1991, p. 34), há três fatores condicionantes do abuso sexual na infância: “Condicionantes de stress familiar; condicionantes relacionados a distúrbios mentais e neurológicos; condicionantes sociais, econômicos e culturais”.

Segundo o autor (1991), o condicionante de “stress” familiar pode estar relacionado a situações de isolamento social, como separação recente dos cônjuges ou morte recente.

A respeito dos condicionantes relacionados a distúrbios mentais e neurológicos, Santos (1991, p.34) comenta que:

a maioria dos trabalhos científicos em psiquiatria dão conta de que 48% dos abusadores sexuais têm uma história pregressa de doença mental ou distúrbios. Ele é geralmente um homem que investe contra crianças do sexo feminino. Trabalhos estatísticos da área criminal confirmam que menos de 1% dos abusos sexuais registrados foram cometidos por mulheres. A literatura em geral é escassa, existindo poucos casos de exibicionismo feminino (SANTOS, 1991, p. 34).

Santos (1991, p.36) afirma que os condicionantes sociais, econômicos e culturais, podem ser considerados no contexto sócio-cultural em que a família se encontra inserida. Nesses casos, os aspectos religiosos têm influência marcante. “Um beijo forçado, por exemplo, em uma menina sem o seu consentimento pode ter diferentes interpretações, podendo estar sujeito a sanções penais, com ou sem consentimento da ‘vítima’”.

Enfocando as questões culturais, Santos (1991) elucida a reserva indígena de Caiuás, no Estado de Mato Grosso do Sul, onde as meninas bem cedo se privam da companhia dos pais para não serem submetidas a abuso sexual, considerado como atitude normal.

Azevedo e Guerra (1997, p.196) sustentam que “afirmações disponíveis na literatura especializada apontam que o incesto pode ser a forma mais extrema de abuso sexual. É o que ocorre quando envolve relações sexuais adulto-criança”.

Anna Freud (1981, p.34 *apud* AZEVEDO; GUERRA 1997, p. 202) revela que “no que respeita às chances de danificar o desenvolvimento infantil, o incesto e outras formas de abuso sexual praticados por uma figura de autoridade estão em posição mais elevada que o

abandono, a negligência, o maltrato físico ou outras formas de abuso”.

O abuso sexual pode resultar em sexualidade traumática para a criança, em prostituição e em promiscuidade. A criança pode se sentir culpada pela insensibilidade do abusador, com distúrbios de relacionamento, caracterizada por ódio, hostilidade, depressão e terror. A desesperança é um fator que também está presente no comportamento da criança, pois, há uma sensação de incapacidade em dominar determinadas situações de convivência pessoal ou interpessoal.

A violência psicológica apresenta-se sob variadas formas, também designada “tortura psicológica”. Evidencia-se como a interferência negativa do adulto sobre a criança e sua competência social, conformando um padrão de comportamento destrutivo.

O abuso psicológico é uma das formas de violência mais difícil de ser detectada, estando presente não apenas na família, mas também em outros espaços de convivência da criança.

Compreende-se por negligência o fato de a família se omitir em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança. Configura-se no comportamento dos pais ou responsáveis quando falham em alimentar, vestir adequadamente seus filhos, medicar, educar e evitar acidentes.

O abandono também não deixa de ser uma violência praticada contra a criança. Caracteriza-se pela ausência do responsável pela criança.

Considera-se abandono parcial a ausência temporária dos pais, expondo-a a situações de risco. Entende-se por abandono total o afastamento do grupo familiar, ficando as crianças sem habitação, desamparadas e expostas a várias formas de perigo.

A essas várias situações de violência, que constituem a história de vida de uma parcela das crianças, competem condutas também violentas, revelando graves prejuízos na constituição de sua identidade, no seu modo de estar no mundo, na sua relação com os outros e consigo mesma.

Segundo Winnicott (1987, p. 84), “a criança que revela prejuízos na sua identidade, deve ser compreendida sempre como um pedido de socorro que deve ser decodificado e respondido pela família, pela escola ou, quando tudo falha, pelo Estado”.

Violência praticada contra crianças pode revelar seqüelas que, com certeza, comprometerão tanto a saúde física como a saúde mental de suas vítimas. Esse cruel panorama ilustra a maneira como essas crianças vivem, quando os seus direitos humanos são violados, incluindo o direito à própria vida.

Para Cottle (1994, p. 44), os sentimentos da criança vítima de violência são assim explicitados:

Estamos sozinhos com os nossos segredos; não há ninguém que possamos abraçar [...] e, se não existe contato, toque ou liberdade, por assim dizer, não pode existir o sentimento de que uma pessoa está cuidando da outra. Se não consigo exprimir os meus sentimentos, não sou passível de amor, não tenho vida (COTTLE, 1994, p. 44).

A antropóloga, sanitarista e coordenadora do Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde (Claves), Maria Cecília Minayo (1994, p. 15), define a violência como sendo “um termo muito complexo e que fala de relações desiguais, em que um tenta dominar, agredir, física ou emocionalmente, ou ainda se omite de seu papel em relação ao outro”.

Minayo (1994) relata que, no caso das crianças, na medida em que os direitos à alimentação, ao vestuário, ao afeto e à proteção são negados ou violados, a violência já está sendo praticada.

Pode-se afirmar que é no contexto familiar que se encontra o local “privilegiado” da violência, que é mantido pelo “silêncio”, pela cumplicidade imposta à vítima e pela autoridade que os pais exercem sobre seus filhos.

O estudo das relações violentas dos pais contra os filhos é sempre tratado com certo pudor. Esse é um dos temas que, ao abordá-lo, está mostrando uma face que a família tem todo o interesse em manter encoberta, e que, por outro lado, no estudo do fenômeno, há um componente temível para seus protagonistas, pelas conseqüências que acarreta na legislação (criminais para os agressores e possibilidade de separação da criança e dos pais, pelas vias de institucionalização, guardas de terceiros, adoção e outros).

Em razão de sua dependência física e emocional em relação ao adulto, para não mencionar sua dependência econômica, a criança é titular de vários direitos humanos. Tais direitos não devem apenas ser respeitados pelos adultos, é preciso que os adultos se conscientizem sobre o papel social de proteção à infância.

2.4 INFÂNCIA, VIOLÊNCIA E POLÍTICAS SOCIAIS DE ATENDIMENTO

O presente tópico está baseado em algumas idéias de Guerra (1998), que se propõe a recuperar historicamente o fenômeno da violência contra crianças no Brasil. É possível se pensar que no Brasil Colônia (1500-1822), no Brasil Império (1822-1889) e no Brasil República (1889) em diante essa questão estivesse presente.

O padre Cardim (1990, p. 77) dizia-se admirado a respeito da educação recebida pelas crianças indígenas:

Nenhum gênero de castigo tem para os filhos; nem há pai nem mãe que em toda a vida castigue nem toque em filho, tanto os traz nos olhos. Em pequenos são obedientíssimos a seus pais e mães, e todos são muito amáveis e aprazíveis; têm muitos jogos a seu modo, que fazem com muito mais festa e alegria que os meninos portugueses (CARDIM, 1990, p. 77).

Chaves (1995, p. 76) afirma que os distintos relatos dos padres em diferentes capitanias comprovam que os índios não se utilizavam de castigos físicos para o disciplinamento dos filhos. Ele procedeu às informações dos padres jesuítas a respeito desses comportamentos: “[...] o padre Luís da Grã, diz que os índios do Brasil nunca batem nos filhos por nenhuma coisa [...] não tem pai que jamais açoite o filho e falar alto a alguém se sente mais do que lhe bater”.

Sabe-se, entretanto, que a idéia da aplicação de castigo físico em crianças foi introduzida pelos jesuítas, apontou Priore (1995 p. 77):

O muito mimo devia ser repudiado. Fazia mal ao filho [...]. O amor do pai ou do educador espelha-se naquele divino, no qual Deus ensinava que amar é castigar e dar trabalhos nesta vida. Os vícios e pecados deviam ser combatidos com açoites e castigos. Fortemente arraigada na psicologia de fundamento moral e religioso comum desta época [...] a fala dos jesuítas sobre educação e disciplina tinha gosto de sangue: como um cirurgião que dá um botão de fogo ao seu filho ou lhe corta uma mão em que entram herpes, o qual ainda que pareça crueldade não é, senão misericórdia e amor, pois com aquela ferida lhe sara todo o corpo (PRIORE, 1995, p. 77).

Priore (1992), em seu artigo “O papel branco, a Infância e os Jesuítas na Colônia”, relata os primeiros momentos da colônia de Santa Cruz onde os jesuítas adestravam física e mentalmente as crianças indígenas.

A autora (1992, p. 10-11) comenta:

Aos olhos dos jesuítas recém-chegados às Índias então descobertas, não só o cenário carecia de ordem que exprimisse a marca civilizatória da metrópole

na colônia, mediante a instalação de vilas, ereção de capelas e a semeadura dos campos, mas as almas indígenas deviam ser ordenadas e adestradas para receber a semeadura da palavra de Deus. Transformação da paisagem natural e também dos nativos em cristãos: esta era a missão (PRIORE, 1995, p. 10-11).

Dessa forma, as ameaças e os castigos foram introduzidos no Brasil Colonial pelos primeiros padres da Companhia de Jesus em 1549. Como dizia o padre Luís da Grã (LEITE, 1940 *apud* GUERRA, 1998, p. 77), em 1553, “sem castigo não se fará vida”, estando reservado àqueles que pensavam faltar à escola jesuítica, palmatórias e o tronco. A reação indígena a tal tipo de prática era de indignação e, muitas vezes, os índios abandonavam o local de estudo por esse motivo.

Freyre (1987), em sua obra *Casa Grande e Senzala*, relata as histórias dos filhos que, desde cedo, habituavam-se à imposição de castigos físicos extremamente brutais. Os espancamentos com palmatórias, varas de marmelo, cipós, galhos de goiabeira tinham, como objetivo, ensinar às crianças que a obediência aos pais era a única forma de escapar da punição.

Neves (1992) aponta com a díade violência-escravidão, especialmente aquelas violências sofridas pela criança escrava, que passava por castigos físicos como palmatórias, chicotes, instrumentos de suplício (máscara de flandres, anjinhos) e por sevícias sexuais como estupro perpetrados pelos rapazes brancos.

Além disso, a criança escrava servia de pasto para as brincadeiras mais brutais dos filhos dos senhores brancos, conforme se pode constatar em Freyre (1987 p. 78):

Logo que a criança deixa o berço, dão-lhe um escravo de seu sexo e de sua idade, pouco mais ou menos, por camarada, ou antes, para seus brinquedos. Crescem juntos e o escravo torna-se um objeto sobre o qual o menino exerce seus caprichos; empregam-no em tudo e além disso incorre sempre em censura e em punição (FREYRE, 1987, p. 78).

Guerra (1998) cita ainda uma comunicação apresentada no I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, por Taciano Basílio, em 1992, a qual tem como eixo a defesa do castigo às crianças:

[...] só há vantagens em reprimir com firmeza as más inclinações, com essa orientação racioinflingindo-se gradativamente os castigos em geral, para que a criança perceba obter maior lucro para si na abstenção ao que lhe é permitido e de mal ao que lhe é vedado ou na linguagem familiar será bonita senão desagradar os pais e feia caso contrário. A repressão das tendências naturais da criança deverá ser, segundo ele, tanto física, através dos castigos corporais, safanões, palmadas e bofetadas, quanto passar de modo sutil pelo

gesto, pelo jogo do olhar, pelo tom da voz ou pelo silêncio pesado (RAGO, 1987, p. 79).

Fernandes (1961 *apud* GUERRA, 1998, p. 79) aponta um estudo dessa mesma autora, realizado na cidade de Recife, em que entrevistou 2.112 crianças/adolescentes dos 7 aos 14 anos (das quais, 1.203 da classe média e 909 da classe popular), em termos dos castigos e das recompensas atribuídos pelos pais a eles. Constatou, entre outros aspectos, que cerca de 50% dessas crianças eram disciplinadas, e castigos corporais como surra com cinturão, com vara, com chinelo, com objetos contundentes, eram utilizados.

Inclusive, o autor lembra que 10 crianças eram acorrentadas em casa: “o acorrentamento, revivescência possível de velha prática escravocata”. Fernandes (1961, p. 43) propôs que se ampliassem as discussões em Recife sobre os processos educacionais da infância, tendo como objetivo a erradicação de castigos corporais.

Portanto, nesse breve histórico da violência na infância no Brasil, que passa do Brasil Colônia, ao Brasil Império e ao Brasil República, as crianças, quer brancas, negras, ricas, pobres, do sexo masculino ou do sexo feminino, estavam sujeitas a práticas que compreendiam castigos físicos.

Em recente trabalho, Azevedo (1995), objetivando diagnosticar a compreensão do fenômeno e da infância e violência no Brasil, tomando como indicador a produção acadêmica dos últimos 50 anos nas principais universidades de São Paulo, procedeu a um amplo levantamento bibliográfico, no qual foram consultados 14.779 trabalhos, identificando-se 22 dissertações/teses que abordavam periférica ou focalmente o fenômeno da violência contra crianças.

A autora conclui que se trata de uma produção marginal:

[...] apenas 22 trabalhos existentes, o que significa 0,15% da produção global do período; uma produção rarefeita; os trabalhos se multiplicam, mais especificamente, a partir da década de 80; uma produção dispersa; quase todas as áreas do conhecimento estão representadas, embora com ausência significativa (Pedagogia, Educação Física, Odontologia); uma produção periférica; a abordagem focal é minoritária (31,8%) dentre os 22 trabalhos estudados, uma produção clandestina; apenas 13,6% dos 22 trabalhos analisados foram publicados; uma produção desinteressada; 68,1% dos trabalhos produzidos estão interessados em descrever, explicar, e/ou compreender o fenômeno do que em se comprometer com a sua proscricção (AZEVEDO, 1995, p. 86).

Esse perfil permite afirmar que a compreensão do fenômeno na cultura brasileira de hoje é ainda falho, porque está baseada em trabalhos que, com raras exceções, silenciam-se

sobre a problemática ou tratam-na de forma reprodutivista de estudos e pesquisas realizados no exterior.

Infelizmente, esse tipo de disciplina tem sido, de certa forma, aceito do ponto de vista jurídico em nossa sociedade. Como exemplo disso, o Código Penal de 1830, que não previa medidas repressivas para os castigos excessivos, “justificando o crime quando consistisse em castigos moderados dos pais aos filhos, dos senhores aos escravos, dos mestres aos discípulos” (FRAGOSO, 1977, p. 80). O código de 1890 não fez referências ao assunto, e coube ao primeiro Código de Menores, de 1927, introduzir a matéria.

Segundo o atual Código Penal, são passíveis de punição apenas os ditos castigos imoderados: “É de se notar que a violência física praticada com o *animus corrigendi vel disciplinandi* é lícita, só passando a constituir o conteúdo de fato deste crime o abuso de tais meios” (FRAGOSO, 1977, p. 80). O código de Menores de 1979 não dispensava tratamento diferenciado às vítimas de violência doméstica, enfeixando o problema sob a rubrica de “situação irregular” sob a qual se mesclava tanto aquele menor vítima de maus-tratos ou de castigos imoderados, impostos pelo pai ou responsáveis, quanto aquela vítima de negligência ou autor de infração penal.

Azevedo (1994b), no jornal O Estado de São Paulo, publicou por meio do programa da Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social, que havia 1.459 agressões físicas contra crianças e jovens, no período de janeiro a abril daquele ano; 63 abusos sexuais contra crianças de janeiro a abril também de 1993, e 88,8% dos casos de violência aconteceram dentro de casa.

Somente com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, foi que a situação se transformou, principalmente, para se combater a notificação obrigatória desse tipo de violência, de se propor medidas de intervenção em termos da família agressora, protegendo-se a vítima, bem como se estabelecendo a necessidade de prevenção do fenômeno. Por meio de toda essa legislação, o que se pode perceber é que o chamado castigo moderado, por exemplo, “o famoso tapinha no bumbum”, consiste em uma prática defendida e “legitimada”, sob a alegação de que é feita para o próprio bem da criança.

Azevedo (1994b, p. 38) relata que a disciplina corporal de crianças está longe de ser uma prática do passado. Muito pelo contrário:

[...] como triste herança do passado está viva no presente quer sob a forma

de castigos imoderados, quer sob a forma de castigos moderados. No primeiro caso já conseguimos a sua condenação a nível jurídico (Código Penal e Estatuto da Criança e do Adolescente). Por outro lado, a interdição jurídica está longe de equivaler no Brasil a sua abolição real (AZEVEDO, 1994b, p. 38).

A história da infância apresenta vários obstáculos do ponto de vista da sua reconstrução, uma vez que divergências teóricas sobre elas são significativas. Essas divergências, por sinal, servem para mostrar o quão longe se está em termos das possibilidades de afirmar se este ou aquele período da História trouxe mais ou menos violência física no relacionamento pais-filhos.

2.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS DA VIOLÊNCIA INFANTIL

A partir de uma definição mais global de violência contra crianças, emanada do Conselho da Europa, em 1981, o Centro de Ajuda à Infância Maltratada e à Família em Crise, na Itália, estabeleceu a violência física como: “Maltrato físico através do qual a criança é objeto de agressão por parte daquele que lhe é próximo, tendo conseqüências físicas (como lesões cutâneas, oculares, viscerais, fraturas, queimaduras, lesões permanentes, morte)” (CIRILLO; DI BLASIO, 1989, p. 35).

O psicólogo Ochotorena (1988, p. 79) ofereceu a seguinte definição: “qualquer ação, não ocasional, por parte dos pais ou responsáveis que provoque dano físico ou enfermidade na criança”.

A literatura mais moderna sobre a questão, especialmente a do final dos anos de 1980, vem enfatizando, com intensidade, que toda ação que causa dor física em uma criança, desde um simples tapa até o espancamento fatal, representa um só *continuum* de violência.

Guerra (1998, p. 38) cita em seu livro: A tragédia revisitada: a violência de pais contra filhos, que:

[...] a experiência sueca, implantada desde 1979, por meio de uma legislação que proíbe o disciplinamento corporal, tem oferecido bons frutos, na medida em que os índices de violência têm-se reduzido significativamente, neste país, e estudos comparativos mostraram que, entre 1965 e 1981, a proporção daqueles que acreditavam que as crianças deveriam ser educadas sem a utilização do disciplinamento corporal, aumentou, de 35 para 70% (GUERRA, 1998, p. 38).

A essa legislação, outros países foram partidários de tal modelo, como a Finlândia, Dinamarca, Áustria e, em 1992, o governo alemão empenhou-se em proceder à semelhante modificação legislativa, embora até o presente momento não se tenha firmado tal ponto de vista.

Esse novo conceito, que abrange tanto os castigos moderados quanto os imoderados, sofreu uma influência na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989, p. 39) que, em seu artigo 19, defende:

A criança deve ser protegida contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela (ONU, 1989, p. 39).

É importante lembrar que, antes de 1870, as crianças eram vistas como adultas e a infância não existia. Dentro dessa perspectiva, o trabalho infantil não era percebido como abuso, mas como um dever da criança para com a família, com a sociedade e com Deus.

Essa visão de infância foi, aos poucos, sendo alterada devido às diversas influências, entre elas, os movimentos de reforma social, que redefiniram as crianças enquanto seres diversos dos adultos e, portanto, deviam ser protegidas do abuso e da negligência.

Como já foi mencionado, houve o primeiro estudo científico sobre o fenômeno da violência física na França, no fim do século XIX. Infelizmente, os casos não foram divulgados, pois era uma época de extremo conservadorismo, que veiculava a idéia de que a família era como sustentáculo da sociedade. Sendo assim, foi impossível que viessem à tona argumentos e relatos científicos de sua face desumana e opressora.

O renascimento das preocupações com tal fenômeno deu-se no século XX, nos Estados Unidos, na década de 1960, em um momento de profunda agitação política.

Organizaram-se instituições públicas e privadas, providenciando vestuário, alimentação e atenção médica para crianças.

Para Gordon (1988), a violência contra crianças sempre existiu na sociedade americana, mas se tornou importante vencê-la em um momento no qual houve urbanização crescente e imigração acelerada. Para ele, de 1950 a 1960, a proteção infantil foi perdendo bastante espaço em termos do sistema de bem-estar infantil. As Sociedades Precursoras dos Serviços de Proteção à Infância isolaram-se do debate em torno de questões mais amplas da política social e a proteção infantil tornou-se uma especialidade fraca em um sistema de bem-

estar infantil relativamente fraco também.

Durante 120 anos (1870-1990), o fenômeno da violência contra a criança sempre esteve presente na sociedade americana e hoje com as possibilidades científicas de mensuração mais acuradas, revelam-se números extraordinários:

[...] em 1990, os Estados americanos receberam notificação de violência em torno de um milhão e setecentas mil crianças tidas como alvo de abuso e negligência. Em 1986, foram registradas 1.100 mortes decorrentes da violência e, para 1990, foram registradas 1.253 (NATIONAL, 1992).

Embora se possa reconhecer que grandes esforços foram feitos para a organização de proteção à criança (especialmente da década de 1960 em diante), experiências que visassem ao combate ao fenômeno da problemática infantil, o que se pôde perceber no início da década de 1990, é que elas não demonstraram os seus poderes de força quanto à redução dessa problemática.

Os teóricos que se propõem a analisar a política pública de atenção ao problema da violência costumam se deter em aspectos que consideram prejudiciais à consecução dessa mesma política: falta de verbas, fragmentação de serviços, despreparo profissional, demanda superior à oferta de serviços, as excessivas medidas de institucionalização de vítimas, a eterna confusão de competências nos âmbitos federal, estaduais e municipais.

Lopez (1994) comparou, entre diversos países, a violência sexual doméstica ocorrida entre os sexos masculino e feminino. Constatou que, na Holanda, 33% dos casos ocorreram com o sexo feminino; na Austrália, 28%; em Costa Rica, 32%, todas do sexo feminino.

A Suécia e a Irlanda foram os países de menor incidência de casos de violência, com 9% e 7%, respectivamente, também em relação ao sexo feminino.

Nos Estados Unidos, houve a porcentagem de 16% de violência sexual doméstica do sexo masculino, na Espanha, 15%, e na Austrália, 9%.

Na Holanda e na Nova Zelândia, a porcentagem para tal violência foi de 0% para o sexo masculino.

É comum pensar que em outros países a violência não existe ou não acontece. Trata-se de uma hipótese incorreta, pois a violência doméstica está presente nos lares em todos os lugares e nas mais variadas camadas sociais.

2.6 ALGUNS APONTAMENTOS DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO DA VIOLÊNCIA INFANTIL NO BRASIL E EM CAMPO GRANDE-MS

Na década de 1980, houve uma ampla luta de questionamento da “Política Nacional do Bem-Estar do Menor” e do “Código de Menores”, como ordenamentos do regime autoritário. Ao lado disso, ampliam-se as denúncias sobre a gravíssima situação enfrentada pela infância brasileira, bem como a constante violação de seus direitos. No nível internacional, vale lembrar uma preocupação com a infância, que já vinha desde a década anterior como o prova a celebração do Ano Internacional da Criança-1979.

Foi só na década de 1990, que se conseguiu criar um conjunto de normas regularmente instituídas pela sociedade brasileira jurídica e politicamente organizada, visando alterar hábitos, usos e costumes em relação à infância.

O Poder Legislativo (Congresso Nacional) decretando, e o Poder Executivo (Presidência da República) sancionando, o Estado brasileiro criou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O ECA (1990, p. 12) é:

um conjunto de regras a serem utilizadas por todos os que pretendem trabalhar por bons hábitos, bons usos e bons costumes à sobrevivência, à vida saudável, à dignidade, à solidariedade social da população infanto-juvenil (ECA, 1990, p. 12).

Trata-se de normas por meio das quais a sociedade brasileira, política e juridicamente organizada, diz o que se deve fazer para que a infância e a adolescência sejam respeitadas. E, o que é mais importante, apontar o que se pode fazer para corrigir desvios, quando a família, a sociedade e a própria criança ou adolescente deixam de atender as regras básicas da sadia convivência social.

A política de atendimento aos direitos da criança faz-se por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O Art.87 apresenta as linhas de ação da política de atendimento:

[...] políticas sociais básicas; políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; serviço de

identificação e localização de pais ou responsável; proteção jurídico-social por entidades de defesa da criança e do adolescente (ECA, 1990, p. 12).

O Art. 88 aponta as seguintes diretrizes das políticas de atendimento:

[...] municipalização do atendimento; criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais; criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa; manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança; integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial; mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade; a função de membro do Conselho Nacional e dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança é considerada de interesse público relevante e não remunerada (ECA, 1990, p. 13).

No Brasil, a partir da década de 1980, afigurou-se, como de fundamental importância, a batalha pela garantia dos direitos da infância, aproveitando-se a oportunidade de mudança da Constituição. Trava-se, então, intensa luta, que culminou com uma vitória na Assembléia Nacional Constituinte, pela sedimentação dos direitos da infância no artigo 227 da Constituição, e o *caput* desse artigo introduziu o enfoque e a substância básica da Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Conquistada a vitória na Constituição, necessitava-se da elaboração de uma lei ordinária que revogasse a velha legislação do período autoritário (COSTA; KAYAYAN; FAUSTO, 1991).

Vale lembrar que o artigo 227 da Constituição determina:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão⁹ (CONSTITUIÇÃO, 1988, p 84).

Nova luta se iniciou, até a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente que tem servido de instrumento de sustentação de decisões e ações para a conquista da cidadania de milhões de crianças e adolescentes. Família, sociedade e Estado têm o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes às crianças e aos adolescentes, base indispensável para o exercício da cidadania.

Demo (1990) questiona os artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, em

que as questões que os envolvem são graves e as políticas de atendimento são, em grande parte, impotentes, mas, ao mesmo tempo, necessárias. Afirma que se atende pouco e mal, e ainda o Estatuto precisa ser revisado. A virtude maior do Estatuto é a proposta central de uma política social da infância e da adolescência, a par de uma justiça da infância e da adolescência, capaz de ser articulada e de ressaltar a importância de se investir no maior patrimônio de todo país: suas novas gerações.

O artigo 90, do Estatuto da Criança e do Adolescente, refere-se às entidades de atendimento, que são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócioeducativos destinados à criança e ao adolescente, em regime de:

- I- orientação e apoio sóciofamiliar;
- II- apoio sócioeducativo em meio aberto;
- III- colocação familiar;
- IV- abrigo;
- V- liberdade assistida;
- VI- semiliberdade;
- VII- internação.

Parágrafo único: As entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida deste artigo, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária (ESTATUTO, 1990, p. 31).

As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

As entidades que desenvolvem programas de abrigo à criança deverão ter contato com os familiares e integrar a criança à família substituta, se for o caso. O atendimento deverá ser individualizado ou em pequenos grupos, desenvolvendo atividades em regime educativo. A criança não poderá ser afastada, de maneira abrupta, dos irmãos, e evitar sempre que possível a transferência dela para outras entidades. A criança deverá participar da comunidade local.

O artigo 98 refere-se às medidas de proteção da criança e são aplicáveis, sempre que seus direitos são violados ou ameaçados, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, abuso ou omissão do pai ou responsável ou em razão de sua conduta.

⁹ Constituição da República Federativa do Brasil (1988 p. 84).

O município é o espaço privilegiado de atenção à criança. Nesse sentido, compete ao governo municipal assegurar o atendimento às necessidades básicas, de tal forma que o vínculo familiar e comunitário dessas crianças seja mantido e provido.

A gestão das políticas públicas setoriais (educação, saúde, esporte, lazer e assistência) deve ser articulada e integrada de maneira a garantir uma atenção totalizadora às necessidades das crianças.

O espaço político de atenção à criança, por meio do Estatuto, expressa-se pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, no qual as sociedades civis, em conjunto com o Executivo Municipal, em Campo Grande-MS, definem as políticas municipais articulando-se com as instâncias estaduais e federais e do Conselho Tutelar, que é responsável pela garantia e efetivação dos direitos assegurados às crianças e aos adolescentes. Exatamente por ser autônomo e não-jurisdicional, deve servir como mediador entre a comunidade e o Poder Judiciário, entre a comunidade e o poder público local, na defesa e na promoção dos direitos da infância.

Há, em Campo Grande-MS, várias políticas sociais voltadas para a proteção da criança. Primeiramente, será apresentada a instituição CAPS e suas atividades, que serviram de base para esta pesquisa.

A Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho (SAST), implantou o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), em janeiro de 1998, no qual faz parte uma rede de proteção integral, visando oferecer assistência na área de garantia de direitos às crianças e aos adolescentes vitimados/vitimizados por maus-tratos, negligência, exploração, abuso, crueldade e opressão; proporcionando, ainda, um atendimento psicossocial e ações de caráter preventivo à violência doméstica.

O órgão funciona 24 horas, e são recebidas inúmeras denúncias por meio de telefone ou pessoalmente. Essas denúncias são recebidas por funcionários especificamente treinados para esse fim e são remetidas ao Conselho Tutelar, diariamente ou imediatamente, quando o caso assim o exigir. Ao receber a denúncia, esse órgão notifica o denunciante, conforme preza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Art. 136, inciso VII, p. 40) procedendo ao atendimento e ao aconselhamento necessários em cada caso.

Há também no CAPS os atendimentos prestados à comunidade como:

-Serviço SOS Criança – que recebe denúncias da população, pelo telefone (1407).

-Entrevistas e/ou orientações técnicas (social ou psicológica) - os casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, que necessitam do parecer técnico para subsidiar a aplicação de medidas de proteção à criança e/ou ao adolescente, passam por esse tipo de atendimento.

O atendimento psicológico é feito com base nas requisições de serviços expedidas pelos Conselhos Tutelares. A recepção do CAPS encarrega-se de marcar o dia e a hora em que o assistido deve comparecer juntamente com o responsável.

Cada caso requer, em média, duas entrevistas e três orientações. A metodologia do atendimento inicia-se pelo levantamento da história relatada individualmente pelo responsável e pela criança ou adolescente. Posteriormente, à coleta de dados, procede-se a orientação individual e/ou coletiva. Em casos mais complexos, há a necessidade de ouvir outros membros da família visando a maiores esclarecimentos. Há outras situações ainda que exigem a visita *in loco*, por exemplo, nas escolas ou até mesmo na própria residência do assistido.

Após a conclusão do levantamento de dados, efetua-se o relatório do atendimento acompanhado do parecer técnico.

O setor de psicologia do CAPS também tem a função de dar assistência extensiva aos pais para informá-los sobre as causas que desencadearam a situação-problema em que estão inseridos, bem como orientá-los para uma conduta adequada a ser adotada com os filhos. O aconselhamento faz parte da avaliação do setor de psicologia do órgão, pois possibilita uma maior compreensão do fenômeno da violência contra crianças.

-Acompanhamento Social - oferece atendimento às famílias de crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade, buscando condições para o fortalecimento dos vínculos familiares e a garantia da permanência dos filhos no lar. As entrevistas ou orientações psicológicas auxiliam a vítima ou sua família, a fim de que os conflitos sejam amenizados ou até mesmo resolvidos.

-Orientação em grupo - visa minimizar o desconforto decorrente de diversas fases de conflito no ambiente familiar.

-Prevenção - são realizados cursos e oficinas de sensibilização, destinados a profissionais que atuam com crianças / adolescentes nas comunidades, buscando prevenir a ocorrência de violência doméstica e estimular a denúncia daqueles casos em que a violência está presente.

-Programa de Combate à Exploração e Abuso Sexual Infanto-Juvenil - atua como uma perspectiva preventiva, em que está sendo criada a central de recebimento de denúncias de

combate ao abuso e à exploração sexual infanto-juvenil, pelo telefone 1407, objetivando romper o “muro do silêncio”, que impede a notificação e a interrupção de uma verdadeira escalada de violência física, psicológica e sexual contra crianças e adolescentes.

Nos casos em que houver necessidade comprovada, o Conselho Tutelar poderá, mediante a Requisição de Serviço, contar com o apoio do CAPS na execução de determinadas tarefas.

O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei 8069/90. Em cada município, haverá no mínimo, um Conselho Tutelar, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos. Não presta serviços diretos e nem faz assistência as reivindicações, as solicitações que são encaminhadas pelas crianças, suas famílias e pela população em geral.

O Conselho Tutelar de Campo Grande-MS é um espaço que garante os direitos da infância no âmbito municipal, como prevê a lei que o criou. É um instrumento nas mãos dos cidadãos, para zelar, promover, orientar, encaminhar e tomar providências, em situações de risco pessoal e social, ou seja, de abandono, negligência, exploração, violência, crueldade e discriminação de crianças e adolescentes nesse município.

O Conselho Tutelar assume, no momento, as funções anteriormente exercidas pela Justiça da Infância, relacionado com os aspectos político-sociais dos direitos da criança.

Os Conselheiros Municipais de Direitos, assim como os Tutelares, são agentes públicos, pois ambos os Conselhos são órgãos públicos.

O Conselho Tutelar da Capital recebe reclamações, comunicações e denúncias de várias fontes. Algumas são expressas na Lei 8069/90, como é o caso dos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, que devem comunicar ao Conselho casos de maus tratos, evasão escolar, entre outros.

O Conselho Tutelar tem caráter de escuta, orientação, aconselhamento e encaminhamento. É ele que vai aplicar as medidas de proteção à infância, quando os direitos delas forem ameaçados ou violados.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, as crianças (até 12 anos incompletos) são de responsabilidade do Conselho e os adolescentes (entre 12 e 18 anos) são

de responsabilidade do Juizado da Infância. Isso se refere a, por exemplo, quando há crianças ou adolescentes roubando, consumindo ou portando drogas, entre outros delitos. Quando o Conselho Tutelar não é correspondido, ele pode se representar junto à autoridade judiciária, para que se façam cumprir suas deliberações.

Por exemplo, o caso de uma criança com problemas de saúde, cujos pais vêm tentando uma vaga no hospital de Campo Grande e, não tendo conseguido, recorrem ao Conselho Tutelar que determina o pronto atendimento, por meio de requerimento à Secretaria Municipal da Saúde ou, até mesmo, ao hospital local. A criança não é atendida, pois não existem vagas. O Conselho, então, encaminha um requerimento à Promotoria da Infância, argumentando que a criança tem prioridade absoluta. O Promotor (a), por sua vez, representa ao Juiz, pede para que despache com urgência e o Juiz determina que se acate a decisão do Conselho Tutelar.

O Conselho, portanto, é peça fundamental no que se refere aos direitos da infância e sua ação propicia o verdadeiro compromisso: criança, prioridade absoluta e pessoa de direitos.

Há, também, a Casa SOS Abrigo, que é um lugar ligado diretamente ao CAPS, onde, toda e qualquer criança que necessite de proteção e abrigo, pode permanecer por tempo determinado (48 horas). Isso acontece quando há situações em que elas estejam correndo risco de vida ou sofrendo ameaças dos pais ou responsáveis.

Em Campo Grande-MS, o CAEM (Centro de Atendimento ao Menor) é um órgão não-governamental, que assiste a criança que esteja correndo risco pessoal ou social.

O Ministério Público é a instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, nos termos do art. 127, da Constituição Federal, ou seja, não é simples órgão de defesa ou de acusação. Suas funções são mais importantes, pois transcendem ao mero interesse de aplicação de uma medida a determinada criança ou jovem, para se elevar como órgão responsável pela defesa da ordem jurídica, dos direitos sociais e individuais indisponíveis.

A Promotoria de Justiça da Infância e da Adolescência de Campo Grande - MS, tem as seguintes atribuições:

- zelar pela proteção integral das crianças e adolescentes, até a idade de dezoito

anos, e pelo efetivo respeito aos seus direitos e garantias legais, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

- promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos à infância e à adolescência, inclusive os previstos no art. 220, § 3º, II, da Constituição Federal;

- requerer mandado de segurança, de injunção e *habeas corpus*, em qualquer juízo da Capital, na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente;

- inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento às crianças e adolescentes, bem como fiscalizar os respectivos programas, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas;

- requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços médicos, hospitalares, educacionais e de assistência social, públicos ou privados, para o desempenho de suas atribuições.

O Juizado da Infância e da Juventude da capital serve para designar o órgão e a autoridade que, na forma autônoma da lei de organização judiciária, caibam ou venham a caber, as competências nele discriminadas.

Art. 1º Aos Juizados da Infância e da Juventude, mencionados na Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990, compete:

- conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;

- conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo;

- conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento a crianças e adolescentes, aplicando as medidas cabíveis;

- aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção a crianças e adolescentes;

- conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar (Lei 8.069/90, art. 131), aplicando as medidas cabíveis. (ESTATUTO, 1990, p. 42).

Todas essas leis de proteção à infância, têm sido instrumentos de sustentação, decisões e ações para a conquista da cidadania de milhões de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados. É necessário cada vez mais o aperfeiçoamento das instituições e o desenvolvimento de ações mais dinâmicas e criativas a serviço dessa primordial tarefa que é a de resgatar e garantir a integridade de todas as crianças.

3 INFÂNCIA E VIOLÊNCIA EM CAMPO GRANDE-MS

3.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Minayo (1996) relata a importância do trabalho de campo, afirmando que a pesquisa tem de ser pensada a partir de referenciais teóricos e também de aspectos operacionais que envolvam questões conceituais, ou seja, não se pode pensar em um trabalho de investigação de caráter neutro.

As representações sociais têm fundamentado o trabalho de campo pelo tipo de pesquisa de natureza etnográfica e qualitativa nas pesquisas na área de Saúde, e são definidas como categorias de pensamento, de ação e sentimento que expressam a realidade, justificando-a ou questionando-a.

Minayo (1996, p. 173) afirma que as representações sociais se manifestam em condutas e chegam a ser institucionalizadas, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais, pois: “Sua medição privilegiada, porém é a linguagem do senso comum, tomada como forma de conhecimento e de interação social”. Pode-se dizer então que as representações possuem diversos graus em relação à compreensão da realidade de cada indivíduo, podendo ser considerada objeto para análise do social.

Representações são sempre construtivas, constituem e reconstituem o mundo e as identidades que elas sustentam, garantem ao sujeito um lugar neste mundo. Assim, ao serem internalizadas, as representações passam a expressar a relação do sujeito com o mundo que ele conhece e, ao mesmo tempo, elas o situam nesse mundo.

A criança nasce em um mundo que já está estruturado pelas representações sociais de sua comunidade, o que lhe garante a tomada de um lugar em um conjunto sistemático de relações e práticas sociais. Mas se isso é verdade, não significa que ela nasça com competência para ser um ator social independente no mundo.

Urt (2000, p.24) afirma:

A constituição da subjetividade e a concepção de sujeito estão atreladas à realidade objetiva. É ela quem determina os valores e normas que serão apreendidos e internalizados pelo sujeito, através das mediações que ele estabelece com outros sujeitos, constituindo assim o seu psiquismo (URT, 2000, p. 24).

Não se pode falar de Representações Sociais sem anunciar o nome do psicólogo social francês Moscovici (1978). Um primeiro delineamento formal do conceito e da teoria das Representações Sociais surgiu em seu trabalho: “La psychanalyse, son image et son public (1961, 1976)”, a propósito do fenômeno da socialização da Psicanálise, de sua apropriação pela população parisiense, do processo de sua transformação para servir a outros usos e funções sociais. Partindo então da tradição da sociologia do conhecimento, o autor começava a desenvolver uma psicossociologia do conhecimento.

Moscovici (1976, p, 16) declara, entretanto, que sua ambição ia além da criação e da consolidação de um campo específico de estudos: “queria redefinir os problemas da Psicologia Social a partir desse fenômeno”. De fato, os fenômenos, o conceito e a teoria das Representações Sociais só podem ser bem apreendidos no contexto do processo de renovação temática, teórica e metodológica da Psicologia Social.

Partindo de uma perspectiva dialética, Moscovici (1976) considerou que a representação exprime uma relação do sujeito com o objeto, tendo, na sua origem, dois aspectos fundamentais: o perceptivo, que implica a presença do objeto, e o conceitual, que implica a ausência do objeto.

Do ponto de vista do conceito, a presença do objeto, inclusive a sua própria existência, é inútil; do ponto de vista da percepção, a ausência do objeto ou sua inexistência são uma possibilidade. De fato, para ele representar uma coisa, um estado, não consiste simplesmente em desdobrá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo; é também reconstruí-lo, retocá-lo, modificá-lo.

Uma das formas de se apreender as Representações Sociais é por meio da aplicação de entrevistas e de observações de um determinado grupo.

A importância da entrevista se dá, no momento em que os indivíduos entrevistados colocam suas opiniões. São informações que só podem ser obtidas com a contribuição dos atores sociais envolvidos.

A entrevista pode ser: aberta, estruturada, semi-estruturada por meio de grupos focais e histórias de vida. O pesquisador recolhe então a fala dos atores sociais.

Jahoda (1951, p. 152) aponta a entrevista como sendo:

fatos, idéias, crenças, maneiras de pensar, opiniões, sentimentos, maneiras de sentir, maneiras de atuar, conduta ou comportamento presente ou futuro, razões conscientes ou inconscientes de determinadas crenças, sentimentos, maneiras de atuar ou comportamentos (JAHODA, 1951, p. 152).

A entrevista, como técnica de coleta de informações, é ampla e contempla uma série de questões que vão desde a fidedignidade do informante ao lugar social do pesquisador. Quando há fala na coleta de informações, a entrevista, torna-se instrumento privilegiado ao revelar sistemas de valores, normas e símbolos das representações de grupos determinados em condições históricas, sócioeconômicas e culturais específicas.

Pode-se dizer que a entrevista não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sim, uma situação de interação, em que as informações dadas pelo entrevistando podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador.

Nesta pesquisa foram realizadas entrevistas com os profissionais do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), por ser uma forma de compreender as representações do trabalho de cada um e por ser um método de conhecer a realidade que envolve a questão da problemática infantil. Foram entrevistados: duas assistentes sociais, quatro psicólogas, uma educadora social, (a função do educador social do CAPS, é fazer a visita “in loco” da criança vitimada) duas auxiliares sociais, a coordenadora do órgão (CAPS) e dois Conselheiros Tutelares.

Considera-se a observação participante como parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. A observação não apenas se limita à investigação, mas é um método para a compreensão da realidade.

Schwartz e Schwartz (1955 *apud* MINAYO, 1996, p. 55), propõem o seguinte conceito:

[...] definimos observação participante como um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe dados. Assim o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto (SCHAWARTZ e SCHAWARTZ, 1955 *apud* MINAYO, 1996, p. 55).

Malinowski (1975 *apud* MINAYO, 1996, p. 55) critica as pesquisas que não compreendem a realidade e revelou que: “Há uma série de fenômenos de grande importância que não podem ser registrados através de perguntas, ou em documentos quantitativos, mas devem ser observados em sua realidade”.

Há necessidade, dependendo do tipo de pesquisa, de um trabalho de observação do fenômeno a ser estudado. Nesta pesquisa foram observados onze casos de crianças vítimas

de algum tipo de violência e suas respectivas famílias. As observações foram do tipo participante e realizadas no Centro de Atendimento Psicossocial, juntamente com duas psicólogas, que permitiram a intervenção da pesquisadora nos casos, ou seja, houve interferências pessoais, quando era necessário, para um melhor esclarecimento do estudo.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

Foram levantados, na primeira etapa da pesquisa, dados nos arquivos da SAST – Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho. Nessa instituição, obtiveram-se estatísticas dos casos de crianças vitimadas dos anos de 1997 e 1998. Vale ressaltar que não foi possível obter dados dos anos anteriores aos de 1997 e 1998, pois as pastas de anos antecedentes não haviam sido encontradas. Encontram-se, no anexo I, maiores informações e detalhes a respeito dos dados obtidos. A coleta de dados na SAST iniciou-se no ano de 1999 e foi feita pela própria pesquisadora.

Para melhor esclarecimento, a SAST é um órgão municipal que tem por objetivo, garantir o atendimento às necessidades básicas da família, da criança e do adolescente. A Secretaria oferece também amparo às crianças e adolescentes carentes, promove a integração ao mercado de trabalho para aquelas famílias que se encontram desempregadas e fornece cestas básicas.

No segundo momento da pesquisa foram feitos a coleta de dados e o levantamento de casos de crianças vítimas de violência no Centro de Atendimento Psicossocial. Infelizmente, só foram encontrados registros nos arquivos do órgão, referente aos meses de fevereiro a novembro de 1998.

É possível verificar os registros das inúmeras práticas de violência (anexo III). Foi dada maior ênfase em quatro tipos de violação, devido à complexidade delas, pois tratam de: violência física; violência psicológica; violência sexual e discriminação.

Atualmente, as descrições das violações encontram-se na tabela da SIPIA – Sistema de Proteção à Infância e Adolescência, com códigos para todos os tipos de violações, vigorando em âmbito nacional.

Verificou-se que no CAPS, os objetivos deste estudo poderiam ser alcançados, pois era naquele órgão, que a pesquisadora teria maior contato com as crianças, com as

famílias e com os profissionais que lidam com a questão da problemática infantil.

Nesta pesquisa, como já dito anteriormente, foram realizadas entrevistas com os profissionais do CAPS e o depoimento desses profissionais nos fez compreender as representações do trabalho de cada um e dessa maneira conhecer a realidade que envolve a questão da problemática da violência infantil.

As pessoas que foram entrevistadas estão intimamente ligadas aos problemas do cotidiano da questão que envolve a violência infantil. O intuito foi “mapear” as várias questões referentes ao trabalho de cada um no órgão, as representações a respeito do tema da agressão contra crianças, enfim, temas que abordam as concepções de violência infantil, de violência, políticas sociais de atendimento, entre outros. Esses temas encontram-se no anexo III e as entrevistas propriamente ditas encontram-se no anexo IV e são a definição de cada um sobre o significado teórico e na prática do que é infância, violência e quais as políticas sociais adotadas no atendimento a essas crianças, e os procedimentos adotados com relação às famílias.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, envolvendo questões referentes ao trabalho de cada um, aspectos positivos e negativos das atividades realizadas, as principais dificuldades encontradas, concepções pessoais a respeito de violência, violência infantil, políticas sociais de atendimento, entre outras. Todas as entrevistas foram gravadas, com a finalidade de registrarem todos os dados, o discurso bem como as representações de cada profissional.

Vale ressaltar que, no mesmo local do órgão, funciona também o Conselho Tutelar. Os dois conselheiros que atuam no Conselho também foram entrevistados.

Onze casos de crianças vítimas de algum tipo de violência e suas respectivas famílias foram estudados e acompanhados no CAPS com duas psicólogas do órgão que permitiram a intervenção da pesquisadora nos casos. Houve interferências pessoais quando era necessário para um melhor esclarecimento do estudo, além de um levantamento que permitiria a elaboração de um relatório descritivo da violência doméstica contra crianças. Fizemos a opção de selecionar os casos de crianças de 0 a 11 anos, vítimas de violência física por pai (padrasto), mãe (madrasta). As figuras parentais de substituição (padrastos/madrastas) deveriam estar exercendo esse vínculo em realidade, não sendo elementos passageiros no lar da criança.

A escolha de crianças na faixa etária de 0 a 11 anos deveu-se a duas razões

principais:

- a) que gostaríamos de recuperar o discurso delas em termos de violência sofrida, o que se revelava difícil se contássemos somente com uma amostra de baixa idade;
- b) que a literatura aponta que depois dos 10 anos inicia-se uma nova fase na vida das crianças, “com razoáveis modificações anatômicas, fisiológicas, sociais, mentais, etc.” (SETIAN et al, 1979 *apud* GUERRA, 1998, p. 109).

Na terceira etapa da pesquisa foi realizado um trabalho de acompanhamento e observação da família da vítima e a própria vítima dos onze casos estudados.

Durante a permanência no órgão, duas psicólogas não permitiram a presença da pesquisadora na sala, na hora das entrevistas com as famílias e a vítima, pois, segundo elas não havia espaço físico adequado para mais uma pessoa assistir e acompanhar os casos. Essas duas profissionais atendiam as crianças e a família na cozinha do local. Portanto, não foi possível fazer as observações dos casos, bem como dos relatórios.

É importante registrar que a “polêmica” da estada da pesquisadora no órgão, feita por esses dois profissionais, chegou à coordenadoria. Posteriormente, o caso foi resolvido da melhor maneira possível, pois, antes de iniciar a pesquisa, foi entregue em mãos, à coordenadora da Instituição um ofício da Universidade Católica Dom Bosco declarando os objetivos do estudo, que era primeiramente fazer um levantamento de casos de crianças maltratadas, conhecer os profissionais que lutam contra a violência infantil e verificar a história de vida dessas crianças vitimadas e suas famílias.

Encontrou-se também dificuldade nas idas das famílias ao órgão que devido ao aumento do preço da tarifa do ônibus, ficaram prejudicadas na locomoção.

Dos casos atendidos pelo órgão foi possível analisar onze crianças de 0 a 11 anos, vítimas de algum tipo de violência, bem como o relato de suas famílias.

A permanência no órgão teve a duração de três meses, de junho a agosto, no período matutino, das 8h00 às 10h30 min. no ano de 1999. Fez-se um “plantão”, à espera das famílias e das vítimas. Quando havia notificação de casos no período da tarde, a pesquisadora retornava ao órgão para poder acompanhá-los.

3.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste tópico serão abordados os resultados da pesquisa e as análises permitidas acerca da problemática da violência infantil no universo investigado.

3.3.1 Caracterização da violência por meio de registro dos dados obtidos

a) Da SAST – Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho

Os dados obtidos nesse órgão permitiram verificar que, no ano de 1997, houve 2.637 denúncias, ou seja, uma média de 220 por mês. As crianças de 0 a 6 anos foram as mais violadas, já que são as mais frágeis e indefesas e não têm condições ainda de se defenderem das agressões dos adultos, sendo a mãe da vítima a maior agente violadora, registrando 43% das agressões cometidas. Os meninos foram os mais agredidos e a violência física foi a mais praticada contra as crianças.

Para Azevedo e Guerra (1997), essa violência baseia-se no poder disciplinador do adulto e na desigualdade adulto-criança.

No ano de 1998, foram obtidos registros de 2.520 denúncias, ou seja, uma média de 210 por mês, sendo as crianças de 0 a 6 anos novamente as mais atingidas e a mãe também a maior agente violadora, atingindo 38% das denúncias registradas.

A categoria da agressão mais praticada contra a criança foi a inadequação ao convívio familiar, registrando a porcentagem de 64% de ocorrências atendidas, Maiores detalhes estão no anexo I. A inadequação ao convívio familiar pode ser entendida como a prática de violência que, segundo a tabela da SIPIA – Sistema de Proteção a Infância e Adolescência, envolve as seguintes caracterizações: prisão domiciliar, confinamento, seqüestro por um dos cônjuges, cárcere de deficientes físicos ou mentais, violência física, violência psicológica, abuso sexual intra-familiar, convivência com dependentes de drogas, substâncias químicas ou álcool, prostituição, utilização na produção e tráfico de drogas e outros.

Todas essas caracterizações acima apontadas corroboram com idéias de vários pesquisadores, quando afirmam que a conceituação de violência é complexa e difícil.

Para Strauss (1985 *apud* AZEVEDO, 1994b, p. 9): “são maltratadas as crianças vítimas por parte de seus pais ou responsáveis, seja de brutalidades voluntárias, seja de uma ausência voluntária de cuidados, acarretando lesões físicas ou problemas em geral”.

Cortecuisse (1984 *apud* AZEVEDO, 1994b, p. 9) apresenta o conceito de violência: “entende-se por sevícias toda a agressão física ou mental, abuso sexual, negligência ou maus-tratos perpetrados sobre um indivíduo menor de 18 anos por seus pais ou responsáveis”.

Esses conceitos se reportam às mesmas situações de séculos passados, como por exemplo, do século XVII, quando o pensador francês Ariés (1986) declara a infância um conceito tirânico de família, que destituiu a sociabilidade e privou a criança da liberdade, aplicando a ela um confinamento e castigos severos. É interessante observar que desde então pouca mudança houve.

b)Do CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial

Os dados obtidos nessa Instituição, como já foi dito anteriormente, foram mais detalhados que os do órgão anterior. Nos arquivos do CAPS, havia registro de casos do ano de 1998, dos meses de fevereiro a dezembro. Como se observa na figura 1.

Os meses de fevereiro, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro, registraram novamente que crianças de 0 a 6 anos foram as mais agredidas. Um fato realmente relevante, pois, retratou a violência contra da criança, reduzindo-a à condição de objeto de maus-tratos (Anexo I).

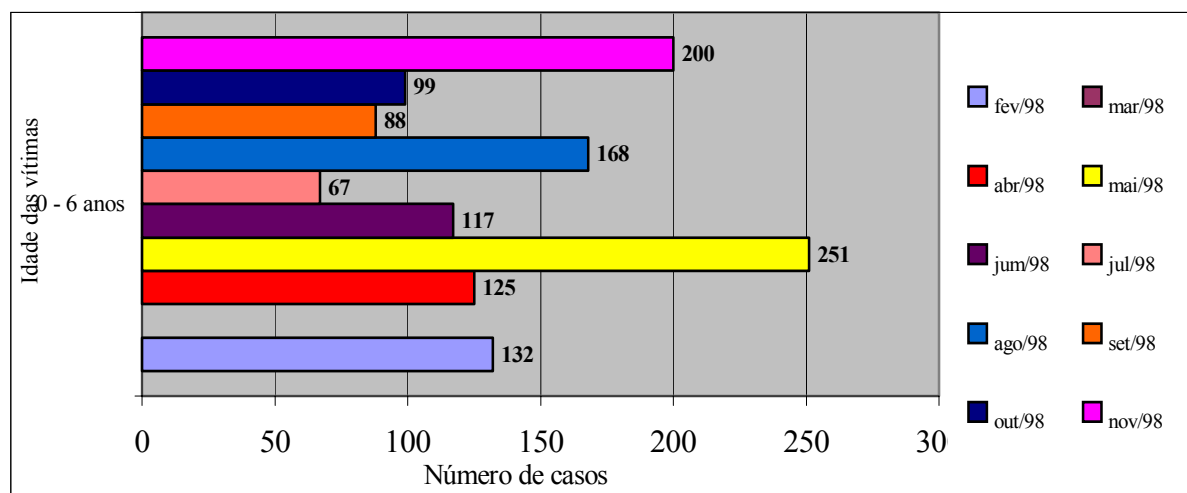


Figura 1 – Idade das Vítimas

Fonte: Pesquisa realizada no CAPS no ano de 1999

É importante mencionar que a criança necessita do amparo da família para que suas capacidades pessoais possam desenvolver-se normalmente e esse desenvolvimento só se dá, através dos códigos de linguagem, ou seja, do diálogo.

A figura 2 mostra com clareza a faixa etária das vítimas (0 a 6 anos), que foram agredidas. Os maus-tratos praticados pelos próprios pais são extremamente comuns, assumindo índices bastante altos.

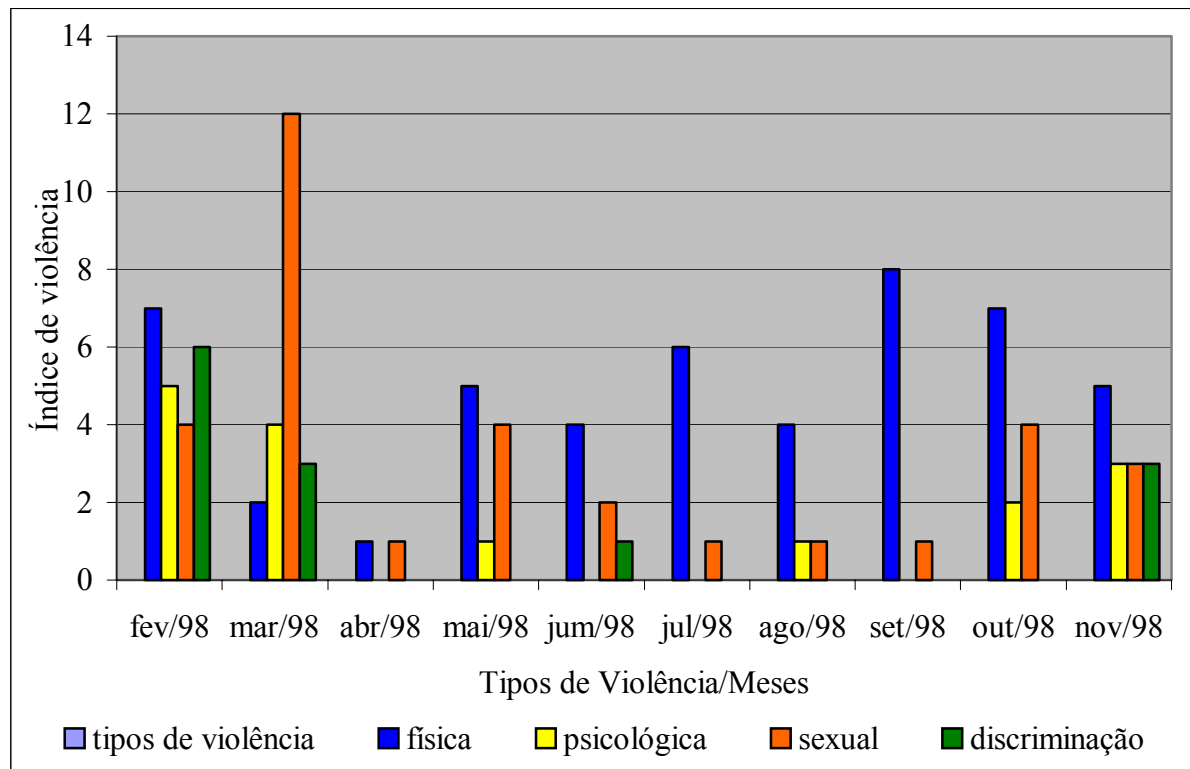


Figura 2 – Tipos de Violência
Fonte: Estatística do CAPS – ano 1999

Verificamos no gráfico acima que a violência física foi a mais praticada contra as crianças naquele ano. A mãe foi a maior agente violadora dos direitos da criança, ficando em primeiro lugar nos registros das denúncias.

A necessidade fundamental psíquica da criança só se torna satisfatória pelo amor e pela aceitação constante.

Silva (1992, *apud* IV ENCONTRO, 1992, p. 30) comentando a respeito da importância da figura materna no desenvolvimento da criança, justifica essa necessidade acima referida:

O amor materno, ato fundamental, cria o espaço que envolve e ampara a vida da criança. O aconchego no seio da mãe, o qual já é mais do que uma presença meramente física, prolonga-se no cuidado que ela dispensa à

criança; este cuidado materno é mais do que ocupação exterior (SILVA, 1992 *apud* IV ENCONTRO, 1992, p. 30).

A figura 3 revela que os bairros mais atendidos pelos educadores sociais foram; o Centro (da capital) o Aero Rancho, bairro populoso, composto de pessoas de poder aquisitivo baixo, um local de zona periférica da capital, com alto índice de violência, segundo informações da SAST, o bairro Marcos Roberto, José Pereira, Dom Antonio Barbosa e Moreninha III.

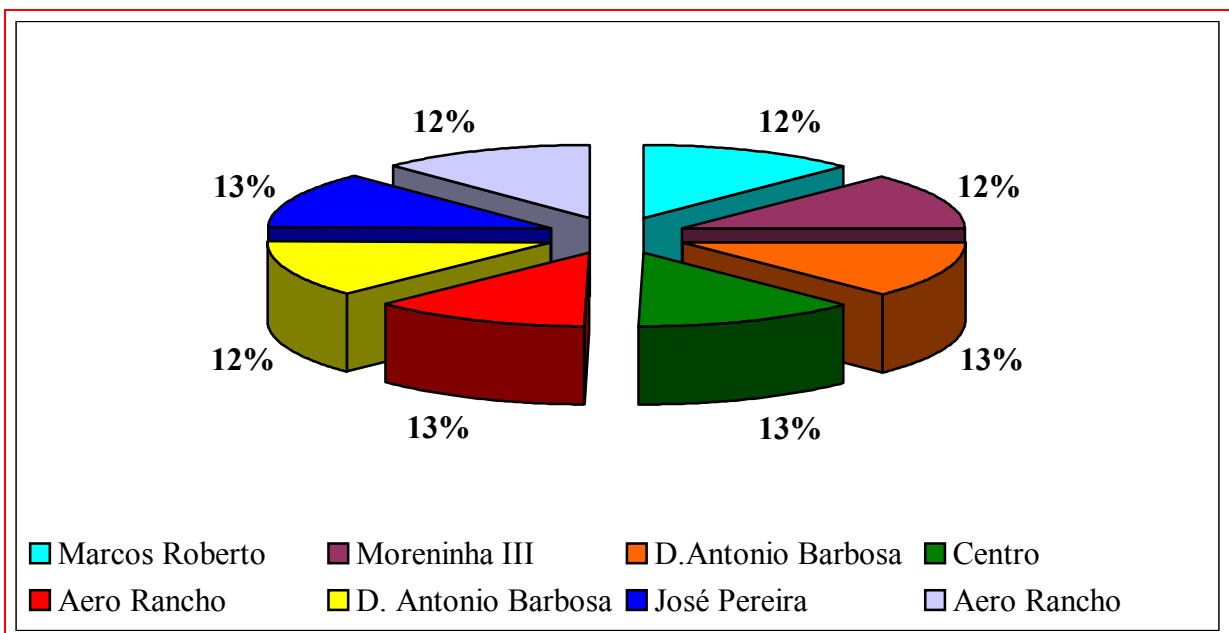


Figura 3 – Visitas realizadas pelos Educadores Sociais aos bairros de maior incidência de Violência
Fonte: Estatística do CAPS

3.3.2 CORPO TÉCNICO (CAPS)

a) Das concepções:

As concepções investigadas com os profissionais do CAPS foram: concepção de infância, concepção de violência, concepção acerca da violência infantil e concepção das políticas sociais de atendimento à infância (Vide Quadro II a seguir).

Df

Fd

Ds

Sd

1 – Tema abordado: Concepção de infância

Sobre a concepção da infância, foram obtidas respostas distintas e com um certo caráter de simplicidade por parte dos profissionais da Instituição (CAPS). Os seguintes profissionais, duas assistentes sociais, quatro psicólogas, uma educadora social, duas auxiliares sociais, coordenadora do órgão, um conselheiro tutelar e uma conselheira tutelar assim se expressaram: *“a época ou o período da vida de maior aprendizagem”, “vivências”, “transformações”, “experiências”, “desenvolvimento”, “cuidados” “brincadeiras”, “liberdade”, “proteção, carinho e, segurança”, “amor dos pais”, “convívio familiar” e “compreensão”*.

Dos entrevistados, 33,33%, ou seja: duas assistentes sociais, uma conselheira e um conselheiro tutelares, responderam que a concepção de infância implica no desenvolvimento psicossocial da criança. Seguem as falas: *“é a primeira fase do desenvolvimento da criança”; “é aquele momento de todo cuidado que você tem que ter”; é um ser em desenvolvimento e que necessita de proteção, carinho e segurança “ é uma pessoa em desenvolvimento e que necessita de todos os cuidados”*.

Duas psicólogas e uma assistente social, 25%, relataram que a infância é o melhor período da vida do ser humano e apontaram a importância dos jogos e brincadeiras.

Para 16% dos entrevistados (duas psicólogas), o período da infância é o de maior aprendizado. *“É a época da vida de maior aprendizagem”; “é o início de tudo, são as primeiras transformações, vivências”*.

De acordo com 25% deles: uma assistente social, uma auxiliar social e uma psicóloga, têm em mente que a família e o amor é o grande suporte do desenvolvimento da criança: *“é uma criança que tem escola, que é amada”; “é aquela fase gostosa, é o convívio familiar”; “é brincar, é ter amor e compreensão dos pais”*.

Arroyo (1999, *apud* VEIGA e FARIA, 1999, p. 8) afirma que *“a infância pede passagem. Pede nossa atenção. Pede que a reconheçamos como sujeitos sociais e culturais”*. Ele criticou as inúmeras experiências dos profissionais que lidam com a questão da infância, pois, na sua opinião, eles sabem pouco sobre as idades da vida e do desenvolvimento humano. *“Sabemos mais sobre os conteúdos de cada área e disciplina do que sobre as especificidades da infância”* (p. 9).

As respostas pessoais fornecidas pelos profissionais parecem indicar que a infância é o melhor período da vida em que a criança pode passar. A criança elabora seus códigos de comportamento conforme experimenta a satisfação ou não de suas necessidades em contato com o mundo externo e principalmente com sua família.

A troca de afetividade da criança irá tecer sua rede de experiência cotidiana e simbólica, que representará o referencial para a formação de sua personalidade. A estrutura emocional, a inserção na sociedade e a formação de caráter são privilegiadamente funções da dinâmica familiar no desenvolvimento da criança.

Por outro lado a família que transmite à criança más condições de desenvolvimento, pode causar danos irreparáveis para sua vida adulta, como por exemplo, alterações de caráter, psicopatias e outros desajustamentos.

Portanto, a vivência na infância merece ter seu espaço considerado na sociedade e os profissionais que lidam com as crianças precisam ter uma fundamentação melhor acerca da infância, desmistificando determinadas concepções ingênuas e estereotipadas dessa fase da vida humana.

2 – Tema abordado: Concepção de violência

O questionamento em relação às concepções acerca da violência suscitou respostas diferentes que não deixaram de demonstrar a perplexidade diante de tal problemática que vem crescendo a cada dia. Alguns relacionaram o conceito de violência com o que vivenciam no próprio trabalho, outros definiram de acordo com conhecimentos anteriores e também de definições de violência infantil já incorporadas a sua cultura.

È importante lembrar que a conceituação de violência é difícil e complexa. Sua terminologia ainda não é homogênea, nem uniforme.

Para confirmar o que foi dito, as respostas se deram da seguinte forma: *“despreparo”, “fato corriqueiro”, “todo ato ou omissão de alguém para com uma outra pessoa”, “desequilíbrio interno”, “é um pedido de socorro”, “fatores como as questões sócio-econômica, cultural”, “retirada da liberdade da criança”, “ato ruim das pessoas”, “família desestruturada”,* entre outros.

Para 25% do entrevistados, a violência é decorrente do despreparo da relação

adulto-criança (dominador x dominado). Conforme as falas dos profissionais: um assistente social, um educador social e um conselheiro tutelar, confirma-se o exposto: *“é um despreparo no contato com as crianças”*; *“a partir do momento que você grita com uma criança já é uma violência”*; *“é toda forma de dominado e dominador”*.

De acordo com duas psicólogas, 16,66%, a violência em relação à criança é um ato de desequilíbrio emocional do adulto.

Duas psicólogas, dois assistentes sociais, um auxiliar social e um conselheiro tutelar, ou seja: 50% (6) deram respostas divergentes no que concerne à concepção de violência, como: *“fato corriqueiro”*, *“pedido de socorro”*, *“questões culturais”*, *“questões sócio-econômicas”*, *“tirar a liberdade da criança e” família desestruturada”*.

Johnson (1979, p.97) refere-se à violência praticada pelos pais, com intuito de educá-los:

Por exemplo, alguns pais são disciplinadores rígidos e fazem disto uma virtude, vivendo de acordo com o provérbio: *“Evite as surras e estrague as crianças”*. Todos os seus esforços podem ter efeito contrário ao desejado, uma vez que nenhuma outra variável está tão intimamente relacionada com o desenvolvimento do comportamento como o uso de castigos físicos (JOHNSON, 1979, p.97).

O núcleo familiar primário “pai-mãe”, desde as primeiras experiências vividas pela criança pode levar a um desenvolvimento sadio que proporciona boa adaptação e mudanças produtivas, tanto quanto pode conduzir a alterações no seu desenvolvimento que desde cedo vão se manifestar.

Johnson (1979) ainda afirma que a violência intrafamiliar não é sancionada, mas surpreendentemente comum.

As maiores fontes de agressão e atitudes inadequadas que provocam alterações no desenvolvimento da criança encontram-se na própria família e isso foi revelado nas entrevistas realizadas pelas considerações dos profissionais acerca do significado que a violência acaba assumindo na nossa sociedade: algo natural e por isso perfeitamente aceitável pelos familiares que na maioria das vezes são os responsáveis pela violência doméstica.

3 – Tema abordado: Concepção de violência infantil

Os profissionais definiram violência infantil dizendo: *“que cresce a cada dia”, “que para educar muitas pessoas ainda usam força física”, “que a família precisa ter mais estrutura ao lidar com a criança”, “que é uma repetição dos pais que também sofreram maus-tratos”, “que são as crianças de 0 a 6 anos que mais apanham”, “é o grito, que já é um fato banal”*, entre outros.

Dos entrevistados, uma psicóloga, um conselheiro tutelar e uma assistente Social, 25%, relataram que a violência infantil vem crescendo a cada dia, tornando-se um problema corriqueiro da sociedade: *“vem crescendo a cada dia”; “tá aumentando”; “virou uma banalização”*.

Para 16,66% dos entrevistados, ou seja: uma psicóloga e um conselheiro tutelar, a violência infantil é resultante da falta de estrutura da família: *“eu acredito que falta muito a família ter mais estrutura ao lidar com a criança”; “eu acho que a questão da violência começa pela família”*.

De acordo com 16,66% dos profissionais (uma psicóloga e uma auxiliar social), a violência psicológica é a pior entre todas e assim se expressa uma delas: *“eu acho que a violência psicológica é a pior. Verificou-se, diante de todas as representações relatadas anteriormente, que a família não dá necessariamente proteção à criança e isso parece demonstrar que há um falso mito que ela é” não violenta”*.

Como concluiu Adorno (1988 p. 21):

[...] é ilusório pensar que se possa realizar uma família de pares e iguais, numa sociedade em que a humanidade não é autônoma e na qual os direitos humanos ainda não tenham sido realizados numa medida mais concreta e decisiva do que a atual (adorno, 1988, p. 21).

Portanto, a família pode, em alguns momentos, oferecer grandes riscos à integridade física de seus membros.

Houve, nas demais respostas, diversidade nas definições, porém, não se deixou de lado a indignação diante da problemática que aflige a criança.

Urt (2000, p. 25) expõe que: *“A ‘natureza’ do homem é histórica, não é um fato natural, e sim, construída pelas múltiplas relações e interações sociais que ele estabelece”*, isto indica que a família também é uma construção histórica e social e que está sujeita às normas, controles e padrões presentes na sociedade.

A estabilidade da vida familiar é um fator importante no desenvolvimento normal da criança, pois ela só pode desenvolver-se sadiamente, ou seja, material e psiquicamente no

meio que está inserida. A família representa para a criança uma comunidade de vida, de sentimentos e de compreensão.

Partindo do âmbito do indivíduo, a família é o meio em que seus padrões, comportamentos e idéias vão se formando.

Damázio (1988, p.29) comenta: “Muitas vezes o meio familiar é mais hostil à criança do que a própria sociedade”. As relações familiares estão cada vez mais difusas, os sentimentos se tornaram efêmeros e a família não representa mais o referencial na formação da criança. Estas referências acerca da questão familiar parecem ser as dos profissionais quando questionados acerca da problemática da violência infantil.

4 – Tema abordado: Concepção das políticas de atendimento à infância

As respostas acerca das políticas de atendimento à infância foram manifestadas de forma homogênea, pois, dos doze entrevistados, somente um forneceu resposta satisfatória no que diz respeito às organizações de assistência à infância. Houve insatisfação e indignação quando a pergunta foi feita, sem falar no comportamento de cada um. Risos e silêncios fizeram parte da entrevista. Para eles, as políticas de atendimento são: “*paliativas*”, “*demorada*”, “*não supre nem a metade das necessidades*”, “*descontínua*”, “*desunida*”, entre outros.

Para 41,66% dos profissionais entrevistados, duas assistentes sociais e três psicólogas, as políticas sociais de atendimento necessitam de um maior entrosamento e ação conjunta para o perfeito desempenho de suas propostas: “*haver mais entrosamento*”, “*trabalho em conjunto*”; “*se houvesse uma ação conjunta dessas políticas nosso trabalho seria mais efetivo*”; “*união dos Conselhos com a gente*”; “*a nossa relação com boa parte dos conselheiros não é boa*”; “*eu acho que tudo que envolve as autoridades é demorado*”.

Uma auxiliar social (profissional do CAPS, que tem a função de atender as denúncias no telefone, feita pela população) e uma Psicóloga, 16,66%, relataram que as políticas sociais são paliativas. “*É uma coisa paliativa, acho que no fundo não muda nada*”; “*na grande maioria elas são paliativas*”.

É possível verificar a década de 1990, quando se conseguiu criar um conjunto de normas regularmente instituídas pela sociedade brasileira jurídica e politicamente organizada, visando alterar hábitos, usos e costumes em relação à infância: o Estatuto da Criança e do

Adolescente. Mas, infelizmente os direitos das crianças ainda são violados.

Não basta a elaboração de políticas sócias de atendimento sem que elas sejam realmente cumpridas. Para que se faça a integração no relacionamento da criança, da família e da sociedade é necessário que ocorra a responsabilidade social, pois nada se consegue alcançar por mais rudimentares que sejam as metas desejadas. Entende-se por responsabilidade social a capacidade que uma sociedade tem para se autodeterminar, através da atuação de seus membros, para prover, prever e prevenir suas ações por elas respondendo.

As leis do Estatuto da Criança e do Adolescente com enunciados admiráveis continuam no papel e muitos artigos não são executados. Um exemplo conciso, é o Art. 130 do ECA, no qual tem como enunciado: *“Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum”*. O que acontece na realidade é o contrário; quem permanece afastado do lar é a criança vitimada.

Não adianta ter um documento assegurando todos os direitos e deveres da população infanto-juvenil, se as políticas sociais de atendimento e seus representantes governamentais, não tiverem um olhar direcionado e sensato. É preciso que os dirigentes vejam com seriedade a injustiça social, a perversa distribuição de renda de nosso país que assola essas famílias que muitas vezes também são vítimas de um todo um sistema social cruel. Há milhares de famílias sem acesso à educação, emprego, saúde, moradia, lazer, enfim condições para uma vida digna e saudável.

O sociólogo e Juiz de Menores da Comarca do Rio de Janeiro, Dr. Libórni Siqueira no IV Encontro da Justiça da Infância e da Juventude, relatou:

Para as criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Executivo e o Legislativo levaram um ano para alterar os art. 132 e 139 do ECA e até hoje não foi implantado no Conselho Nacional. Em 99% dos nossos municípios não existem os Conselhos Municipais nem os Conselhos Tutelares, e não existindo tais Conselhos o Estatuto não sai do papel, e não saindo do papel, está lá a família de um lado e a criança do outro”(IV ENCONTRO DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, 1992, p. 42).

Percebe-se que ainda os direitos da criança detalhados por tal norma Estatutária não estão sendo lembrados, mas que deveriam ser por todas as pessoas que se preocupam com a infância, fase esta do desenvolvimento pessoal onde se encontram as melhores qualidades do ser humano.

Portanto, teve-se pouco tempo para modificar a concepção de infância nas

sociedades e nas culturas, já que a história da infância permaneceu durante séculos como sendo o período ou a fase de grande submissão ao mundo adulto.

a) Das relações com a instituição

Os temas abordados em relação à Instituição foram:

- 1) A finalidade/objetivos do CAPS;
- 2) Os aspectos positivos referentes ao trabalho;
- 3) Os aspectos negativos referentes ao trabalho;
- 4) As dificuldades encontradas.

1 – Questão: Finalidade/objetivos do CAPS

As respostas se deram de forma convergente e foram relatadas da seguinte forma: *“acompanhamento”, “assistência às famílias”, “prestação de atendimento à todas as crianças e adolescentes vítimas de algum tipo de violência doméstica”, “atendimento à comunidade”, “atender os casos que surgem para o Conselho Tutelar, entre outras.*

Das pessoas entrevistadas: duas assistentes sociais, cinco psicólogas e uma Auxiliar Social, 66,66%, responderam que a finalidade do CAPS era o atendimento centrado na criança e na família: *“acompanhamento sócio-familiar e psicológico”; “assistência às famílias que são atendidas pelos Conselhos”; “prestar atendimento a todas as crianças e adolescentes vítimas de algum tipo de violência”; “atendimento à comunidade, crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos”; “tem o objetivo de atender aqueles casos que aparecem e surgem para o Conselho”; “você pode atender tanto a criança quanto sua família”; “é o atendimento e acompanhamento à família”; “atender a demanda das pessoas que procuram”.*

Dentro do universo dos entrevistados, 16, 66%, informaram que o CAPS era um órgão mais voltado à família e 25% responderam que o CAPS era um órgão voltado principalmente à orientação da criança (uma educadora social e um conselheiro tutelar).

Para duas educadoras sociais e uma auxiliar social, 16,66% (2), o órgão foi identificado com a função de apuração e verificação: *“apurar as denúncias” e “de imediato verificar a situação da criança”.*

Já os profissionais do Conselho Tutelar (conselheira e conselheiro), 16,66%, disseram que a finalidade do Conselho Tutelar era cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente e que o órgão era autônomo e jurisdicional.

É de suma importância que os profissionais que atendem as crianças vítimas de maus-tratos, identifiquem e notifiquem às autoridades o fato ocorrido. A realidade de vida da família e da criança deve ser avaliada e considerada pelos profissionais.

As políticas sociais de atendimento através de todos os recursos do Estado deveriam manter programas tanto na saúde física, com a formação do “médico de família” como também o “psicólogo de família” para ir de casa em casa, de comunidade em comunidade orientar os pais para um desenvolvimento integral da criança – físico e psicológico.

2 – Questão: Aspectos positivos do trabalho

Ao abordar os aspectos positivos do trabalho a maioria se dizia satisfeita com seu desempenho. Apenas um profissional não respondeu à pergunta. Apontaram as ações que vêm sendo realizadas para ajudar as crianças em situação de risco social e, ao mesmo tempo, diminuir os maus-tratos infantis em Campo Grande – MS.

De acordo com o centro Crescer sem Violência (1999, p: 20), a intervenção em casos de violência contra crianças envolve um trabalho multiprofissional e, para reverter esse quadro, *“é preciso uma ação educativa e comprometida do corpo técnico, de caráter permanente e persistente”*.

Os entrevistados disseram que os aspectos positivos do trabalho são: *“acompanhamento psicológico e de assistência social”*, *“orientar e amparar as famílias”*, *“prevenir, a denúncia em si”*, *“é a comunidade mais próxima”*, entre outros.

Duas psicólogas e uma auxiliar social, 25%, indicaram como aspecto positivo, a orientação e o acompanhamento da família e da criança, afirmando: *“a nossa interferência de alguma forma pode ajudar a criança, o adolescente e a família”*; *“é você estar orientando as famílias”*; *“eu acho que é o amparo que a gente dá as famílias”*.

De acordo com 16, 66%, ou seja: uma psicóloga e uma auxiliar social, as características positivas desse trabalho são as denúncias referentes aos maus-tratos: *“é*

positivo no sentido da denúncia” e “se alguém liga é porque alguma criança está sendo maltratada”.

Uma psicóloga, uma conselheira e um conselheiro, 25%, relataram ser de grande importância a atuação da comunidade para o bom desempenho do órgão: *“é você estar mais próxima da comunidade”*; *“são as defesas desses direitos e da cidadania”*; *“as pessoas estão muito mais alerta”.*

Apenas uma entrevistada (psicóloga), 8,33% não respondeu à pergunta.

Foi percebido o envolvimento dos profissionais do CAPS, com a causa da infância. Mas existem inúmeros fatores que não dependem deles para obter resultados satisfatórios. Atender crianças que estejam em situações de risco pessoal e social é uma tarefa que requer sensibilidade, habilidade e alguns conhecimentos específicos.

Quando os maus-tratos ocorrem dentro da família, isto significa que os pais ou responsáveis não estão conseguindo por vários fatores, cuidar e proteger suas crianças. Nesses casos, a intervenção dos profissionais que lidam com a violência doméstica se faz necessária.

Quanto ao aspecto da satisfação ou não do profissional com seu trabalho parece estar associado à uma visão muito ingênua do que é um trabalho profissional, parece que pelo fato de serem crianças vitimadas eles se comovem e acabam não considerando o contexto social que gera toda essa violência.

3 – Questão: Aspectos Negativos do Trabalho

Ao se questionar sobre os aspectos negativos do trabalho, as respostas por parte dos profissionais foi de muita insatisfação: *“falta de pessoal capacitado”*, *“falta de orientação”*, *“falta de espaço físico para atender as famílias”*, *“falta de comunicação com os Conselhos”*, *a necessidade fazer mais pesquisas nesta área “*, *“necessidade de se fazer um trabalho mais diretivo”*, *“dependência das autoridades”*, entre outros.

Houve demonstração de muita “frustração”, com todo o sistema de atendimento. Os resultados foram percebidos como sendo um sinal de que muitas mudanças ainda precisam ser feitas no que se refere à assistência às crianças vitimadas.

A fala de um determinado entrevistado expressa essa incipiência do atendimento: *“pensar no lado social, às vezes deixa muito a desejar. Era preciso ser feita uma pesquisa mesmo, uma coisa que pudesse apontar caminhos, para uma prevenção maior, em função das*

próprias limitações do órgão, da infra-estrutura. Olha o lugar que a gente atende [...] na cozinha, quando vem uma família muito grande, aqui não cabe. Então é muito complicado. Isso acaba dificultando o nosso trabalho”.

Dos quatro entrevistados, uma assistente social e três psicólogas, ou seja, 33,33%, mostraram-se descontentes com alguns fatores, que seriam responsáveis pelos grandes obstáculos do órgão, tais como: *“falta de pessoal capacitado, falta de orientação”*; *“são físicos, materiais, falta de espaço físico, falta de comunicação”*; *“na área social, falta gente, falta equipamento, falta material”*; *“nós estamos com as pastas lotadas e só temos quatro educadores”*.

Para a educadora social e a auxiliar social, 16,66%, a situação da criança continua da mesma maneira do que antes da existência do órgão: *“as crianças continuam sendo espancadas nas ruas, parece que não mudou nada”*; *“os educadores vão lá verificar e encontram a mesma criança que já foi maltratada”*.

Três psicólogas, 25%, apontaram a falta de um trabalho orientado, a falta de pesquisa em torno da problemática infantil e do segmento das crianças atendidas: *“no lado social deixa muito a desejar”*; *“necessitaria de um trabalho mais diretivo, a divulgação, a prevenção”*; *“não sabemos da continuidade dos casos”*.

Azevedo (1994, p.5) relata a abordagem do profissional que trabalha com a criança vitimada:

Esse profissional precisa ser competente, comprometido e liberto. Competência só se adquire estudando: sem ler, inquirir, pesquisar, sem curiosidade e disciplina intelectual é impossível ter domínio sobre o vasto e ainda controvertido campo de conhecimentos sobre o fenômeno (AZEVEDO, 1994, p. 5).

Baseando-se nas afirmações de Azevedo (1994), o que se pôde verificar, é que os profissionais do CAPS, têm muita vontade de mudar todo o sistema de trabalho e há comprometimento e competência, mas foi percebido o quanto é difícil para eles ficarem aguardando respostas e decisões das autoridades e na maioria dos casos, muitos não são definidos. Houve muita insatisfação nas respostas acerca das políticas de atendimento à infância.

A falta de veículos para atender a grande demanda de denúncias, o sistema que não é informatizado para dar agilidade nos casos, espaço físico inadequado, falta de capacitação profissional e principalmente a resolução absoluta dos casos, foram fatores de

maior relevância. O descontentamento com os Conselhos Tutelares foi uma questão que chamou atenção.

A intervenção nos casos de violência contra crianças envolve um trabalho multiprofissional e a alternativa mais viável para a reversão do quadro é a ação educativa e comprometida dos profissionais. A mobilização deve ser um trabalho compartilhado por parte daqueles que queiram reverter as situações de violência instaladas na família.

Os profissionais devem agir de maneira integrada com as autoridades competentes (Ministério Público, Promotorias, Juizados, Conselhos Tutelares) para que a ação junto à família e a criança seja eficiente.

Embora cada família deva ser tratada em sua singularidade, a criança deve ter sempre prioridade nas ações das pessoas que lidam com ela. Só assim é que se pode ser agentes na construção de um mundo mais igualitário e menos violento.

4 – Questão: Dificuldades encontradas

As respostas acerca das dificuldades encontradas deram-se de forma semelhante às demais, pois a maioria mostrou-se insatisfeita, queixando-se da falta de parceria com o Conselho Tutelar e com as autoridades, sendo que o principal obstáculo é o não entrosamento com os Conselhos Tutelares e a insuficiência do Poder Público. Outros manifestaram insatisfação com o espaço físico do órgão, falta de informatização dos setores, aumento das violações a cada dia, entre outros.

b)Resumo da análise do corpo técnico

Foi interessante observar a complexidade do problema e a contradição das respostas, pois ao mesmo tempo em que havia entusiasmo naqueles profissionais para orientar, ajudar, acompanhar e proteger as crianças, bem como suas famílias, houve momentos de muita insatisfação, falta de motivação e até tristeza diante da problemática infantil.

Nota-se o quanto é importante a intervenção do corpo técnico de uma instituição,

que lida com crianças em situação de risco social e pessoal, pois é na mobilização que haverá melhoria dos programas de atendimento, para que se possa, além de intervir na situação já instalada, organizar ações preventivas, conscientes de que, para ganhar essa “causa” terá de haver uma luta compartilhada por todos os profissionais.

Os fatores relevantes observados foram: a dificuldade da Instituição em manter contato com outros órgãos (Conselhos Tutelares, Promotoria, Juizado) entre outros. A morosidade dos Poderes Públicos, carência de veículos para atender as denúncias, a falta de um sistema informatizado para agilizar os casos, ausência de companheirismo dos próprios profissionais do CAPS e a falta de um espaço físico adequado para atender a criança vitimada e sua família.

A equipe do CAPS acrescentou em determinada ocasião em um dos seus relatórios que: *“Falarmos sobre violência doméstica passou a ser uma prática cotidiana entre a equipe de trabalho deste Centro. Essa mesmice é desconfortante, desigual e triste, pois para nós que enfrentamos diariamente essa problemática, gostaríamos no final de mais um ano, avaliarmos a situação de forma positiva. É... realmente seria prazeroso para esta equipe poder afirmar que houve um decréscimo no número de denúncias de 1999 em relação a 1998. Porém a realidade é outra e sentimos em afirmar que o acréscimo de 1998 para 1999 é de praticamente mil denúncias e que as agressões físicas e sexuais foram as mais violentas neste ano de 1999”*.

A afirmação demonstra o descontentamento da equipe dos profissionais do CAPS, ao revelar a realidade da violência praticada contra crianças. Apesar de todo um trabalho interdisciplinar, ainda é difícil identificar quais os fatores que levam a família a ter condutas violentas para com seus filhos.

A preocupação em identificar maus-tratos e saber como proceder nesses casos talvez seja o maior desafio desses profissionais. Diante de um trabalho com resultados lentos, os profissionais que lidam com a problemática infantil, encontra barreiras culturais fortes, principalmente, a do abuso de poder. Para prevenir e atuar a equipe precisa conhecer mais sobre a vida da família e da vítima e seus problemas, buscando compreender em que situação a violência se instalou e reproduziu.

c)Relato de casos das famílias e das vítimas de violência

Como já dito anteriormente, foi possível obter o registro de onze casos de crianças de 0 a 11 anos incompletos, vítimas de algum tipo de violência, bem como relatos das famílias. Foram feitas observações, anotações de cada caso e, quando era possível, gravações em fitas k-7.

Houve sete casos de crianças vitimadas do sexo masculino e quatro do sexo feminino devidamente registrados para os fins da pesquisa. As violências constatadas foram: negligência; violência física e violência psicológica.

Três agressores compareceram ao órgão para esclarecer os casos, ou seja, 25%. Todas as famílias receberam notificação do Conselho Tutelar e quem comparecia à Instituição eram as mães, tio, avô ou pais.

Foram constatados quatro casos de alcoolismo (36,36%) e cinco de desemprego (45,45%) por parte dos membros da família. Nenhuma família, segundo relato dos casos, apresentava condição financeira satisfatória. A renda mínima registrada foi de menos de um salário mínimo.

Foram acompanhados, por duas psicólogas do CAPS, onze casos das famílias e das crianças. O objetivo da pesquisadora era realizar uma abordagem empírico-analítica. Primeiramente foram feitas observações dos casos e anotações.

A violência doméstica contra crianças é disfarçada e muitas vezes imperceptível, pois ocorre muitas vezes no próprio lar da vítima. Sua abordagem apresenta inúmeras dificuldades em função de ser um problema que se manifesta de maneira confidencial, configurando um segredo familiar.

As psicólogas faziam as intervenções necessárias ou as orientações ao membro da família e, quando era preciso, recomendavam outros encaminhamentos, as quais permitiram a participação do estudo de casos, e isso ajudou muito a compreender a dinâmica de cada um. Todos os casos haviam sido encaminhados pelo Conselho Tutelar, com relatórios explicativos, descrevendo o que havia acontecido em cada um. Esse procedimento é feito diariamente, a fim de que as psicólogas ou outros profissionais possam entender melhor o motivo pelo qual aquela família ou aquela criança está ali.

Pôde-se perceber que a família assume papel fundamental na vida dos filhos, e nas relações é que se constituem os laços de comunhão, atitudes e sentimentos.

Entretanto, algumas vezes a família pode não respeitar o desenvolvimento de seus

filhos, agindo de maneira incorreta, ou seja, praticando a violência. São inúmeras as causas, podendo dentre elas citar algumas: questões culturais, sociais, econômicas, religiosas, psicológicas e psiquiátricas.

No entanto, alguns fatores da violência contra crianças reconhecidos mundialmente é o abuso do poder do mais forte sobre o mais fraco.

Gelles (1982, p: 76) afirma que: “*as relações familiares mais relevantes ocorrem a portas fechadas, longe dos olhos dos vizinhos, dos amigos e até mesmo dos cientistas sociais*”. Pode-se pensar que, em nome do caráter privado da família, escondem-se muitas atrocidades contra seus membros. Às vezes, as vítimas até contribuem para isso, ocultando a violência que as atingem, seja por medo de represálias ou por vergonha.

Em todos os casos estudados, a dinâmica familiar apresentou-se prejudicada por vários fatores: desemprego, alcoolismo, pais separados, condições financeiras baixas, entre outros.

A criança aprende regras de conduta e normas pessoais de relacionamento com sua família. Ela reproduz em seu comportamento pessoal, condutas que refletem usos e costumes de sua cultura.

A família exerce papel fundamental na vida de seus filhos, sendo que uma de suas funções é a educação. Educar é saber estabelecer limites com segurança e diálogo.

No quadro III a seguir descrevemos a caracterização dos onze casos estudados.

QUADRO III – Relato dos onze casos de violência infantil observados

CASOS	CARACTERIZAÇÃO
1	Menino de 11 anos, mora com os avós desde que nasceu. A mãe mora em Dourados (MS) e é casada pela segunda vez. Pai biológico nunca mais foi visto. A mãe, por sua vez, não vê o filho há mais de cinco anos.
2	Menina de 11, anos se prostitui desde os nove. Permanece fora de casa, durante três dias, segundo a mãe. Esta nunca questionou as saídas da filha. Mãe casada pela segunda vez.
3	Menina de 9 anos mora com a avó, após ter sido abusada sexualmente pelo padrasto. Após o fato, morou com o pai e a tia, em outra cidade, e com outra tia aqui na capital. A mãe continua casada com o agressor (2º marido) e o pai já constituiu outra família.
4	Bebê de 4 meses maltratado pela mãe de 17 anos que confessou ser usuária de drogas e já ter se prostituído. Relatou ter sido abandonada pela mãe com três dias de nascida. Pai casou-se novamente. A adolescente, então, morou na casa

	de parentes durante anos, pois a madrasta nunca a aceitou. Para se sustentar começou a se prostituir. Usou drogas até os seis meses de gestação.
5	Menino de 4 anos, agredido pelo pai, que se encontra desempregado e já foi preso por agredir a esposa e o filho. A mãe é casada pela segunda vez.
6	Menino de 5 anos, apanha do pai, pois ele duvida que seja seu filho legítimo. O pai é negro e o menino nasceu moreno. Segundo a mãe, o pai a xinga toda hora, dizendo que ela o traiu.
7	Menino de 10 anos, apanha desde pequeno do pai. Mãe confessou ser alcoólatra e o pai também. Ambos estão desempregados e vivem do vale-escola. Casada pela segunda vez.
8	Menino de 1 e 7 meses. Mãe casada pela segunda vez. Pai alcoólatra, bate no menino e na mãe. Ele já vive com outra mulher, há cinco anos, mas não a deixa em paz. Segundo relato da mãe, ele força a atual esposa e ela a fazerem sexo grupal.
9	Menino de 7 anos apanha do pai desde pequeno. Pai alcoólatra. Disse bater no filho para ele ser homem. Casado há dez anos.
10	Menina de 3 anos estava com a mão queimada de ferro. A madrasta alegou que o objeto caiu na mão dela e que não foi sua culpa. O caso já é recorrente.
11	Menina de 5 anos disse que o padrasto sempre tira sua calcinha. Mãe não acredita na filha.

Todos os casos observados mostraram conflitos familiares, que podem levar à distância emocional e à solidão, à disfunção física ou psicológica, resultando em uma disfunção na criança muitas vezes, vítima de agressão.

As relações do agressor (a) com os filhos se caracterizaram, portanto, em uma relação sujeito-objeto.

Os depoimentos das vítimas foram complexos, pois dependeu da faixa etária de cada um. Todas as violências praticadas resultaram, de alguma forma, em conseqüências para aquelas crianças.

Assis (1994, p.24) descreveu vários comportamentos da criança que sofreu maus-tratos (físicos, sexuais ou psicológicos). A vítima pode apresentar sintomas como: agressividade, depressão, amedrontada, apresentar tendências autodestrutivas, baixa auto-estima, fugas de casa, tristeza, problemas na escola, vergonha excessiva, isolamento, entre outros.

Serão apresentados no quadro IV de relato das vítimas, os onze casos constatados:

QUADRO IV – Relato das vítimas

CASOS	RELATO DAS VÍTIMAS
1	<p>Caso 1 - O relato do menino mostrou muita carência pela falta dos pais, principalmente da mãe. Falou que gostaria muito que os pais estivessem juntos e quando tivesse reunião na escola, eles fossem. Quando a psicóloga perguntou o que ele queria ser quando crescer, ele respondeu: V: <i>“Quero ser cabo do exército, para cuidar dos outros, pra ninguém brigar...”</i></p>
2	<p>Caso 2 - A psicóloga pediu para a menina entrar na sala a fim de ouvir sua versão do caso. Nesse momento a mãe da vítima saiu. P: É verdade que você sai à noite? V: É. P: Onde você vai? V: <i>Num posso falar.</i> P: Por quê? V: <i>Eu saio por aí. É impossível ficar em casa. Fico dando voltas...</i> P: Você fica muitos dias fora de casa? V: <i>Fico.(risos) Eu tenho um namorado. Ele é legal comigo.</i> P: Quantos anos ele tem? V: <i>Trinta e sete.</i> P: Você já se prostituiu? V: <i>Já.</i> P: E sua mãe, sabe? V: <i>Acho que sabe... Ela se finge. Ela quer ficar lá... com o marido dela. Num gosto de ficar em casa. Minha mãe sempre me bateu, ela é muito nervosa, ela tem ataque epilético.</i> P: Você não está mais estudando? V: <i>Não. Fiquei sem vontade de estudar... (choro).</i> P: Gostaria que você voltasse aqui na semana que vem. Pode ser? V: <i>Pode. Eu não agüento mais essa vida.(choro)</i></p>
3	<p>Caso 3 - A menina está com problemas escolares, pois segundo relato dela, quando tem reunião na escola ninguém vai. A mesma disse às psicólogas do órgão, que gostaria de ver a mãe junto com o pai novamente. A vítima falou que a mãe sempre bateu muito nela e no irmão mais novo. Disse que não quer morar novamente com a mãe, pois tem medo do padrasto. Ela relatou que morou em várias casas diferentes de parentes. Em entrevista final com o pai, este disse que não tem condição de ficar com a filha, pois, precisa sustentar sua outra família.</p>
4	<p>Caso 4 - A psicóloga pediu então para o pai se retirar e ouvir o que a mãe do bebê tinha a dizer. Ela entrou com o filho no colo. Ele chorava muito e apresentava problema visual. P: Você quer falar alguma coisa? F(<i>mãe da vítima</i>): <i>Choro. Já tentei matar meu filho. Me drogo todos os dias. Usei drogas até seis meses de gravidez, mas quero parar.</i> P: Por quê faz isso? F:(<i>choro</i>). <i>Eu nunca fui amada. Sempre fui sozinha. Não conheço a minha mãe verdadeira, minha madrasta sempre me maltratou, sempre disse que eu não era sangue dela e meu pai nunca me defendeu. Já ,morei com tudo que é parente. Morei em São Paulo, com minha a minha tia, Rondonópolis, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, São Carlos, Matão, Araraquara e Américo Brasiliense. Duvido que meu pai falou isso pra vocês. Foi aí que eu comecei a me prostituir. Nem eu sei o que aconteceu comigo. Quero mudar...</i></p>
5	<p>Caso 5 - Ela disse , que esse filho é o mais agredido pelo pai. Ela não soube explicar o motivo. O menino não quer mais ir na creche. Os outros filhos estudam também. A mãe se mostrou ser uma pessoa equilibrada. Ela estava com o filho no colo. Ele olhou para a psicóloga e disse: <i>Tia olha o meu braço machucado.</i></p>
6	<p>Caso 6 – A psicóloga pediu para o menino entrar na sala para ouvi-lo. Ele entrou e ao ser questionado, confirmou tudo o que a mãe havia dito. Foram essas as suas palavras: <i>“Meu pai não gosta de mim, só da minha irmã.”</i></p>
7	<p>Caso 7 - O menino quando entrou na sala, disse que o padrasto não gostava dele e batia sempre de cinta. Relatou que sua mãe também bebia muito e logo ia se deitar. A mãe ao ser questionada a respeito disso, confirmou que bebia, mas era só final de semana.</p>
8	<p>Caso 8 - A mãe estava muito aflita e amedrontada. O menino estava no seu colo e toda hora ficava mordendo seu braço, apresentando muita agressividade.</p>
9	<p>Caso 9 - A vítima também foi ouvida e confirmou as agressões do pai. V: <i>Qualquer coisa ele me bate, disse que é pra eu ser homem. Tenho medo do meu pai”</i></p>
10	<p>Caso 10 - A vítima estava na sala e foi constatada queimadura na mão esquerda. Estava muito assustada e não parava de chorar. A psicóloga questionou-a a respeito do ocorrido e a menina balançou a cabeça, afirmando: <i>“Não gosto dela” (apontando para a madrasta).</i></p>
11	<p>Caso 11 - A vítima ao entrar na sala, não disse uma só palavra, apenas ficou olhando para a mãe.</p>

Fica fácil compreender quando Winnicott (1984, p: 84), afirma que “a criança que revela prejuízos na sua identidade, deve ser compreendida sempre como um pedido de socorro que deve ser decodificado e respondido pela família, pela escola, ou quando tudo falha, pelo Estado”.

A violência praticada contra crianças pode significar seqüelas que, com certeza, comprometerão a sua saúde física e mental.

A-Síntese do discurso das vítimas analisadas

Ao longo da história, a concepção de infância foi sendo modificada e revista. Houve o reconhecimento das peculiaridades do seu desenvolvimento e comportamento.

A criança tem o direito à educação, à orientação, à instrução, à saúde, ao amor e, acima de tudo, tem voz e precisa ser ouvida. Não se deve impor, persuadir, exigir sem argumentos.

A família é o principal direito de uma criança. Toda a teoria atual voltada a favor da infância é perfeita e completa. O principal “documento”, o Estatuto da Criança e do Adolescente traz artigos que reúnem todas as qualidades, e não revelam explicitamente falhas, entretanto sua operacionalização parece ainda não ter sido efetivada.

Os pais não podem deixar de considerar o modelo de violência que transmitem nas relações familiares e que podem ter repercussões futuras de seus filhos, pois eles aprendem que a solução de conflitos deverá ser exercida pela força e tenderão a reproduzir esse modelo em todas as relações interpessoais em sua vida adulta.

Para Adorno e Horkheimer (1982 *apud* Guerra 1998), a crise da família adquire também um aspecto de prestação de contas não só pela opressão brutal que sofreu a mulher, mais débil e depois os filhos, por parte do chefe da família, até o limiar dos novos tempos, mas também pela injustiça econômica que se praticava, pela exploração do trabalho doméstico numa sociedade em que tudo obedecia às leis de uma economia de mercado. No banco dos réus estão também as renúncias aos instintos que a disciplina familiar impunha aos seus membros, sem que esses pudessem ter sempre consciência dos seus motivos justificativos, levando-os a acreditar verdadeiramente numa futura compensação, por

exemplo, na forma de bens hereditários, como sucedia com os mais favorecidos no auge da época liberal.

A própria visão da infância sofreu alterações. Apregoa-se a dignidade da criança, a sua radical diferença do adulto e, principalmente que, todas as crianças têm oportunidades iguais (GUERRA, 1998).

Em “Cadernos de Ação-Trabalhando Conselhos Tutelares” (1992, p. 5), afirmou-se que:

[...] vamos aprender a conversar, a ouvir e a falar, a entender, a compreender a criança. Precisamos aumentar as retaguardas que permitem à criança não perder seus vínculos familiares. Não se atende à criança ou ao adolescente isoladamente. É preciso olhar seu grupo, suas referências, sua família, ainda que incompleta, as pessoas enfim, que lhe são significativas. Se ela não tem ninguém, é preciso que crie um laço afetivo significativo e estável com alguém. Esta questão é séria, envolvente, refere-se à cidade como um todo, ao país (CADERNOS DE AÇÃO-TRABALHANDO CONSELHOS TUTELARES, 1992, p. 5).

Há muito que se discutir e fazer diante de tal problemática. O que precisa primeiramente é cada um ter consciência de que a infância é uma fase única, embora não universal já que se vive em uma sociedade desigual e que os prejuízos para a vida adulta podem ser irreparáveis.

B-A dinâmica da violência infantil em uma Instituição

O primeiro contato com as Instituições para realizar a pesquisa foi a verificação de dados estatísticos de crianças vítimas de violência de anos anteriores, na Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho (SAST) e, posteriormente, no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS).

Como já se disse anteriormente, foram analisados casos dos anos de 1997 e 1998. Ao se questionar as ocorrências de anos anteriores responderam que não era possível, pois não sabiam ao certo onde estavam as pastas e que o sistema ainda não estava informatizado.

A importância das informações estatísticas é essencial. É bom ressaltar que essa quase ausência de dados a respeito desse fenômeno torna-se preocupante, uma vez que as informações constituem uma referência quando se deseja estabelecer uma política de atendimento consistente e comprometida com a realidade da infância vitimada.

A desorganização dos dados estatísticos mostrou um retrato da problemática em

pauta, servindo para re-orientar, muitas vezes, as ações de atendimento.

Após ter entrevistado os profissionais do CAPS, foi possível concluir o quanto é difícil e desgastante o trabalho de técnicos que atuam nesse setor de atendimento infância.

A falta de comunicação entre Conselho Tutelar e outras autoridades foi um fato relevante apontado pelos técnicos, bem como a ausência de companheirismo entre alguns profissionais do próprio CAPS.

A dependência e a morosidade dos poderes públicos, juntamente com a falta de união de alguns profissionais, podem resultar em grandes danos para a interminável conquista dos direitos da criança.

O profissional que assiste a criança precisa ouvir com paciência várias vezes a mesma história, mesmo sabendo que não terá retorno imediato para suas decisões. Mas não pode perder a capacidade de se indignar com a privação dos direitos infantis.

Há um certo descaso das autoridades municipais em oferecer melhores condições de trabalho a esses profissionais do CAPS. O lugar é inadequado e poderia ter realmente um sistema informatizado para facilitar o andamento de casos, notificações, denúncias e encaminhamentos. Não é um espaço apropriado, muito menos agradável para se atender a vítima e sua família.

Os órgãos que trabalham com a problemática infantil deveriam ter uma melhor estruturação, serem mais bem equipados, para que os profissionais responsáveis pela criança e adolescente pudessem trabalhar com mais satisfação e entusiasmo. É preciso compreender melhor o processo da violência em nosso meio, vencer a barreira e crer que a família é ainda o “porto seguro” da criança. A evolução do papel da família foi, se deteriorando e mesmo com imensa preocupação daqueles que se interessam pela infância ainda não conseguiram retomar esse papel.

Para trabalhar com essa problemática, os pesquisadores devem ser cuidadosos, pois é difícil dominar o vasto e controvertido campo de conhecimento desse fenômeno. É preciso manter o compromisso com a causa da infância, recusando a sua banalização e combatendo a indiferença que a própria sociedade manifesta.

A violência contra criança no Brasil tem aumentado de forma assustadora e como uma moléstia contagiosa, tomou proporções de uma epidemia. Tornou-se motivo de preocupação por parte das autoridades competentes e principalmente por toda a sociedade.

Sabemos que essa violência é cometida por pessoas de todas as classes sociais e muitas vezes por cidadãos acima de qualquer suspeita, como pai, mãe, padrasto, parentes, embora com maior frequência nas classes menos favorecidas. Geralmente quando o crime

praticado à criança é contra os Costumes (estupro, atentado violento ao pudor, sedução, entre outros) este fato nem chega a ser levado à delegacia ou ao Ministério Público, por vergonha e até ameaças de morte.

As instituições por sua vez que atendem as crianças vitimadas fazem atendimentos, encaminhamentos e orientações e que na maioria dos casos não ficam sabendo se teve resultados satisfatórios ou não.

As questões psicológicas que envolvem o desenvolvimento da criança merecem ser discutidas também. A percepção das expressões de amor ou ódio, proteção ou agressão são muito cedo percebidas pela criança.

Efetivamente o que logo ela aprende é: a mãe está alegre ou triste, se revela marcada pelo amor ou desinteresse, se ela está sendo bem acolhida ou não.

Estruturado o nível de rejeição a atos de violência e agressividade e física, todo o relacionamento da criança com os adultos fica comprometido. Os efeitos ao longo do desenvolvimento dessa mesma criança serão marcados por respostas contra-agressivas, comprometendo-se largamente o seu processo de inserção social ao longo de sua vida, não só na estrutura da família, como em termos mais amplos de ajustamento.

Tratando-se de um assunto amplo e complexo é necessário que haja um envolvimento de toda a sociedade. A família acaba sendo também muitas vezes vítima de todo um sistema desigual de direitos humanos.

A prevenção ainda é o melhor caminho a ser seguido, pois tem como objetivo a eliminação ou redução dos fatores sociais, culturais e ambientais que favorecem os maus-tratos. Porém, como falar em prevenção no atual estágio da sociedade, principalmente a brasileira, em que questões muito sérias acontecem e que não há ainda, de fato, uma política de atendimento à infância e aos maus tratos na infância?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da violência infantil, atendida no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), foi um ponto de partida a ser percorrido nesta pesquisa.

Na primeira fase, foram verificados dados estatísticos de crianças vítimas de violência de anos anteriores a 1999. Foram estudados casos de 1997 e 1998, atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho (SAST) e casos de 1998, pelo Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), ambas as instituições de Campo Grande-MS.

Verificou-se vontade e até entusiasmo por parte dos profissionais que atuam tanto no CAPS como na SAST, em amenizar o quadro da violência praticada contra a criança, mas também foram apontados os muitos obstáculos que precisam ser superados. Um fato que chamou atenção foi a falta de companheirismo dos próprios profissionais e deles, com o Conselho Tutelar que funciona no mesmo local. Segundo as informações coletadas, não há bom entrosamento entre eles, pois muitos se queixaram de tal fato durante as entrevistas. Questionava-se como uma equipe de psicólogos, de assistentes sociais, de educadores e de conselheiros agem em conjunto, por uma mesma causa, se não manifestaram profissionalismo e compromisso ético.

Duas psicólogas da instituição não permitiram acompanhar e observar os casos das vítimas e das famílias, pois, afirmaram que o espaço da sala de atendimento era pequeno e que não havia possibilidade de ficar mais uma pessoa na sala para observar os casos. Os fatores de maior relevância no resultado das entrevistas foram: dificuldades da Instituição em manter contato com outros órgãos públicos (Conselhos Tutelares, Juizado da Infância e da Juventude, Promotoria, entre outros), dependência e morosidade dos Poderes Públicos, falta de veículos para atender as denúncias, ausência de companheirismo dos próprios profissionais do CAPS e a falta de espaço físico adequado para atender a criança vitimada e sua família e a inexistência de um sistema informatizado para dar agilidade ao trabalho.

Ao observar e acompanhar onze casos de crianças vítimas de violência, com suas respectivas famílias, foi possível analisar que a família hoje passa por crises financeira e emocional. Um fato proeminente que se sobressaiu foi a constatação, de que a principal causa da desestrutura familiar, foi o número de separações conjugais. Em apenas dois casos, a família era formada de mãe, pai e filhos. Os casos de alcoolismo, por parte dos pais, também resultaram em conseqüências sérias para as crianças.

A exploração imposta à criança pelo adulto, por meio da violência, reproduz um

pouco a própria opressão que esse adulto enfrenta em sua vida diária, ou seja, pela violência maior que a sociedade lhe impõe.

Muitas vezes, o meio em que a família está inserida socialmente não satisfaz as suas necessidades básicas para uma vida digna de sobrevivência. A família passa então a ser vítima também da crise social em que seus direitos são violados.

As crianças que freqüentaram o CAPS mostraram-se amedrontadas, inseguras e indefesas perante as psicólogas. Sentiam-se ameaçadas ao explicar o que havia realmente acontecido. Quando conseguiam falar, muitas choravam com medo de que seus agressores soubessem. Em todos os casos acompanhados ficou comprovado que as vítimas sofreram prejuízos como: prostituição, agressividade, medo, problemas escolares, deficiência visual entre outros.

Como o tema é extremamente abrangente e complexo, seria conveniente propor, primeiramente, linhas de ação com os profissionais envolvidos no atendimento de crianças em situação de risco e cursos de treinamento e reciclagem para a identificação, tratamento e prevenção dos casos de violência contra crianças.

A realização de seminários sobre o tema, junto a vários setores da sociedade, como, por exemplo, nos postos de saúde, escolas, centros comunitários, ajudaria muito para uma conscientização coletiva por parte de todos.

O município é o espaço privilegiado de atenção à criança. Nesse sentido, compete ao governo municipal assegurar o atendimento às necessidades básicas da população de tal forma que o vínculo familiar e comunitário dessas crianças seja mantido.

A gestão das políticas públicas setoriais-educação, saúde, esporte, lazer e assistência, devem ser articulada e integrada de maneira a garantir uma atenção totalizadora às necessidades das crianças.

O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza a participação da sociedade civil local na formulação, acompanhamento, controle e avaliação dos serviços públicos governamentais e não-governamentais dirigidos às crianças. Portanto, a sociedade civil é parceira fundamental nas decisões políticas e no controle das ações junto à infância.

Os estudos e pesquisas que abordam o tema da violência ainda são pouco realizados e por isso há a necessidade da formação de um centro de documentação, que poderá ajudar a revelar um maior número de casos.

A divulgação do problema da violência infantil, nos meios de comunicação, possibilitaria a mobilização da sociedade em torno da defesa dos direitos da criança.

Infelizmente, nem todos sabem da importância da denúncia. Muitas pessoas têm

medo de revelar o agressor. Isso compete não só aos profissionais atuantes na área, como também aos cidadãos, que têm o dever de proteger as crianças vitimadas, que se tornam frágeis e indefesas diante do adulto.

A essas várias situações de violência que compõem a história de vida de muitas crianças, elas respondem com condutas também violentas, mostrando graves prejuízos na constituição de sua identidade, no seu modo de estar no mundo, na sua relação com os outros e consigo.

Ocorre na maioria das vezes no próprio lar da vítima e sua abordagem apresenta inúmeras deficiências em função de ser um problema que se manifesta de maneira confidencial, configurando um “segredo familiar”.

A violência contra crianças existe em níveis significativos para serem deixados de lado e com imensa frequência é exercida pelos próprios pais a quem se à infância.

Todas as pesquisas, envolvendo crianças submetidas à violência em suas diversas formas de expressão, implicam na mobilização de psicólogos especializados, objetivando a prevenção e a minimização dos casos que foram objeto de análise nesta pesquisa. Obviamente, quando se avalia de absoluta necessidade a mobilização desses profissionais, consideram-se aqueles que dispõem não só de conhecimento aprofundado no campo da Psicologia da criança, mas, igualmente, de conhecimentos mais especializados acerca das condutas agressivas presentes nas famílias.

O estudo aponta possibilidades de trabalho para o psicólogo frente à problemática infantil que poderá orientar, aconselhar ou encaminhar os casos com base no levantamento da história relatada pelos pais ou responsáveis pela criança atuando de uma forma consciente e crítica que implique na consideração de que a violência não tem como consequência questões psicológicas, mas que permeia todo um universo social, político e econômico que não pode ser desconsiderado e, que o psicólogo pode de forma multidisciplinar muito contribuir para a compreensão dessa questão.

Conclui-se que este tema é altamente significativo, permitindo, portanto uma reflexão para que a violência doméstica contra crianças não seja mais escamoteada e desmerecedora da importância que deve ter nas discussões dos problemas sociais.

A importância do presente estudo para o programa de Mestrado em Psicologia da UCDB foi tentar oferecer uma contribuição acerca da compreensão da violência infantil no município de Campo Grande – MS. Através da pesquisa qualitativa abordamos a investigação deste tema, que se coloca como amplo e complexo e que merece ser explorado por outros profissionais das ciências da saúde. Muito mais do que respostas podemos apontar

questionamentos que poderão servir de base para futuras investigações. Eis alguns deles: Por que a sociedade acaba criando e sustentando formas de manter sua própria “desgraça”. Por que essas questões não recebem o devido atendimento? Por que essa temática ainda não recebe pela Psicologia uma expressiva e maciça forma de atendimento? Será que a relação dominador x dominado ainda vão continuar prevalecendo na forma de manutenção da violência e, principalmente da Violência Infantil?

Espera-se que este estudo represente um início de pesquisas na área da violência infantil. O que a nós nos parece novo é o exercício freqüente de agressões graves dos próprios filhos contra seus pais. Possivelmente, este seja o foco de interesse para uma próxima pesquisa.

*Mãos pequenas para pegar,
Pés pequenos para andar,
Capacidade intensa de amar,
Sou feliz porque você me ensinou
Não me sinto só e só sinto alegria,
Leva-me contigo
Porque em ti eu confio, Nem que seja uma vez,
Me faça rir, não me faça chorar,
Eu só vim aqui para te amar...*

Autora desconhecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, A. *A criança e seus jogos*. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

ADORNO, S. *Violência e educação*. São Paulo: Mimeo, 1988.

ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. *Sociologia da família*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARDREY, R. *The territorial Imperative*. New York: Atheneum, 1966.

ARIÉS, P. *História Social da criança e da família*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

ASSIS, S.G. *Crescer sem violência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.

_____. *Crianças, violências e comportamento: um estudo em grupos sociais distintos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

AURÉLIO. *Novo Dicionário*. 1.ed. (5 reimpressão). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d.

AZEVEDO, M. A. *Violência doméstica contra crianças e adolescente: compreensão do fenômeno no Brasil*. São Paulo: Mimeo, 1995a.

_____. *Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas*. São Paulo: Cortez, 1994a.

_____. Pondo os pingos nos is. In: *Telecurso de Especialização*. São Paulo: USP, 1994b.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA V. N. A. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Pele de Asno não é só história* - um estudo sobre a vitimização sexual de criança e adolescentes em família. São Paulo: Rocca, 1988.

BENENICT, R. *Patterns of culture*. New York: Mentor Books, 1934.

BLANNES, D. N. *Centro Brasileiro para Infância e Adolescência*. Brasília-DF: Ministério da Ação Social. Agosto, 1992.

CADERNOS de Ação. *Trabalhando Conselhos Tutelares*, 1992.

CALIL, V. L. L. *Terapia Familiar e de Casal*. 2.ed. São Paulo: Summus, 1987.

CARDIM, F. *Tratado da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990.

CASTRO, S. (org). *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. (o descobrimento do Brasil). 2ª ed. Porto Alegre, L P& M, 1985.

CENTRO Crescer sem Violência. *Compreendendo a negligência na família*. Florianópolis: 1999.

CIRILLO, S. & Di BLASIO, P. *La famille maltraitante*. Paris: ESF, 1989.

CHARLOTTE, B. Spontaneous Reactions of children in the first two years. In: *Proceedings and papers of the 9th International Congress of the Psychology*, 1919.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CHAVES, A. M. *Comentários do Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: LTr, 1995.

_____. *Infância abandonada no Brasil*. Bahia: Mimeo, 1995.

CHOMSKY, N. Regras e Representações, a Inteligência Humana e seu Produto. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Lê débat entre Jean Piaget et Noam Chomsky- Centre Royaumont pour une science de l' homme. Paris, 1979.

CLAVES - Centro Latino Americano de Estudos sobre Violência e Saúde. Rio de Janeiro: Mimeo, ENSP – Fiocruz; OPAS, 1992.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, 1988.

COSTA, A. C. G.; KAYAYAN, A.; FAUSTO, A. *Do avesso ao direito - de menor a cidadão*. São Paulo: Cortez, 1991.

COSTA, J. F. *Violência e psicanálise*. São Paulo: PUC, 1994.

COTTLE, T. J. *O segredo na infância*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

DAMÁZIO, R.L. *O que é criança*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DARWIN, C. *Origem das Espécies*. São Paulo: ed. Húmus. Tradução: Eduardo Fonseca, 1981.

DEMO, P. *Estatuto da criança e do adolescente - tentativa de análise introdutória crítica*. Brasília: IPEA, 1990.

DE MAUSE, L. *The history of childhood*. New York: The Psychohistory Press, 1975.

EISBESFELDT, I. *O comportamento de luta nos animais*. Nova York: Holt, 1973.

ENGELS, F. *A origem da família, da sociedade e do Estado*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ESTATUTO da Criança e do Adolescente – Lei 8.069 de 13.07.1990.

FERNANDES, G. *Estruturas tensionais da censura familiar*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos pedagógicos, 1961.

FRAGOSO, H. C. *Lições de Direito Penal*. 4.ed. São Paulo: José Bushatsky, 1977.

FREITAS, M.C. *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. 25.ed. Rio de Janeiro: José Olympo, 1987.

FREUD, A. *A psychoanalyst's view of sexual abuse by parents*. Nova York: Pergamon Press, 1981.

FREUD, S. *Criação poética e a fantasia*. Buenos Aires: Paidós, 1908.

_____. *Três Ensaios sobre a sexualidade*. Buenos Aires: Paidós, 1908.

_____. *Edição Standard das obras Completas*. vol. 07. Rio de Janeiro: Imago, 1905.

_____. vol.18. Rio de Janeiro: Imago, 1920.

_____. vol. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1930.

_____. vol.23. Rio de Janeiro: Imago, 1938.

FROMM, E. *Anatomia da destrutividade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. *O medo à liberdade*. 13.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GELLES, R. J. *Family Violence*. Califórnia: Sage Public, 1982.

GIOVANNONI, G. M. Parental mistreatment perpetrators and victims. *Journal of marriage and the family*, 1971.

GOLDSTEIN, J. *Agression and crimes of violence*. New York: Oxford University Press, 1974.

GORDON, L. Heroes of their own lives. In: *The politics and history of family violence*. New York: Viking, 1988.

GUERRA, V. N. A. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

HOBBS, T. Leviatã. *Coleção: Os pensadores*. vol. XIV. São Paulo: Víctor Civitas, 1974.

JAHODA, M. et alii. *Research Methods in Social Relation*. New York: Dryden Press, 1951.

JOHNSON, R. *Agressão no homem e nos animais*. Rio de Janeiro: Interamericana, 1979.

JONES, E. *The life and Work of Sigmund Freud*. Nova York: Vol. 3, 1957.

JUNQUEIRA, L. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1998.

IV ENCONTRO da Justiça da Infância e da Juventude. CAMPO GRANDE/MS: 1992.

KAUFMAN, H. *Agression and Altruism*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1970.

KAUPE, C. H.; HELFER, R. E. *L'enfournt Batter et as famille*. Paris: Fleurus, 1977.

LAJOLO, M. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M. C. (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

LEITE, S. *Novas cartas jesuíticas*. Série 5, vol. 194. Brasília: Nacional, 1940.

LOPEZ, F. *Abuso sexual de menores*. Salamanca: Mimeo, 1994.

LORENZ, K. Ritualized fighting. In: J.D. Carthy and F.J. Ebling (ed.), *The Natural history of agresion*. New York: Academic Press, 1964.

MALIONOWSKI, B. *Uma teoria científica da Cultura*. São Paulo: Zahar, 1975.

MARCÍLIO, M.L. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

MARQUES, M. A. B. Um estudo preliminar sobre a violência contra a criança numa favela do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Columbia: Columbia of University, 1996.

MEIRA, A. F. *Sociedade e Saúde*. Campo Grande: UFMS, 1997.

MINAYO, M.C. *Violência contra a criança e o adolescente*. Brasília: Ministério da Saúde, 1994.

_____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 4.ed. São Paulo: 1996.

MONTAGU, A. *A natureza da agressividade humana*. New York: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NATIONAL Child Abuse Neglect Data System 1990 - summary data component. USA: National Center on Child Abuse and Neglect, april 1992.

NEVES, M. F. R. Violência contra a criança escrava no século XIX. Ano II, n. 1. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, São Paulo: jan.-jun. 1992.

NEWELL, P. Children are people too. In: *The case against physical punishment*. Londres: Bedford Square Press, 1989.

NOLLOCK, L. A. *Los niños olvidados: relaciones entre pobres y hijos de 1500 a 1900*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1990.

OCHOTORENA, G. P. et al. *Maltrato y abandono infantil: identificación de fatores de riesgo*. Espanha: Victoria-Gasteiz, 1988.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas sobre o direito da criança – 20/01/89 art. 19, pg. 39.

PENNA, A.G. *Comunicação e linguagem*. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1976.

PENNA, A.G. *Introdução à Psicologia Genética de Piaget*. Rio de Janeiro, 2001.

PIAGET, J. *A formação do símbolo na criança*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

PHILL, R. *Freud: La mente de um moralista*. Buenos Aires: Paidós, 1966.

POLLOCK, L. *Forgotten children – parent child relations from 1500 to 1900*. Newcastle: Cambridge University Press, 1983.

POSTER, M. *A teoria crítica da família, da propriedade e do Estado*. 6.ed. Rio de Janeiro: A civilização brasileira, 1979.

PRIORE, M. del (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1995.

PRIORE, M. (org.). *História da criança no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1992.

RAGO, M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ROSA, M. *Psicologia da Adolescência*. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *Introdução à Psicologia*. Vol I. Petrópolis: Vozes, 1995.

ROUSSEAU, J. *Emílio ou Da educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, H. O. *Crianças espancadas*. Campinas: Papirus, 1987.

_____. *Crianças violentadas*. Brasília: CBIA-CRAMI, 1991.

SCHWARTZ, M.; SCHWARTZ, C. G. *Problems in Participant Observation*. *Journal of Sociology*, 1955.

SILVA, C. et al. *Infância, educação e neo-liberalismo*. São Paulo: Cortez, 1997.

SKINNER, B.F. *Sobre el Conductismo*. Barcelona: Editorial Fontanella, 1975.

SPINK, M. *O conhecimento no cotidiano - as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

STONE, L. *The massacre of innocents*. vol. XXI, n.18, New York: New York of Books, 1977.

TEIXEIRA, M. L. *Liberdade assistida: uma polêmica em aberto*. São Paulo: PUC, 1994.

VEIGA, C & FARIA, L. *Infância no sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VYGOSTKY, V.L.S. *A Formação social da mente*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZINGARELLI, Nicola. *Il nuovo Zingarelli* (vovabollario della línguaitaliana). 11.ed. Bologna: Zanicheli, p. 934.

WADWORTH, B. *Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget*. São Paulo: Pioneira, 1993.

WEBSTER'S Seventh New Collegiate Dictionary. Springgield (Mass), C. Meriam Co. 1970.

WINNICOTT, O. *Privação e delinqüência*. São Paulo: Martins fontes, 1997.

ANEXOS

ANEXO I

Dados estatísticos dos casos de violência contra as crianças dos anos de 1997 e 1998, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho (SAST) e no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS)

ANEXO I

Dados estatísticos dos casos de violência contra as crianças dos anos de 1997 e 1998

No ano de 1997, houve 2.637 denúncias.

As vítimas que sofreram maiores violações foram as do sexo masculino, atingindo uma porcentagem de 55% e o sexo feminino obteve 45%.

A faixa etária mais atingida foi as crianças de 0 a 6 anos.

A maior porcentagem de agente violador foi a mãe, com 43%, e em segundo o pai com 25,2%.

A agressão de maior incidência deste ano foi a violência física com 34% de ocorrências.

O bairro mais atingido foi o Anhanduizinho com 20% de visitas feitas pelos educadores.

No ano de 1998, houve 2.520 denúncias.

As vítimas que mais sofreram violações foram as do sexo masculino, com porcentagem de 53% e as do sexo feminino com 47%.

A faixa etária mais atingida foi novamente as crianças de 0 a 6 anos.

A mãe foi a maior agente violadora, com porcentagem de 38%, e em segundo o pai com 15%.

A agressão de maior índice foi a inadequação do convívio familiar, com 64% de ocorrências atendidas.

Novamente, o bairro mais atendido pelos educadores foi o Anhanduizinho com 27% de visitas feitas.

Foi percebido que os dados que consegui na SAST, não foram suficientes para um melhor estudo dos casos das crianças vítimas de maus tratos.

Fui, então, procurar maiores informações de dados e levantamento de casos no CAPS. Infelizmente, só foram encontrados documentos do ano de 1998, dos meses de fevereiro a novembro deste mesmo ano. É possível verificar em *anexo?* as inúmeras práticas de violência cometidas contra crianças, mas foi dado somente maior ênfase em 04 tipos de violações; que são: violência física, violência psicológica, violência sexual e discriminação.

No mês de fevereiro, foram atendidas 246 denúncias.

As vítimas mais violadas foram as crianças de 0 a 6 anos, somando um total de 132.

Houve neste mês, 07 registros de violência física; 05 de violência psicológica; 04 de violência sexual e 06 denúncias de discriminação.

A maior agente violadora foi a mãe e em segundo o pai.

No mês de março, houve 284 denúncias.

As vítimas mais violadas foram as crianças de 07 a 12 anos, somando um total de 143 vítimas.

Houve neste mês, 02 registros de violência física; 04 de violência psicológica; 12 de violência sexual e 03 denúncias de discriminação.

Os familiares das vítimas tiveram maior incidência na caracterização do agente violador, somando um total de 61 denúncias. A mãe ficou em segundo lugar.

O bairro mais atendido foi o *Marcos Roberto*, somando um total de 07 visitas feitas.

No mês de abril, houve 244 denúncias.

As vítimas que sofreram maiores violações, foram as crianças de 0 à 6 anos somando um total de 125 denúncias.

Houve neste mês, 01 registro de violência física; e 01 de violência sexual. Não houve, porém, registros de violência psicológica e discriminação.

A mãe foi a maior agente violadora com 58 denúncias e o pai em segundo com 37.

O bairro, com maior índice de casos, foi a *Moreninha III*, com 07 visitas feitas pelos educadores sociais.

No mês de maio, houve 251 denúncias.

As vítimas que sofreram maiores violações, foram as crianças de 0 à 6 anos.

Houve, neste mês, 05 registros de violência física; 01 de violência psicológica e 04 de violência sexual. Não houve registro este mês de discriminação.

O agente violador, com maior índice de denúncias, foram os familiares da vítima, somando um total de 41 e a mãe ficou em segundo com 29 denúncias.

O bairro mais atendido foi o *Dom Antônio Barbosa*, com 07 visitas feitas por educadores.

No mês de junho houve 193 denúncias.

As vítimas mais violadas foram novamente às crianças de 0 à 6 anos, somando um total de 117 denúncias.

Houve neste mês, 04 registros de violência física; 02 de violência sexual; e 01 de discriminação. Não houve registros de violência psicológica.

A mãe ficou, em primeiro lugar, na caracterização do violador, somando um total de 32 e em segundo o pai com 14 denúncias.

No mês de julho, houve 136 denúncias.

As vítimas mais violadas foram as crianças de 0 a 6 anos somando um total de 67 denúncias.

Houve neste mês, 06 registros de violência física e 01 de violência sexual. Não houve porém, registros de violência psicológica e discriminação.

A mãe foi a maior agente da violação, somando um total de 19 denúncias e, em segundo, os familiares da vítima com 15.

O bairro mais atendido foi o *Centro*, somando um total de 08 visitas feitas.

No mês de agosto, houve 168 denúncias.

As vítimas que sofreram maiores violações, foram as crianças de 0 à 6 anos.

Houve neste mês, 04 registros de violência física; 01 de violência psicológica e 01 de violência sexual. Não houve denúncia de discriminação.

A mãe foi a maior agente da violação, somando um total de 20 denúncias e em segundo os familiares e o pai, somando um total de 11 denúncias.

O bairro mais atendido foi o *Aero Rancho*, com 07 visitas feitas por educadores sociais.

No mês de setembro, houve 162 denúncias.

Novamente, as vítimas mais violadas foram as crianças de 0 a 6 anos somando um total de 88 denúncias.

Houve neste mês, 08 registros de violência física e 01 de violência sexual. Não houve, porém, registros de violência psicológica e discriminação.

A mãe foi a maior agente violadora, somando um total de 17 denúncias e em segundo os familiares de 15.

O bairro mais atendido foi o *Dom Antônio Barbosa*, com 06 visitas domiciliares feitas.

No mês de outubro, houve 208 denúncias.

As vítimas mais violadas foram as crianças de 0 a 6 anos, somando um total de 99 denúncias.

Houve neste mês, 07 registros de violência física; 02 de violência psicológica e 04 de violência sexual.

A mãe foi a maior agente violadora, somando um total de 20 denúncias e em segundo, o pai, com 13.

O bairro mais atendido neste mês foi o *José Pereira*, com 07 visitas domiciliares feitas.

No mês de novembro, houve 200 denúncias.

As vítimas mais violadas foram as crianças de 0 a 6 anos.

Houve neste mês, 05 registros de violência física; 03 de violência psicológica; 03 de violência sexual e 03 de discriminação.

A mãe foi a maior agente violadora, somando um total de 31 denúncias e em segundo, os familiares, com 23.

O bairro mais atendido foi o *Aero Rancho*, com 04 visitas domiciliares feitas.

ANEXO II

**Códigos utilizados para descrições das violências, segundo
tabela do sistema de proteção da Infância e da
Adolescência (SIPIA) e a tabela propriamente citada**

ANEXO II

Códigos utilizados para descrições das violências

Atualmente, a descrição das violações se encontra na tabela de classificação da SIPIA (Sistema de Proteção da Infância e Adolescência), onde existem códigos para todos os tipos de violações, vigorando a nível nacional.

Como foi dito anteriormente, foram descrito as violações citadas acima.

Consta, na tabela, o seguinte código para violência física: 2.200, que inclui as seguintes categorias:

- **2.2.01.0**= violência física (surra, espancamento, queimadura).
- **2.2.02.0**= agressões com objetos contundentes
- **2.2.03.0**= suspensão da alimentação com caráter punitivo
- **2.2.04.0**= tortura
- **2.2.80.0**= outros

Inclui-se na tabela também, o seguinte código para violência psicológica: 2.3.00.0, que inclui as seguintes categorias:

- **2.3.01.0**= ameaças de morte
- **2.3.02.0**= humilhação pública ou privada
- **2.3.03.0**= tortura psicológica
- **2.3.04.0**= exposição indevida da criança/ adolescente
- **2.3.80.0**= outros

Consta, na tabela, o seguinte código para violência sexual: 2.4.00.0, que inclui as seguintes categorias:

- **2.4.01.0**= sedução
- **2.4.02.0**= abuso sexual
- **2.4.03.0**= estupro
- **2.4.80.0**= outros

Faz parte, na tabela, o seguinte código para discriminação: 2.5.00.0, que inclui as seguintes categorias:

- **2.5.01.0**= impedimento de acesso a bens materiais
- **2.5.02.0**= humilhação intra-familiar

- **2.5.03.1**= isolamento e tratamento desigual no convívio familiar
- **2.5.03.2**= isolamento e tratamento desigual no convívio comunitário
- **2.5.04.0**= impedimento de acesso a logradouros públicos
- **2.5.05.0**= impedimento de acesso à educação
- **2.5.06.0**= impedimento de acesso à saúde
- **2.5.07.0**= critérios de discriminação no acesso à profissionalização
- **2.5.08.0**=cerceamento político
- **2.5.09.0**= cerceamento religioso
- **2.5.10.0**= incitação da população contra a criança/ adolescente
- **2.5.80.0**= outros

ANEXO III

Roteiro da entrevista com os profissionais do CAPS

ANEXO III

Roteiro da entrevista com os profissionais do CAPS

As questões abordadas, durante a entrevista, foram as seguintes:

- 1) Finalidade do CAPS
- 2) Aspectos positivos do trabalho
- 3) Aspectos negativos do trabalho
- 4) Dificuldades encontradas
- 5) Avaliação do próprio trabalho no órgão
- 6) Concepção pessoal de infância
- 7) Concepção pessoal de violência
- 8) Concepção pessoal de violência infantil
- 9) Políticas sociais de atendimento à infância

ANEXO IV

Relato da família e da vítima

ANEXO IV

Relato da família e da vítima

Conforme foi dito anteriormente, alguns casos das famílias e das vítimas, foram gravados e observados. Quando estes eram observados, foram feitas anotações das falas tanto do membro da família ou do agressor(a), quanto da própria vítima. Usarei a sigla P(psicóloga), V(vítima), F(família) e A(agressor), para melhor entendimento.

Caso 1- Vítima com problemas na escola. 11 anos.

Caso observado e anotado, conforme relato do membro da família (avô).

A mãe do menino mora em Dourados-MS e o pai nunca mais foi visto. A mãe após a separação, casou-se novamente e teve uma filha. Esta também mora com os avós.

O avô disse, que o neto sempre pergunta do pai. A mãe não visita os filhos há anos.

O relato do menino mostrou muita carência pela falta dos pais, principalmente da mãe. Falou que gostaria muito que os pais estivessem juntos e quando tivesse reunião na escola, eles fossem.

Quando a psicóloga perguntou o que ele queria ser quando crescer, ele respondeu:

V: *“Quero ser cabo do exército, para cuidar dos outros, pra ninguém brigar...”*

Caso 2- Vítima suspeita de prostituir-se. 11 anos.

Relatos gravados da mãe e da vítima.

P: O que está acontecendo com sua filha?

F: *“Não sei, essa menina não para mais em casa”. “Fica até três dias fora.”*

P: Mas a senhora nunca foi atrás pra saber?

F: *“Eu não”*

P: Por quê?

Silêncio

P: A senhora não acha que é sua obrigação como mãe saber aonde ela vai?

F:” *Tenho mais o que fazer. Ela já é grande, sabe o que faz. Já até morou em Rondônia com minha irmã. Ficou lá dois anos, trabalhando e ajudando ela.*”

P: O que sua filha fazia lá?

F: “*Minha irmã tinha um hotel.(risos)*

P: Será que era um hotel mesmo?

F: *Era um bordel, mas aí eu vi que a coisa tava ficando estranha e falei pra ela voltar.*

A psicóloga pediu para a menina entrar na sala a fim de ouvir sua versão do caso. Nesse momento a mãe da vítima saiu.

P: É verdade que você sai à noite?

V: *É.*

P: Onde você vai?

V: *Num posso falar.*

P: Por quê?

V: *Eu saio por aí. É impossível ficar em casa. Fico dando voltas...*

P: Você fica muitos dias fora de casa?

V: *Fico.(risos) Eu tenho um namorado. Ele é legal comigo.*

P: Quantos anos ele tem?

V: *Trinta e sete.*

P: Você já se prostituiu?

V: *Já.*

P: E sua mãe, sabe?

V: *Acho que sabe... Ela se finge. Ela quer ficar lá... com o marido dela. Num gosto de ficar em casa. Minha mãe sempre me bateu, ela é muito nervosa, ela tem ataque epilético.*

P: Você não está mais estudando?

V: *Não. Fiquei sem vontade de estudar... (choro).*

P: Gostaria que você voltasse aqui na semana que vem. Pode ser?

V: *Pode. Eu não agüento mais essa vida.(choro)*

Caso 3-Vítima com problemas na escola. 9 anos.

Caso observado e anotado, conforme relato do pai da vítima. O pai da vítima compareceu ao CAPS, dizendo que a filha não lhe obedece, sai à noite e destrói tudo que tem em casa. Rasga suas roupas também.

A menina morava com a mãe e com o irmão mais novo, mas após ter sido abusada sexualmente pelo padrasto, morou com o pai durante cinco meses. Este relatou que nada foi feito com o atual marido da mãe. Ela continua casada com ele até hoje e o outro filho mora com ela também .

A vítima mora atualmente com a avó paterna.

O pai é jardineiro e a mãe da menina está desempregada.

A menina está com problemas escolares, pois segundo relato dela, quando tem reunião na escola ninguém vai. A mesma disse às psicólogas do órgão, que gostaria de ver a mãe junto com o pai novamente.

A vítima falou que a mãe sempre bateu muito nela e no irmão mais novo. Disse que não quer morar novamente com a mãe, pois tem medo do padrasto.

Ela relatou que morou em várias casas diferentes de parentes.

Em entrevista final com o pai, este disse que não tem condição de ficar com a filha, pois, precisa sustentar sua outra família.

Caso 4- vítima é espancado pela mãe. 4 meses.

Caso observado, anotado e gravado conforme relato do avô do bebê.

O Conselho Tutelar, enviou o caso às psicólogas do órgão relatando o seguinte:

A mãe do bebê é uma adolescente de 17 anos. Esta já tentou matá- lo duas vezes e sempre o maltrata.

Parou de estudar na terceira série primária. É usuária de drogas há mais de três anos.

A adolescente não conheceu sua mãe biológica. Atualmente ela mora com o pai, juntamente com seu filho(4 meses), a madrasta e seus três irmãos por parte do pai.

O relato do pai da adolescente às psicólogas constou o seguinte:

P: O que está acontecendo com sua filha?

F: *Bom, vou tentar resumir.*

Essa minha filha é fruto de uma aventura. A mãe abandonou ela com três dias de nascida e de lá pra cá eu cuidei dela. Depois de tudo isso me casei de novo e tenho três filhos com minha atual companheira. Ela morou com a minha mãe em Dourados até completar um ano e oito meses. Depois ela morou com minha irmã em Rondonópolis, mas não deu certo e aí ela voltou a morar com a minha mãe. Ela cresceu assim de casa em casa, sempre dando problemas. Não quis estudar mais e parou na terceira série primária.

P: E quando começou os problemas mais sérios?

F: *Quando ela tinha dez anos ela morava comigo e aí começou tudo. Ela fugia de casa, perdi as contas. Ela nunca se deu com minha esposa.*

Agora eu tô aí com essa cruz pra carregar.

Começou a usar drogas, engravidou, já fez um aborto e já tentou matar meu neto umas duas ou três vezes.

Depois que ela morou comigo, até mais ou menos onze anos, ela morou em várias cidades. Não tive mais controle.

P: O senhor não acha que ela ficou muito sozinha, sem apoio de ninguém e foi aí que começou todo esse problema?

F: *Silêncio.*

A psicóloga pediu então para o pai se retirar e ouvir o que a mãe do bebê tinha a dizer. Ela entrou com o filho no colo. Ele chorava muito e apresentava problema visual.

P: Você quer falar alguma coisa?

F(*mãe da vítima*): *Choro.*

Já tentei matar meu filho. Me drogo todos os dias. Usei drogas até seis meses de gravidez, mas quero parar.

P: Por quê faz isso?

F:(*choro*). *Eu nunca fui amada. Sempre fui sozinha. Não conheço a minha mãe verdadeira, minha madrasta sempre me maltratou, sempre disse que eu não era sangue dela e meu pai nunca me defendeu. Já, morei com tudo que é parente. Morei em São Paulo, com minha a minha tia, Rondonópolis, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, São Carlos, Matão, Araraquara e Américo Brasiliense. Duvido que meu pai falou isso pra vocês. Foi aí que eu comecei a me prostituir. Nem eu sei o que aconteceu comigo. Quero mudar...*

Caso 5 – vítima é espancado pelo pai. 4 anos.

Caso observado e anotado, conforme relato da mãe e da vítima que compareceram ao órgão.

O Conselho Tutelar enviou às psicólogas, relatório constando espancamento de pai alcoólatra no filho de quatro anos.

A mãe relatou que só ela trabalha fora e seu atual marido está desempregado. Disse ter três filhos do primeiro casamento e tem gêmeos do segundo.

Falou que o marido sempre a agrediu também e a xinga de “vagabunda”, pois, a acusa de ter amante no trabalho.

A mãe estava muito nervosa e disse que não sabia mais o que fazer. Segundo ela, já tinha ido na delegacia da mulher e dado queixa em várias delegacias, mas nada havia sido feito. Relatou que há três anos o pai da vítima foi preso por agressão, mas só ficou um dia preso.

Ela disse , que esse filho é o mais agredido pelo pai. Ela não soube explicar o motivo. O menino não quer mais ir na creche. Os outros filhos estudam também.

A mãe se mostrou ser uma pessoa equilibrada. Ela estava com o filho no colo.

Ele olhou para a psicóloga e disse:

V: Tia olha o meu braço machucado.

Caso 6 - vítima humilhada e rejeitada pelo pai. 5 anos.

Caso observado e anotado, segundo relato da mãe e da vítima.

O Conselho Tutelar enviou ao órgão o relatório do pai que xinga o filho mais velho e o mesmo está apresentando agressividade em casa e na escola.

A mãe compareceu à notificação que lhe foi feita e relatou que realmente o pai sempre rejeitou o filho. O pai é negro e a mãe é branca. Ela disse que o marido sempre desconfiou se o filho é realmente dele, pois, o mesmo é moreno claro.

A mãe falou também que desde de pequeno o pai o maltratava e dizia que ele não era filho dele.

O casal tem mais uma filha. Esta, a mãe disse que o pai sempre teve carinho e amor. A menina é da cor do pai, segundo a mãe.

Ela relatou que o marido pega a menina no colo e a beija e abraça na frente do filho.

A psicóloga pediu para o menino entrar na sala para ouvi-lo.

Ele entrou e ao ser questionado, confirmou tudo o que a mãe havia dito.

Foram essas as suas palavras: “Meu pai não gosta de mim, só da minha irmã.”

Caso 7- vítima é espancado pelo pai. 10 anos.

Caso observado e anotado, conforme relato da mãe e da vítima.

O Conselho Tutelar enviou ao órgão, relatório às psicólogas do pai, alcoólatra, que espanca o filho de 10 anos. Este se encontra desempregado e a mãe também. O casal sobrevive do “vale escola”.

Segundo relatório do Conselho o menino está apresentando sérios problemas escolares.

A mãe confirmou que o pai sempre bateu muito no filho. Ela é casada pela segunda vez e teve dois filhos do primeiro casamento; este com 10 anos e outro com 11 anos.

Relatou que ela mesma já fez várias denúncias contra o marido e que ele já foi notificado inúmeras vezes pelo Conselho Tutelar, mas nunca compareceu.

O menino quando entrou na sala, disse que o padrasto não gostava dele e batia sempre de cinta.

Relatou que sua mãe também bebia muito e logo ia se deitar.

A mãe ao ser questionada a respeito disso, confirmou que bebia, mas era só final de semana.

Caso 8- mãe foi ao órgão pedir ajuda.

Vítima com idade de um ano e sete meses.

A mãe compareceu ao CAPS, pedindo ajuda, pois, não sabia mais o que fazer com o ex-marido que bate nela e no enteado. Ela é casada pela segunda vez e teve dois filhos do primeiro casamento. O casal viveu junto durante cinco anos, mas há um ano ela fugiu com os dois meninos. Eles não tiveram filhos juntos.

Segundo ela, o ex-marido é alcoólatra e já constituiu outra família com outra mulher, mas não a deixa em paz. Disse que já pediu ajuda ao Conselho Tutelar, mas ninguém havia notificado o agressor.

A mãe estava muito aflita e amedrontada. O menino estava no seu colo e toda hora ficava mordendo seu braço, apresentando muita agressividade.

Caso 9- Vítima é espancado pelo pai. 7 anos.

O Conselho Tutelar enviou ao órgão, relatório de pai que espancou filho.

Caso observado e anotado, conforme relatos do agressor e da vítima.

O pai compareceu à notificação e disse às psicólogas que o filho não lhe obedece. Casado há dez anos, desempregado, o agressor confessou que sempre bate no menino.

Relatou que ele também apanhava dos pais e que seu pai dizia que era para ele ser homem na vida.

F: *“Sempre apanhei do meu pai. Hoje estou aqui vivo. É bom pra educar”.*

A vítima também foi ouvida e confirmou as agressões do pai.

V: *Qualquer coisa ele me bate, disse que é pra eu ser homem. Tenho medo do meu pai”*

Caso 10 -Vítima foi queimada com ferro pela madrasta. 3 anos.

O Conselho Tutelar enviou ao órgão, relatório da madrasta que queimou a mão da enteada com ferro.

Caso observado e anotado, conforme relatos da agressora e da vítima.

A madrasta compareceu à notificação que lhe foi feita e negou a violência praticada.

Segundo ela, a menina não fica quieta um só minuto e o ferro, sem querer caiu no seu braço.

A vítima estava na sala e foi constatada queimadura no braço esquerdo. A mesma estava muito assustada e não parava de chorar.

A psicóloga questionou-a a respeito do ocorrido e a menina balançou a cabeça, afirmando.

V: *“Não gosto dela”*. (apontando para a madrasta)

Caso 11 - Vítima suspeita de abuso sexual. 5 anos.

O Conselho Tutelar enviou relatório do padrasto que abusa da menina e o caso é reincidente.

A mãe da garota compareceu ao CAPS, para prestar esclarecimentos. A mesma disse não acreditar na filha, achando que estava mentindo.

É casada pela segunda vez e vive com o atual marido há três anos. Relatou que ele sempre gostou muito da menina e sempre faz carinho nela.

A vítima ao entrar na sala, não disse uma só palavra, apenas ficou olhando para a mãe.

Vale lembrar que todos os casos verificados tiveram as devidas orientações, encaminhamentos e/ou intervenções das psicólogas que ali trabalham, auxiliando as famílias, bem como suas vítimas.

ANEXO IV

Entrevista com os profissionais do CAPS

ANEXO IV

Entrevista com os profissionais do CAPS

Durante a pesquisa, foram entrevistados doze (12), profissionais do órgão, onde foram levantadas várias questões referentes ao trabalho de cada um, os aspectos positivos, aspectos negativos, dificuldades encontradas, concepções pessoais sobre violência, infância, violência infantil, políticas sociais de atendimento entre outros. Foram feitas entrevistas semi-estruturadas, gravadas, com a finalidade de registrar todos os dados, tais como: fala, gestos, expressões, atitudes e comportamentos.

Segue abaixo, as entrevistas concedidas:

- Formação: assistente social.
- Função no órgão: assistente social.
- Idade: 32 anos.
- Tempo de serviço: 3 anos.

Foram abordados os seguintes temas:

... da finalidade do CAPS

→ “o CAPS, foi criado pra acompanhamento, ele acompanha o SOS Criança, tem também o serviço de acompanhamento sócio- familiar, setor de psicologia, tem diversos serviços no CAPS, mas acho que você pode entender melhor a finalidade do CAPS, conversando com a coordenadora daqui, que escreveu a proposta do CAPS.”

... os aspectos positivos do seu trabalho

→ “a gente tem conseguido, é positivo porque não existia um trabalho antes, né, que acompanhava essas famílias de crianças em situação de risco né, então hoje a gente acompanha as equipes das psicólogas, assistentes sociais, que estão dando um acompanhamento, dando novos encaminhamentos, então isso é um ponto positivo, que já foi conseguido.”

... os aspectos negativos do seu trabalho

→ “bom ... ainda existe a falta de pessoal, é..., pessoal capacitado, falta de técnico capacitado, falta orientação, experiências dos outros, porque aqui a gente trabalha em uma equipe muito pequena ainda, principalmente aqui no acompanhamento sócio- familiar, nós somos em três assistentes sociais e precisava de mais, inclusive uma auxiliar social também. São poucos pra atender as demandas.

... das dificuldades encontradas

→ “a gente tem algumas dificuldades de entrosamento com o Conselho Tutelar, por mais que a gente trabalhe junto, nós ainda não conseguimos uma boa harmonia. Poderia ser melhor, né, para o bem da própria população. Muitos casos que poderiam ser atendidos por lá, muitas famílias se queixam de estarem sendo muito visitadas, então a gente não conseguiu ainda estar se entendendo com o Conselho neste sentido, dele evitar de uns casos, de estar

passando pra cá e eles já terem o conhecimento. Eles já aplicaram todas as medidas, não tem direitos violados, não tem situações de maus tratos e mesmo assim eles solicitam o nosso atendimento e as famílias ficam constrangidas.”

... da avaliação do seu trabalho

→ “meu trabalho? eu estava há algum tempo pensando em sair, em conhecer coisas novas, diferentes, né? Fui obrigada a voltar para o trabalho, porque segundo eu fiquei sabendo havia muita necessidade, não havia como abrir mão de técnico pra aquele momento e eu vejo que não é por aí, né? Eu poderia Ter saído e vindo outras pessoas pra cá.”

... a sua concepção de infância

→ “ a infância é a primeira fase do desenvolvimento da criança, a infância para mim, ela vai até..., como no Estatuto mesmo, de 0 à 12 anos incompletos ”

... a sua concepção de violência

→ “a violência é ... eu vejo que ela ocorre muito pelo despreparo no contato com as crianças. Para mim, são pessoas que foram vítimas de violência também e pessoas de vários segmentos da sociedade, porque nós não atendemos só pessoas de baixa renda, né... a gente atende de classe média também, de poder aquisitivo mais alto.”

Neste momento fiz a seguinte pergunta: ”Então não são só as crianças pobres que são vítimas de violência?”

→ “não, não são só as crianças pobres. A maioria tem sido, porque a miséria, o desemprego, as pessoas ficam mais agressivas e isso contribui. A gente tem que analisar todos esses fatores e às vezes a gente reage com indignação, a gente não se acostuma com isso.”

... a sua concepção sobre violência infantil

→ “vem crescendo a cada dia, né... é uma pena.”

... das políticas sociais de atendimento à infância

→ “deveria haver mais entrosamento... um trabalho em conjunto mesmo.”

Formação: psicóloga

Função no órgão: psicóloga.

Idade: 41 anos

Tempo de serviço: 1 ano e 5 meses.

... da finalidade do CAPS

→ “eu acho que é dar assistência às famílias que são atendidas através dos Conselhos.”

... os aspectos positivos do seu trabalho

→ “é gratificante. A gente vê que a nossa interferência pode de alguma forma ajudar aquela criança, adolescente ou família, compreender melhor e resolver aquele conflito, naquele momento e nossas sugestões de encaminhamento podem estar ajudando os conselheiros a darem uma solução mais definitiva pro caso.”

... os aspectos negativos do seu trabalho

→ “são físicos, materiais, falta de espaço físico adequado, falta de maior comunicação entre as instituições que prestam serviço pra essa clientela que a gente atende, né..., que o caso dos Conselhos, da Promotoria, do Juizado, do Sistema de Saúde, das escolas, que se houvesse uma ação conjunta dessas políticas de atendimento, talvez o nosso trabalho fosse mais efetivo, a gente não tivesse que vivenciar tanta frustração, de ver que muitos casos acabam sem solução e acaba a nossa intervenção ficando uma coisa mínima, que não refresca nada aquela situação de tanta carência e tanta deficiência de todas as políticas; educação, saúde, segurança...”

... das dificuldades encontradas

→ “a gente podia potencializar mais o nosso trabalho se tivesse como a gente fazer um plano global em conjunto mesmo, até aqui mesmo no CAPS, com os diversos profissionais que existem. Se a gente pudesse estar sentando e discutindo o nosso trabalho uns com os outros, eu acho que seria mais proveitoso.”

... a sua concepção de infância

→ “pra mim, é a época da vida de maior aprendizagem, é a época de brincar, de sonhar, de ser feliz, de não ter muitas preocupações.”

... sua concepção de violência

→ “é um fato corriqueiro que acontece, que as pessoas... passam às vezes de geração pra geração. Educar para muitas pessoas é usar a força física, e isso as famílias acabam se envolvendo.

A violência pra mim é uma coisa presente na rotina do nosso trabalho.”

Formação: psicóloga

Função no órgão : psicóloga

Idade: 31 anos

Tempo de serviço: 1 ano e 3 meses

... da finalidade do CAPS

→ “prestar um atendimento a todas as crianças, adolescentes, vítimas de algum tipo de violência doméstica. Esta é a definição, mas eu acho que falta muito pra gente chegar lá.”

... os aspectos positivos do seu trabalho

→ “o trabalho do CAPS é positivo no sentido da denúncia, tem que ser mais divulgado o 1407. Outro ponto positivo é a população está denunciando e entrando em contato com o nosso serviço.”

... os aspectos negativos do seu trabalho

→ “pensar no lado social, às vezes deixa muito a desejar. Era preciso ser feito uma pesquisa mesmo, uma coisa que pudesse apontar caminhos, para uma prevenção maior, em função das próprias limitações do órgão, da infra- estrutura. Olha o lugar que a gente atende..., na cozinha, quando vem uma família muito grande, aqui não cabe. Então é muito complicado.

Isso acaba dificultando o nosso trabalho.”

... das dificuldades encontradas

→ “eu acho mesmo que a principal é essa. Um local apropriado para atender essas famílias.”

... a sua concepção de infância

→ “é a melhor época da vida. Era pra ser, né... devido aos adultos ela não é, porque eu acredito que a criança está no período de formação, é o período que ela se desenvolve, ela precisa mais receber do que dar. A criança não tem noção das coisas, e é aí que eu acho que acontece muita violência, porque você espera que a criança fique pronta para te dar uma resposta que você quer e ela não vai dar.”

... a sua concepção de violência

→ “é todo ato ou omissão de alguém para com uma outra pessoa que busca atingir dano àquela pessoa, seja física ou psicológica, negligência. Eu não acredito que isso tudo seja consciente. Muitos agressores não fazem aquilo conscientemente, mas fazem. Estão agindo para prejudicar de alguma forma.”

... das políticas sociais de atendimento

→ “acho que falta muito... . Uma união mesmo dos Conselhos e a gente.”

Formação: psicóloga

Função no órgão : psicóloga

Idade: 43 anos

Tempo de serviço: 2 anos e 6 meses.

... da finalidade do CAPS

→ “atendimento à comunidade de crianças e adolescentes vítimas de maus tratos.”

... os aspectos positivos do seu trabalho

→ “é você estar mais próxima da comunidade e que de alguma maneira o nosso serviço ajuda essa população que está necessitando de algum tipo de informação ou orientação. Eu acho um trabalho bom.”

...os aspectos negativos do seu trabalho

→ “necessitaria de um trabalho mais diretivo, a divulgação, a prevenção. Agilizar mais o trabalho. A falta também de profissionais e até a união do Conselho com a gente.”

... das dificuldades encontradas

→ “são muitas... acho que as principais eu já falei.”

... a sua concepção de infância

→ “é a criança passar pelos momentos de brincadeira, dos jogos. É quando o adulto fala: eu tive uma infância.”

... a sua concepção de violência

→ “*pra mim é desequilíbrio interno, seria o sintoma de algum problema interno.*”

... a sua concepção de violência infantil

→ “*eu acredito que falta muito a família Ter mais estrutura ao lidar com essa criança.*”

... das políticas sociais de atendimento

→ “*falta muita coisa, mas acho que está caminhando, a questão do Estatuto é um sol que começa a brilhar. Ele sempre defende a criança e o adolescente. Já é uma luz...*”

Formação: psicóloga

Função no órgão: psicóloga

Idade: 47 anos

Tempo de serviço: 1 ano e 6 meses

... da finalidade do CAPS

→ “*ele tem objetivo de atender aqueles casos que aparecem e que surgem para o Conselho e que necessitam de um parecer técnico dos profissionais, ou dos psicólogos, ou do assistentes sociais. Em todo o caso o CAPS, tem a função de prevenção. Já estamos com esse trabalho preventivo. Estamos fazendo também um trabalho nas escolas. Tenho certeza que este trabalho vai surtir efeito daqui há alguns anos.*”

... os aspectos positivos do seu trabalho

→ “*o principal aspecto positivo pra mim, é você estar orientando as famílias, nós temos esse papel de ajudar de certa forma essa família fazendo toda uma avaliação do caso e passamos para o Conselho o encaminhamento para a resolução dos casos.*”

... os aspectos negativos do seu trabalho

→ “*Nós aqui, as psicólogas, quando a gente recebe um caso para orientação, esse caso já foi iniciado lá no Conselho Tutelar, através de uma denúncia, certo? Ou porque a própria família veio aqui buscar algum tipo de orientação, então nós não sabemos como que isso vai dar continuidade, porque aqui nos compete só analisar essa situação através de uma ou mais entrevistas e quando nós sugerimos ao Conselho uma solução para este caso, um encaminhamento, nós não sabemos se isso vai ser acatado pelo Conselho. Se por exemplo, a gente atende um pai alcoólatra e agressivo, se vê a necessidade de um encaminhamento médico e a gente sugere isso para o Conselho... o nosso papel é de sugestão e não de encaminhar esse pai para um tratamento. Nós aqui nunca sabemos como esse caso terminou. Eles não nos dão uma devolutiva. Nós só vamos saber que algo deu errado quando o caso for reincidente, aí ele volta para o Conselho de novo.*”

... das dificuldades encontradas

→ “*uma maior parceria do Conselho com a gente.*”

... a sua concepção de infância

→ “*sob o ponto de vista psicológico, é o início de tudo. É na infância que você vai estar*

formando a personalidade, é na infância que você constrói experiências. São as primeiras transformações, vivências, é quase que o fator determinante para o que essa pessoa vai ser no futuro. É a base de tudo.”

... a sua concepção de violência

→ “ela é na minha maneira de ver, um pedido de socorro. Quando a pessoa pratica a violência, é porque já esgotou tudo que ela podia Ter ou pensar, ou desejar, ela já esgotou tudo, ela não tem mais nada e é aí que parte pra violência. A não ser em casos extremos de patologia. Pra mim a violência, é o máximo de desespero, de falência, você perde todos os parâmetros, as referências. É a falência total da pessoa.”

... a sua concepção de violência infantil

→ “ por experiência, o agressor é aquela pessoa, é aquele adulto que não recebeu nada. Ele com certeza já sofreu algum tipo de maus tratos. É uma repetição. Mas esse adulto viveu marcas profundas que deixaram marcas muito evidentes na sua formação interna, na sua psique e aí ele reedita essa história com suas crianças.”

... das políticas sociais de atendimento à infância

→ “na minha maneira de ver, já houve um progresso no sentido do CAPS funcionar no mesmo local do Conselho Tutelar, onde facilita muito o nosso trabalho. A nossa relação com eles é boa, mas com boa parte dos conselheiros não. Eu acredito que no futuro, todos os órgãos de atendimento à criança permaneçam no mesmo local, como determina o Estatuto.”

Formação: assistente social

Função no órgão: coordenadora do CAPS

Idade: 38 anos

Tempo de serviço: 1 ano e 6 meses.

... da finalidade do CAPS

a sua família.” → “ o objetivo do CAPS, é uma retaguarda ao serviço na área da criança e do adolescente. Seria mais um setor de acompanhamento, através do serviço de atendimento social e psicológico, onde você pode atender tanto a criança vitimizada quanto

... os aspectos positivos do seu trabalho

→ “principalmente a questão da prevenção, onde você tem como trabalhar a situação de direito da criança e impedir a violação desses direitos. É um trabalho que tem surtido efeito, a gente sabe que é uma coisa lenta, mas conseguimos alcançar certos objetivos. A questão da prevenção é a peça fundamental do nosso trabalho e trabalhar com a família também, que é o núcleo principal que desencadeia todos os problemas.”

... os aspectos negativos do seu trabalho

→ “ os aspectos negativos, é que a gente depende de vários outros órgãos para a concepção da nossa ação. Ela não é uma ação independente, então depende de outros fatores para que a gente possa realmente conseguir dar andamento. Nós não temos o respaldo devido dos outros órgãos e isso acaba prejudicando o nosso trabalho.”

... das dificuldades encontradas

→ “é essa dependência que nós temos dos Conselhos para a aplicação de medidas. Isso dificulta o diálogo, é muito difícil.”

... a sua concepção de infância

→ “é aquele momento de todo cuidado que você tem que ter, para que mais tarde essa criança tenha a proteção necessária para não desencadear outros problemas, desde a parte social, a psicológica, o convívio familiar, a questão dos pais é primordial nesta fase.”

... a sua concepção de violência

→ “perpassa por vários fatores, a questão do nível cultural, a questão sócio- econômica que influencia muito, tudo acaba desencadeando a questão da violência.”

... a sua concepção de violência infantil

→ “a violência infantil, a gente vê pelos índices do SOS criança, que a criança principalmente de 0 à 6 anos, é a que mais sofre agressões no lar.”

... das políticas sociais de atendimento à infância

→ “eu acredito que essa questão precisa de muito investimento e principalmente hoje com essa reforma na previdência, a questão da assistência está sofrendo muitos cortes e onde a gente poderia ter um amparo maior, porque precisa se investir em projetos e programas sociais.”

Formação: professora de matemática

Função: educadora social

Idade:

Tempo de serviço: 4 anos e 6 meses

... da finalidade do CAPS

→ “bom eu vejo o objetivo dos educadores que é apurar as denúncias. Nós recebemos denúncias de espancamento, estupro, todos os tipos de violência.”

... os aspectos positivos do seu trabalho

→ silêncio. As famílias hoje estão correndo as autoridades para pedir ajuda.”

... os aspectos negativos do seu trabalho

→ “como eu sou a funcionária mais antiga, você vê que casos não foram resolvidos. As crianças continuam sendo espancadas, continuam nas ruas, parece que não mudou nada, principalmente quando você mexe com a família de baixa renda, pobre mesmo, é aí que a situação não muda. Quando você atende casos que a situação é melhor parece que muda um pouco. Aqui nós atendemos o caso, passamos os relatórios para Conselho e não é dado nenhum retorno pra gente. Nós só vamos saber do fim do caso, quando é reincidente mesmo.”

... das dificuldades encontradas

→ “são as decisões que tem que ser tomadas pelas autoridades. Até um caso nosso chegar na mão de uma autoridade competente, isso leva um tempo. Eu acho que os casos de violência

física tinham que ser resolvidos na hora. Outra coisa que é errado, quando uma criança é espancada, ela é que tem que sair de casa e o agressor é quem fica. São duas violências praticadas contra a criança.”

... a sua concepção de infância

→ *“é uma criança que tem escola, que é amada, ela possa brincar, tem que ter o direito de uma alimentação boa, uma boa moradia, uma boa saúde, é a criança viver com a família.”*

... a sua concepção de violência

→ *“a partir do momento que você grita com uma criança já é uma violência.”*

... das políticas sociais de atendimento à infância

→ *(silêncio e risos). “Eu acho que tudo que envolve as autoridades é demorado. As nossas crianças ficam esperando por tudo. A própria família às vezes fica sem nenhuma condição básica de sobrevivência e o que fazem por ela?”*

Formação:

Função: auxiliar social

Idade: 35 anos

Tempo de serviço: 1 ano e 4 meses

... da finalidade do CAPS

→ *“de imediato verificar a situação da criança e passar os relatórios para o Conselho Tutelar para eles tomarem as medidas.”*

... os aspectos positivos do seu trabalho

→ *“eu só atendo o telefone, eu não tenho contato nenhum com a pessoa. Geralmente as denúncias são feitas por vizinhos, parentes amigos. Às vezes o próprio adolescente que liga. Tem um fato positivo, porque se alguém liga, é porque alguma criança está sendo maltratada.”*

... os aspectos negativos do seu trabalho

→ *“é quando as pessoas ligam e os educadores vão lá verificar e encontram a mesma criança que já foi maltratada.”*

... das dificuldades encontradas

→ *“às vezes as pessoas ligam e acham que na mesma hora, o carro vai sair correndo para atender a denúncia.”*

... a sua concepção de infância

→ *“é o período que a criança não tem responsabilidade, a criança tem liberdade, é brincar, estudar, aproveitar esta fase.”*

... a sua concepção de violência

→ *“é quando tira a liberdade que essa criança tem. Não só a violência física, mas eu acho*

que a violência psicológica é a pior.”

...Das políticas sociais de atendimento à infância

→“eu acho que as políticas de atendimento estão sendo atendidas, eu acho o que está faltando é os próprios pais assumirem a responsabilidade dos filhos.”

Formação: assistente social

Função no órgão: auxiliar social

Idade: 24 anos

Tempo de serviço: 2 anos

... da finalidade do CAPS

→“é o atendimento e o acompanhamento à família.”

... os aspectos positivos do seu trabalho

→“eu acho que é o amparo que a gente dá as famílias quando elas não tem onde recorrer quando necessitam. Aqui acaba sendo o sustento de tudo.”

... os aspectos negativos do seu trabalho

→“às vezes falta um pouco mais de suporte. Na área social falta gente. Falta equipamento, material.”

... das dificuldades encontradas

→“a burocracia, o Conselho, o Juizado, parece uma concorrência.”

... a sua concepção de infância

→“é aquela fase gostosa, é o convívio familiar, é você Ter espaço pra brincar, criar, curtir, brincar de boneca, correr.”

... a sua concepção de violência.”

→“envolve muitos aspectos, físicos, psicológicos. Pra mim, a psicológica é a pior.”

... das políticas sociais de atendimento

→“na grande maioria elas são paliativas, eu acho que se a gente trabalhasse mais o preventivo na comunidade, no bairro seria melhor.”

Formação: psicóloga

Função no órgão: agente de atividades educacionais no setor administrativo.

Idade:

Tempo de serviço: 1 ano e 6 meses.

... da finalidade do CAPS

→ “atender a demanda das pessoas que procuram, crianças vitimizadas, violadas, os atendimentos e acompanhamentos psicológico, social. A gente tá tentando de uma certa

forma ajudar, no que for preciso.”

... os aspectos positivos do seu trabalho

→ não respondeu.

... os aspectos negativos do seu trabalho

→“Nós estamos com as pastas lotadas e só temos 4 educadores. Dois de manhã e dois à tarde. É pouco. A gente que os educadores estão sobrecarregados, devido a demanda. O nosso carro também é um problema, a morosidade do Conselho Tutelar em atender, as providências que cada caso requer, do Juizado...”

... das dificuldades encontradas

→“a gente tem bastante dificuldade, a gente lida com bastante papel, não é informatizado ainda o setor. A gente arquiva documentos e quando você quer não acha.”

... a sua concepção de infância

→“é brincar, Ter bastante amor e carinho dos pais, sei lá, viver bem, com uma boa educação, não Ter discriminação, rejeição.”

... a sua concepção de violência

→“é um ato muito ruim das pessoas, traumatiza muito, a gente vê constantemente isso. É todo o tipo de violência aqui. Tá aumentando.”

... das políticas sociais de atendimento á infância

→“é uma coisa paliativa, eu acho que no fundo a situação não muda.”

Formação; pedagoga

Função no órgão: Conselheira

Idade:

Tempo de serviço: 1 ano

... da finalidade do Conselho Tutelar

→“o objetivo do Conselho é cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente. É um órgão autônomo, criado pela lei do Estatuto, e é um órgão que defende os direitos da criança e do adolescente que estejam violados.”

... os aspectos positivos do seu trabalho

→“são as defesas desses direitos e da cidadania também previsto em lei.”

... os aspectos negativos do seu trabalho

→“são muitos. Quando nós precisamos atuar é sinal que a sociedade não está bem, alguma coisa não caminha bem. É um trabalho desgastante que nós convivemos diariamente com problemas sérios, como a violência física, sexual, convívio familiar inadequado, crianças sem registros, crianças fora da escola, atendimento médico deficiente.”

...das dificuldades encontradas

→“a cada dia, nós vemos que os direitos das crianças estão sendo cada vez mais violados.”

... a sua concepção de infância

→“a infância hoje já pela lei, ela tem um aspecto diferente. Diferente no sentido de como era antes. Nós temos hoje que a criança é um ser em desenvolvimento e que necessita de proteção, carinho, segurança, saúde, educação, orientação e isso lógico com a ajuda da família.”

... a sua concepção de violência

→“pra mim é uma desestruturação da família. A família está totalmente desestruturada. Pais separados, pais que não sabem orientar pais que não sabem colocar limites, pais acham que o Estatuto só dá direitos e não deveres. Eu acho que a questão da violência começa pela família.”

... das políticas sociais de atendimento à infância

→“eu acho que a sociedade de um modo geral não está interessado pela política social, não é nem o Poder Público. Acho que isso começa pela sociedade mesmo.”

Formação: Graduado em Filosofia

Função no órgão: Conselheiro

Idade;

Tempo de serviço: 2 anos

... da finalidade do Conselho Tutelar

→“é um órgão não jurisdicional é um órgão autônomo, nós temos autonomia total de trabalho e ele é encarregado de zelar pelos direitos da criança e do adolescente. Nós somos como se fosse os guardiões do Estatuto.”

... os aspectos positivos do seu trabalho

→“eu vejo que agora as pessoas estão muito mais alertas. Hoje um professor pensa duas vezes em expulsar um aluno da escola, nós não aceitamos isso.”

... os aspectos negativos do seu trabalho

→“são muitos. A família hoje passa por uma crise. Quando sentam aqui na minha mesa eu pergunto: Você é casada? – “Não sou separada.” Cadê o pai do seu filho? – “Não sei eu tive um caso com ele e ele sumiu.”

Então a família hoje tá assim. A mulher troca muito de parceiro, principalmente na população de baixa renda, é um troca- troca lascado, aí cada marido desse é um filho. Os caras não assumem porque se ele for assumir, quem ganha um salário mínimo, não tem condição nenhuma de sustentar sete ou cinco filhos.

... das dificuldades encontradas

→“O Poder Público não é eficiente.”

... a sua concepção de infância

→“Hoje a concepção de infância mudou. É uma pessoa em desenvolvimento que necessita de todos os cuidados. A família é muito importante nisso, eu digo a família “normal”, que possa suprir todas as suas necessidades.”

... a sua concepção de violência

→“é toda forma de dominado e dominador, falo isso da relação adulto- criança. Um simples tapa é uma forma de violência, dependendo de como ele é dado. É a intenção que você tem.”

... a sua concepção de violência infantil

→“virou uma banalização. Hoje a violência virou uma coisa banal, tão normal corriqueira, a gente liga a televisão e assiste tudo de camarote , hoje é difícil Ter uma visão crítica de violência. Você assiste a violência dentro da sua própria casa. Parece até uma estória em quadrinhos...”

ANEXO VI

Mapeamento das entrevistas com os profissionais do CAPS

ANEXO VII

Mapeamento do resultado do estudo feito com as vítimas, abordando a idade, o motivo de encaminhamento ao órgão, história de vida da família, relato das vítimas, violência praticada e suas conseqüências

ANEXO VIII

**Tabela das caracterizações das violações de direitos
fornecidos pelo Conselho tutelar de Campo Grande/MS,
dos anos de 1996-1997**

ANEXO IX

**Relatório da tabela do Conselho tutelar norte no período
de Maio a Dezembro de 1998**

ANEXO X

Entidades de atendimento à infância (UNICEF, CRAME, ABRAPIA, ABRINQ e Núcleo de Infância Biomédica) dos anos de 1999.

Michele....

Acalme-se, mas ainda não está pronto!

1 - Na pág. 55 vc cita Guerra 1998 por Tarciano Basílio e na citação está Rago 1987, não entendi, verifique;

2 - Na pág. 61 falta a data na primeira citação, confira;

3 - Na pág. 71 vc cita duas datas de Moscovici e na bibliografia só tem uma, confira qual é a correta.

4 - A sua querida URT 2000 não consta na sua bibliografia. COLOQUE!!!

5 - MALIONOWSKI é só apud Minayo, então tire-o da bibliografia, assim como o SCHUWARTA e SCHWARTZ.

6 - No anexo \$ pág. 142, onde está “da finalidade do CAPS... a sua família (...)” o final está incoerente, penso que está incompleto, no seu encadernado também está assim.

7 - Tem 2 CHAVES na bibliografia com o mesmo ano, tem colocar a no primeiro e b no segundo e assim também nas suas citações no texto.

8 - O ASSIS na bibliografia também está errado, o primeiro tem que ser o a e o segundo o b, confira se nas suas citações estão corretas.

9 - Acho que por enquanto é isso. Com certeza ainda deve ter algum errinho, mas tentei verificar o máximo com atenção. Estarei indo à Campo Grande na Quinta-feira após o almoço, se até lá você não conseguiu deixar ok, me ligue que eu passo aí. Bom trabalho....

Beijinhos nas suas estrelas! Renata

